

Otávio Bressane Lopes

A MARCHA DA FRONTEIRA

**A URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MATOGROSSENSE
NO VETOR SUL-NORTEDA RODOVIA BR-163**

MESTRADO EM URBANISMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

2012

Otávio Bressane Lopes

A MARCHA DA FRONTEIRA

A URBANIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA MATOGROSSENSE

NO VETOR SUL-NORTEDA RODOVIA BR-163

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo, sob orientação da Profa. Dra. Rachel Coutinho.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

2012

Otávio Bressane Lopes

A marcha da fronteira:

A urbanização da fronteira agrícola matogrossense no vetor Sul-Norte da rodovia BR-163.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Examinada por:

Profa. Doutora Rachel Coutinho Marques da Silva - Orientadora
PROURB/FAU/UFRJ

Prof. Doutor José Barki
PROURB/FAU/UFRJ

Prof. Doutor Pedro Manuel Rivaben Sales
Escola da Cidade - AEAUSP

Rio de Janeiro

Junho de 2012

L864

Lopes, Otávio Bressane,

A marcha da fronteira: a urbanização da fronteira agrícola matogrossense no vetor Sul-Norte da rodovia BR-163/ Otávio Bressane Lopes. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2012.

155f. il., 30 cm.

Orientador: Rachel Coutinho.

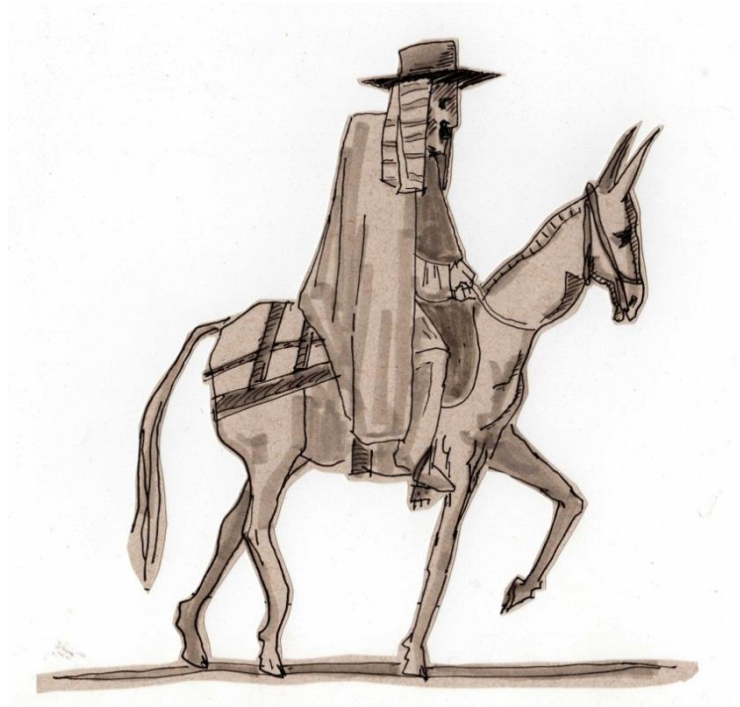
Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

Referências bibliográficas: p.126-131.

1. Urbanismo. 2. Fronteira. 3. Cartografia – Mato Grosso (MT). I. Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711

Dedicado à memória do arquiteto Paulo de Mello Bastos.



As patas de seus cavalos, suas armas e seus peitos iam empurrando as linhas divisórias do Continente. Queremos as grandes planícies do oeste e as ricas campinas do sul! A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira.¹

Érico Veríssimo

¹VERÍSSIMO, Érico. O tempo e o vento. O continente I. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 3ed

Agradecimentos

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a participação de uma série de pessoas e entidades nos diversos momentos de um processo que se completa com esta dissertação, mas que teve, de fato, quase nove anos de pesquisa. Desta maneira meus agradecimentos seguirão uma sequência cronológica.

A começar pelos meus pais, responsáveis diretos por cada palavra e direcionamento apresentados nesta pesquisa. À minha mãe, Taís Bittencourt da Rocha Bressane, um agradecimento especial pela força nos momentos de maior crise e por estar sempre com dedicada disposição para me auxiliar, seja debatendo, ajudando na construção do texto, na revisão ou simplesmente ouvindo um desabafo.

Ao meu pai, Antônio José Lopes (Bigode), que me deixa como herança e legado maior o amor pelo conhecimento, pelos livros e pela liberdade que eles têm o poder de proporcionar. Com meu pai aprendi que somos sempre capazes e que nunca devemos deixar de sonhar.

À minha avó Zita Bressane, que me dá aulas de alegria. Ao meu avô Nestor Bressane Filho pela biblioteca que tinha, cheia de antigos livros sobre os Bandeirantes, que povoaram a minha imaginação na infância e que certamente foram responsáveis pelo interesse que esta pesquisa carrega. À minha querida irmã Alice, companheira de toda a vida. Ao Paulo AviroBondioli, por trazer tanta alegria à família. Aos meus tios e meus primos. A toda a minha família. Ao Puma, meu fiel escudeiro.

Aos amigos queridos, a família que eu escolhi. Especial para o FábioWidman, Leo Realí, André Proença, Fernando Zinskind, Vinicius Moreno, Daniel Leite e Beni Derdykcom quem compartilho a camaradagem de mais de quinze anos de amizade, de muitas alegrias e dores. Agradeço a BrunaPaoli, Flora Guimarães, Helena Lobo, Laura Carmona, Letícia Esteves, Leila Albuquerque, Mariana Angi, Natália Mendes, Carlos Conti, Eduardo Souza, GilKhel, Jonas Campos, Eduardo Neder, Lucas Piveta, Pedro Rodrigues, Lucas Shirts,Uirá Alves, por tantas conversas e vivências agradáveis e sempre hilárias. Ao Gustavo Galo, pela vida de artista. A toda a Trupe Chá de Boldo! A todos os amigos que

deixei de mencionar.

Ao Carlos Sandler, grande companheiro, que me ajudou a moldar cada reflexão contida neste trabalho, e a toda a sua família.

Agradeço à minha orientadora que por extrema coincidência também pesquisa cidades de fronteira, o que ampliou e qualificou muito o universo teórico estrutural desta pesquisa.

Aos cartunistas do Brasil, os primeiros responsáveis a me fazer gostar de ler e de desenhar. Agradecimento especial à Turma do Pasquim, ao Henfil, a quem considero um amigo que não tive a oportunidade de conhecer, ao Angeli, Glauco e Laerte. Viva o Glauco e seu filho Raoni!

Ao Colégio Equipe pela formação e pelo olhar crítico ao mundo.

À Escola da Cidade pela oportunidade (e privilégio) de viver os primeiros anos desta experiência, de conviver com tantos mestres e de pertencer a esta comunidade. A todos que se dedicaram para a formação desta instituição, este trabalho simboliza minha retribuição a este esforço.

À Julia Gouvêa, André Lodjensky Russo e Edson da Riva Carvalho (Edinho), os três colegas sonhadores com quem tive a oportunidade de realizar a viagem que iniciou o meu interesse em investigar o tema da fronteira. Ao Yuri Parma Yamato ao Luan Carone. A todos os colegas da Escola da Cidade.

A toda estrutura que nos foi proporcionada em Alta Floresta pelo Edinho e por toda sua família, sobretudo por sua mãe Vitória da Riva, à quem também agradeço pelo destacado trabalho que realiza para o ecoturismo e que nos mostra na prática que outro cenário é possível. Basta querer fazer, começar e ser criativo.

À Fundação Ecológica Cristalino.

Ao Cristalino JungleLodge.

Ao Instituto Centro de Vida - ICV.

Ao Núcleo de Pesquisa da Escola da Cidade onde esta pesquisa se iniciou. Agradecimento especial ao Guilherme Schutzer, Pedro Sales e Newton Massafumi, três gurus desta pesquisa. Agradecimentos também pela colaboração no Núcleo à Tânia Knapp, Thiago Mendes, Lauro Rocha e Guilherme Sandler.

Ao arquiteto Paulo de Mello Bastos, com quem tive a oportunidade de trabalhar, conviver e aprender. Com lamento por saber que não verá esta dissertação. À toda a equipe com quem trabalhei em seu escritório Cristina, Gláucia Hokama, Tainá de Paula, Marta Hitner, Luciane Shoyama, Nelson Xavier e Milton Nishida.

Ao arquiteto Jorge Wilhelm, este sim um mestre, e toda a equipe de seu escritório, Regina, Márcia Grosbaum, Ligia Rocha Rodrigues, Camila Domitila e Flávia Peretto pela oportunidade de conviver e de viver, debater e produzir urbanismo.

Ao PROURB - Programa de Pós Graduação em Urbanismo por acreditar nesta pesquisa, pelo ótimo acolhimento e por poder compartilhar deste ambiente de debate das questões do urbanismo. A toda a minha turma. À Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Ao IBGE e ao INPE, cujos dados disponibilizados gratuitamente em seus sítios foram fundamentais na elaboração desta pesquisa.

Ao Cnpq pela bolsa concedida para que este trabalho pudesse ser realizado.

Resumo

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo fazer um diagnóstico da *situação territorial* e do *avanço da fronteira* em um dos vetores mais recentes, o da rodovia Cuiabá-Santarém, vetor Sul-Norte da BR-163. Para isso, empregamos uma base teórica que extrapolou o campo teórico do urbanismo, buscando cruzamentos teóricos em áreas complementares. Para a compreensão do conceito de fronteira, os geógrafos Pierre Monbeig (1984) e Milton Santos (1996; 2004 e 2006) foram fundamentais, bem como Giuseppe Dematteis (1989), Pedro Sales (1999) e a geógrafa Bertha Becker (2007). O historiador João Carlos Vicente Ferreira (2001) nos orientou acerca dos fatos que construíram a história do Mato Grosso que é, como veremos, uma parte da história da fronteira. A partir destes e de outros autores nossa análise busca representar o recorte geográfico determinado pelo cruzamento de suas relações atuais e das etapas que o formaram, mostrando a sucessão dos eventos que moldaram o território. Nossa investigação buscou compreender o território a partir destes eixos de relações horizontais e verticais, e da espacialização dos aspectos abordados, por meio de representações cartográficas. O trabalho, assim, é separado em duas grandes partes: uma primeira, histórica, traz a sequência dos acontecimentos formadores do território selecionado e, uma segunda, atenta para as cidades deste território, a partir de análise de dados de população, economia e desenvolvimento humano. Com isso, nos aproximamos de um modelo para a representação do fenômeno do avanço da fronteira e esperamos, com esse modelo, ter contribuído para o desenvolvimento de metodologias de análise de territórios de fronteira, baseados numa abordagem que compreende que a construção do território se dá no cruzamento de espaço e tempo e suas diversas escalas.

Palavras chave: urbanismo, fronteira, situação territorial, relações verticais e horizontais, representações cartográficas.

Abstract

This master thesis aims to diagnosis the situation and progress of the territorial border in one of the newest vectors, the highway Cuiabá-Santarem, vector South-North of BR-163. For this reason, the work uses a theoretical base that has gone beyond the field of urbanism, seeking intersections with complementary areas. For the understanding of the concept of the frontier, the geographers Pierre Monbeig (1984) and Milton Santos (1996; 2004 and 2006) were fundamental, as well as Giuseppe Dematteis (1989), Pedro Sales (1999) and Bertha Becker (2007). The historian João Carlos Ferreira (2001) guided us about the events that made up the Mato Grosso State history, which is a part of frontier's history. This analysis sought to represent the geographic cut determined by the intersection of their current relationships and the formation stages, showing the events succession that shaped the territory. The objective of this study was to analyse the territory based on axes of horizontal and vertical relationships, and spatial aspects addressed through cartographic depictions. The work, therefore, is separated into two main parts: the first, historic, shows the sequence of events that formed the territory selected, and the second focusing on the cities of this territory, conducting an analysis based on the data of population, economy and human development. As a result this work proposes a model for the border advancement representation and hope have contributed to the development of methodologies for border territories analysis, based on an approach which realizes that the construction of the territory occurs at the intersection between space and time and its various scales.

Keywords: Urbanism, Border, Territorial situation, Vertical and Horizontal Relationships, Cartographic depictions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA, POR UM REGISTRO DA FRONTEIRA.	22
CAPÍTULO 3. AS RELAÇÕES VERTICAIS, O AVANÇO DA FRONTEIRA	31
3.1. O AVANÇO DA FRONTEIRA I – do Tratado de Tordesilhas ao início da agricultura mecanizada	32
3.1.1 Do Tratado de Tordesilhas ao Tratado de Madri	32
3.1.2 A Capitania de Mato Grosso.....	39
3.1.3 A província de Mato Grosso	44
3.2. O AVANÇO DA FRONTEIRA II - da república ao regime militar	47
3.3. O AVANÇO DA FRONTEIRA III – a colonização da Amazônia, a última fronteira.....	53
3.4. O AVANÇO DA FRONTEIRA IV – a colonização do norte matogrossense	66
3.4.1. Os diferentes projetos implantados ao longo da Rodovia BR-163	76
CAPÍTULO 4. RELAÇÕES HORIZONTAIS – VETOR SUL NORTE DA BR-163	91
4.1. A CADEIA PRODUTIVA	91
4.2. PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA.....	96
4.3. PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA	105
CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
APÊNDICES	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Aldeia Kuikuro, no atual Parque Indígena do Xingu.....	1
Figura 2 - Nota de 500 Cruzeiros, de Aloísio Magalhães.....	13
Figura 3 - O território de análise: os municípios de as microrregiões	26
Figura 4 - O território brasileiro no séc. XVII.....	33
Figura 5 - O território brasileiro no início do século XVIII	38
Figura 6 - Chegada de Jânio Quadros a um dos acampamentos da expedição Roncador-Xingu.....	53
Figura 7 - Amazônia Legal. Fonte: Imazon.....	54
Figura 8 - Ordem e Progresso. Cartum de Henfil.	62
Figura 9 - A construção do território no período de 1960-1970.....	63
Figura 10 - A construção do território no período de 1970-1980.....	63
Figura 11 - A construção do território no período de 1980-1990.....	64
Figura 12 - A construção do território no período de 1990-2000.....	64
Figura 13 - A construção do território no período de 2000-2010.....	65
Figura 14 - As mesorregiões e o tamanho do território.....	68
Figura 15 - A formação dos municípios.	70
Figura 16 - Evolução da malha municipal brasileira	71
Figura 17 - Árvore genealógica dos municípios.....	72
Figura 18 - A hierarquia da rede urbana	74
Figura 19 - Biomas e Tipos de Vegetação	76
Figura 20 - Hidrografia e Relevô	77
Figura 21 - Histórico das cidades e municípios	78
Figura 22 - Pioneiros no trajeto em direção a Porto dos Gaúchos em 1955.	79
Figura 23 - A colonização dos municípios.....	81
Figura 24 - Plano de Alta Floresta, de Vallandro Keating.....	83
Figura 25 - Os Assentamentos de Reforma Agrária	85
Figura 26 - Chega de lendas, vamos faturar!	87
Figura 27 - Evolução do Antropismo na Amazônia Legal.	88
Figura 28 - Desmatamento Acumulado na BR-163	89
Figura 29 - A infraestrutura do território	90
Figura 30 - A Estrutura Fundiária.....	92
Figura 31 - Cadeia produtiva, o ciclo madeira-gado-soja.....	93
Figura 32 - Tipos de Solo.....	95
Figura 33 - População total dos municípios	103
Figura 34 - População urbana e rural dos municípios	104
Figura 35 - O desenvolvimento humano e a pobreza	105
Figura 36 - Produto interno bruto	107
Figura 37 - PIB por setor da economia	108
Figura 38 - A distribuição de renda no território.....	109
Figura 39 - Emprego, renda e PIB per capita.....	110
Figura 40 - Distribuição dos empregos formais e dos empregos por tipo de atividade.....	115
Figura 41 - A evolução do antropismo de 1960 a 2010.....	123
Figura 42 - Castanheira em lavoura de soja na BR-164 em Belterra, no Pará.	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Evolução do número de municípios brasileiros entre 1940 e 2007, segundo IBGE.	69
Quadro 2 - Ranking de população por período	96
Quadro 3 - Curva de crescimento relativo da população.....	97
Quadro 4- População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Alta Floresta	98
Quadro 5 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Alto Teles Pires.....	99
Quadro 6 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Arinos	100
Quadro 7 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Colíder	101
Quadro 8 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Sinop.....	102
Quadro 9 - Distribuição dos empregos no território.....	112



Figura 1- Aldeia Kuikuro, no atual Parque Indígena do Xingu.²

²Foto de Pedro Martinelli/ISA , 1999 in <<http://www.mpi.nl/DOBES/projects/kuikuro/people>>

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado resulta do desejo de compreender de que maneira o arquiteto urbanista pode colaborar diante de uma das questões mais fundamentais que a humanidade enfrenta atualmente - a preservação dos recursos naturais frente a um crescimento sem precedentes da população, da urbanização e das capacidades técnicas de produção que exigem cada vez mais áreas de plantio, de pastagens, de exploração mineral. Este movimento pressupõe um avanço, inerente à lógica capitalista que sempre teve espaço para onde avançar. O problema neste momento é que, por um lado, este avanço é cada vez mais tecnicamente poderoso, enquanto o remanescente da cobertura vegetal do planeta é frágil perante essa força. Por outro lado, a falta desta cobertura vegetal mostra-se também muito poderosa, sobretudo por desregular o sistema climático afetando o regime das águas do planeta.

Diante desta problemática fica evidente que a compreensão desse fenômeno e a busca de possíveis soluções exigem uma base teórica que extrapole o campo teórico do urbanismo e busque identificar também os aspectos originários da situação atual. Desta maneira, a abordagem desta dissertação parte de cruzamentos teóricos e de escalas geográficas e temporais.

Pode-se dizer que o trabalho é separado em duas grandes partes, uma primeira que se preocupa em elencar a sequência dos acontecimentos formadores do território selecionado como tema de investigação - que será mais bem detalhado adiante - e uma segunda que atenta para as cidades deste território, a partir de análise de dados de população, economia e desenvolvimento humano.

Mas todos estes questionamentos levantados não são originais desta pesquisa. Esta pesquisa é resultado de uma sequência de outros trabalhos do qual o autor participou primeiramente com colegas da Escola da Cidade (Associação de Ensino de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – AEA-USP) e, posteriormente, no Núcleo de Pesquisa da mesma instituição, orientado pelos professores urbanistas Newton

Massafumi, Pedro Rivaben Sales e pelo geógrafo Guilherme Schutzer. O que o arquiteto tem a colaborar nas novas cidades da Amazônia e em sua preservação? Foi esta a pergunta embrionária que surgiu do grupo de estudos montado para realizar uma ida a campo, no ano de 2005, para o território Portal da Amazônia.

Em campo, o grupo circulou pelos dezesseis municípios que formam o território, realizando entrevistas com os diversos atores locais, conhecendo as diversas atividades que compõe a cadeia produtiva da região, além de vivências na floresta. De uma destas conversas com os membros da organização não governamental *Instituto Centro de Vida* surgiu a possibilidade de participar do *Projeto Diálogos* que tinha como um dos objetivos produzir um diagnóstico do território com um olhar multidisciplinar em que diversas equipes tratariam de um tema específico. Estavam contemplados os temas: exploração florestal, agricultura familiar, agropecuária, estrutura fundiária e colonização. Não haviam equipes com olhar voltado para as cidades e redes de infraestrutura.

Talvez estivessem aí os primeiros indícios de que os questionamentos do grupo eram de fato relevantes. E deste encontro surgiu o convite para que o Núcleo de Pesquisa da Escola da Cidade participasse do projeto Diálogos com o objetivo de elaborar o diagnóstico das cidades e redes de infraestrutura. E foi esta pesquisa o embrião desta dissertação de mestrado. A partir daí, o autor ainda elaborou seu trabalho de conclusão de curso sobre o território e continuou sua pesquisa de maneira independente até levar o tema ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo – PROURB da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Ao chegar ao PROURB a investigação tomou novos rumos, ampliando seu território de análise. De Portal da Amazônia passamos para a área de influência da rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, no trecho que vai de Diamantino, próximo à Cuiabá,

até a divisa entre os estados do Mato Grosso e do Pará, contemplando assim todas as novas cidades³ implantadas a partir da década de 1970.

Além de ampliar o território, objeto de nossa pesquisa, o objetivo também foi ampliado para além de um diagnóstico desta *situação territorial*⁴ que passou a constituir uma etapa de estudo de um fenômeno maior que é a fronteira e seu avanço, o avanço da área efetivamente ocupada pelo sistema capitalista no território brasileiro. Curiosamente, a urbanista Rachel Coutinho, orientadora desta dissertação, investigou outro momento deste mesmo fenômeno em sua tese de doutorado⁵ - as cidades do oeste do Estado de São Paulo que foram construídas pela força do café e estruturadas pela ferrovia no final do século XIX. De certa forma, trata-se de investigações complementares e a experiência da orientadora foi de fundamental importância para os novos rumos que a pesquisa tomou.

E estes novos rumos apontam a nossa investigação para a questão da fronteira, o que nos aproxima do olhar dos geógrafos e de alguns conceitos da geografia. Para a compreensão do conceito de fronteira, o geógrafo francês Pierre Monbeig foi importante referência para este trabalho. Algumas ideias do livro *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, de 1984, nos dão apoio teórico fundamental. O autor apresenta a noção de fronteira não como limite, mas sim como movimento, processo. Fenômeno sintetizado pelo termo *franja pioneira*, que passa melhor a ideia de sistemas que se confrontam de maneira irregular, que se interpenetram.

O geógrafo brasileiro Milton Santos nos foi fundamental, sobretudo por seu livro *A natureza do espaço*, em que apresenta algumas ideias principais deste trabalho, tais como a noção de *técnica como um meio* e aperiodização baseada na técnica, o

³ Ficando de fora apenas os municípios da Microrregião de Juruena que, apesar de serem da mesma época e manterem uma relação direta com muitas das cidades que selecionamos não tem na BR-163 seu principal vetor infra estrutural.

⁴ Conceito cunhado por Giuseppe Dematteis e que será mais bem detalhado no primeiro capítulo desta dissertação.

⁵ COUTINHO, Rachel. NEW TOWNS AND REGIONAL DEVELOPMENT IN THE NORTHWESTERN FRONTIER OF THE STATE OF SÃO PAULO: 1890-1950, Cornell University, CORNELL, Estados Unidos: 1988.

espaço como um híbrido de sistema de ações e sistema de objetos, a noção de totalidade e a relação local e global ou universal e particular.

A geógrafa Bertha Becker também foi importante no que diz respeito à geopolítica da Amazônia. Em seu trabalho, apresenta o jogo de forças, os interesses, as partes envolvidas no processo de construção deste espaço. O historiador João Carlos Vicente Ferreira, com seu *Mato Grosso e seus Municípios* foi o que norteou a periodização aqui apresentada. Se os outros autores foram referência conceitual, este nos orientou acerca dos fatos que construíram a história do Mato Grosso que é, como veremos, uma parte da história da fronteira.

Cabe ressaltar, ainda, a pertinência da escolha deste e não de outros territórios de fronteira. Como um dos vetores mais recentes, o da rodovia Cuiabá Santarém vive na iminência de uma transformação que, além de devastadora, poderá mudar a geopolítica, virando o Brasil de “cabeça para baixo”. Por seu potencial logístico, possibilitaria um acesso mais fácil às águas do Oceano Pacífico, o que interessa fortemente ao agronegócio brasileiro que pressiona para que essa região seja completamente asfaltada. As cidades também vivem na expectativa desta nova ligação. Neste sentido, este vetor é a fronteira em ação, apontada em direção à Floresta Amazônica.

A partir destes e de outros autores nossa análise tem como objetivo representar o recorte geográfico determinado pelo cruzamento de suas relações atuais e das etapas que o formaram, mostrando a sucessão dos eventos que moldaram o território. A ideia é, a partir de um cruzamento de bases cartográficas com dados históricos, demográficos e socioeconômicos, nos aproximarmos de um modelo para a representação do fenômeno do avanço da fronteira, baseado no cruzamento de espaço e tempo e suas diversas escalas.

É também nosso objetivo contribuir para o desenvolvimento de metodologias de análise de territórios de fronteira, uma vez que a representação que apresentamos do território objeto desta pesquisa poderá vir a ser utilizada em outros contextos,

como uma referência para a compreensão do fenômeno investigado. Nesse sentido, esta pesquisa contribui para a criação de modelos de análise de territórios de fronteira, baseados numa abordagem que compreende que a construção do território se dá no cruzamento de espaço e tempo e suas diversas escalas.

Alguns fatos recentes são sintomáticos desta direção e justificam a importância da pesquisa. Destacamos a discussão em relação à aprovação da reforma do texto da lei do Código Florestal Brasileiro⁶, na data de 06 de dezembro de 2011, entre outras questões, anistiou fazendeiros que desmataram áreas de preservação permanente (APP) até o ano de 2008, permitiu o cultivo em áreas de APP e topos de morro e diminuiu as faixas de APP para os rios. Trata-se de fato sintomático por ter sido motivo de grande discussão por parte da sociedade civil, a ponto de os últimos dez ministros do Meio Ambiente enviarem *carta aberta* à presidente Dilma Roussef posicionando-se contra sua aprovação. Deixando clara a força da elite que controla o agronegócio ou que controla o espaço rural brasileiro, a chamada bancada ruralista do congresso nacional. Numa decisão muito mais alinhada com a lógica colonial do que com as questões mais recentes.

Outros fatos recentes acenam na mesma direção, o plebiscito para a divisão do Estado do Pará em Pará, Carajás e Tapajós. Assim como a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, onde, nas palavras de Bertha Becker em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo do dia 11 de dezembro de 2011, “O país passa por momento decisivo sobre o futuro de suas reservas florestais, a marcha da fronteira segue, desta vez mais eficaz pelas técnicas atuais”.

É este mais um dos motivos que nos leva a investigar o território proposto. A questão aqui é menos do avançar ou não avançar, mas sim de como não repetir experiências desastrosas. Para investigar estas experiências a história nos dá suporte para identificar quais foram as ideologias e os fatos que nos moveram até os atuais limites de nosso território. O outro suporte será o de, a partir de um território

⁶ Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

recentemente ocupado identificar quais são as dinâmicas resultantes da direção dada. Afinal, falamos de uma rodovia Cuiabá-Santarém que ainda não liga a cidade de Cuiabá à cidade de Santarém. Ela, de sul para norte, é asfaltada até o limite do Pará com o Mato Grosso e seu asfaltamento interessa em muito ao agronegócio, sobretudo, à soja que tem sua principal área de cultivo no cerrado brasileiro.

Atualmente, a soja segue pelas estradas para exportação via porto de Santos e porto de Paranaguá e, a partir daí, segue para o Porto de Rotterdam, na Holanda, de onde é direcionada para outros países, sobretudo para a Ásia. O asfaltamento desta rodovia permite uma nova rota pelo porto fluvial de Santarém. De lá, seguiria para Belém do Pará e de lá, pelo canal do Panamá, já chegaria a águas do Oceano Pacífico, economizando, e muito, em milhas náuticas. Fato este que mudaria o cenário produtivo nacional, virando o Brasil de cabeça para baixo. Por esses fatores e por poder antecipar as problemáticas de uma ocupação irresponsável e seu impacto no meio ambiente, este é o trecho de fronteira selecionado para ser investigado nesta pesquisa (do município de Nobres até o município de Guarantã do Norte). A partir da análise deste território, que é um vetor importante da fronteira, será possível investigar o fenômeno maior que é toda a fronteira.

No capítulo 1, a seguir, apresentamos a fundamentação teórica, em que os conceitos que embasam este trabalho serão expostos. Abordamos conceitos de Milton Santos (1996; 2004 e 2006), a visão de Giuseppe Dematteis (1989), Pedro Sales (1999) e, por fim, a abordagem proposta por Pierre Monbeig (1984).

O capítulo 2 refere-se à perspectiva metodológica deste trabalho. São expostos os procedimentos metodológicos, o contexto da pesquisa e o tratamento analítico dos dados nas três perspectivas em que a pesquisa foi dividida: perspectiva histórica, demográfica e socioeconômica.

No capítulo 3, são apresentados e discutidos os resultados da perspectiva histórica, à luz das abordagens teóricas adotadas. Foram apresentados os fatos

necessários para compreender o avanço da fronteira, do Tratado de Tordesilhas à colonização da Amazônia.

No capítulo 4, apresentamos as características da formação, o tamanho, a dinâmica populacional e o perfil socioeconômico do território analisado – o vetor sul norte da BR-163.

No capítulo 5, são expostos os comentários finais desta pesquisa. Apresentamos as contribuições deste trabalho e discutimos as possíveis limitações, trazendo sugestões para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ponto de partida do que se propõe esta pesquisa é o avanço de um sistema de vida humano sobre novos territórios, já habitados ou não. No nosso caso este avanço se constitui na construção do espaço brasileiro. Mas nosso interesse está justamente na fronteira, um momento deste movimento. A fronteira nômade. Voltaremos os olhos ao caso dos municípios implantados a partir do vetor configurado pela BR-163, rodovia Cuiabá-Santarém, região do “nortão” do Estado do Mato Grosso. Esta escolha se justifica, no contexto histórico do avanço da fronteira, por ser um dos mais recentes⁷ vetores de penetração nos territórios ainda não incorporados ao sistema produtivo. A seleção deste recorte espacial define também o recorte temporal. Já que os esforços para iniciar estes avanços têm início efetivo a partir de 1970. Investigaremos as dinâmicas territoriais a partir desta data até os dias atuais, bem como os eventos históricos que resultaram neste esforço de colonização.

Desta maneira, partimos de algumas definições de Milton Santos (1996) a começar por uma compreensão de espaço geográfico como um híbrido⁸ de um sistema de objetos e de um sistema de ações. Estes sistemas, mediados pela intencionalidade humana, são inseparáveis. Nenhum objeto existe se não houver uma ação e nenhuma ação pode ser percebida sem que haja um objeto, como diz o autor:

Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há o evento, não antes. Segundo Simmel (1903, p. 43) o rendez-vous tanto denota o encontro, quanto o lugar do encontro. Se aquele feixe e vetores pudesse ser parado no caminho, antes de se instalar, não haveria evento. A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto. Por isso os eventos estão no próprio coração da interpretação geográfica dos fenômenos sociais. (2004: 95).

⁷ A BR-163 é contemporânea a instalação de outros grandes eixos rodoviários, visando a modernização e colonização de áreas “vazias” do território como é o caso da rodovia BR-153 (Belém-Brasília) a BR-230 (Transamazônica) e a BR-364 que estruturaram os avanços mais recentes da área antropizada do território brasileiro.

⁸ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paul: EdUsp, 2004.

Outra noção importante definida por Santos é a das técnicas como sistemas que definem as diversas épocas, que nos permitem “empiricizar o tempo” (SANTOS. 2004:24) e aproximar as técnicas da noção de meio geográfico, propondo uma periodização baseada na técnica, em meios técnicos. Nas palavras do autor:

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado de técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas de estruturação, funcionamento e articulação dos territórios, desde os albos da história até a época atual. Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica. (2004: 171)

Também a noção dos universais e particulares, ou do espaço local e do espaço global, e a totalidade são importantes em nossa base conceitual. Segundo Santos, o espaço se transforma a partir de intervenções de redes de influência que operam em uma multiplicidade de escalas, simultaneamente, desde a escala local até a escala mundial. Esta multiplicidade não se dá somente em escalas geográficas, mas também no tempo. Relação definida pelo autor como o cruzamento de um *eixo das sucessões*, assincrônico - o tempo histórico, onde podem ser identificados períodos; e o *eixo das coexistências*, sincrônico, com tempos diversos, formado não por eventos sucessivos, mas concomitantes, em existência comum. Segundo Santos:

Cada ação se dá segundo seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala – do lugarejo, da grande cidade, da região do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem geral, que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular. (2004: 159)

Desta maneira o espaço geográfico é construído intencionalmente pelas civilizações. Sua análise deve partir do cruzamento entre um sistema de objetos, que são as intervenções físicas, construídas no espaço, e de um sistema de ações, que os instala e dá sentido, operando segundo interesses globais e locais e por ritmos e

tempos mais rápidos e mais lentos. O estudo de uma região deve ser dirigido para obter dois resultados paralelos:

- 1) um melhor conhecimento da parcialidade que é o fenômeno estudado, através do reconhecimento de sua inserção no todo;
- 2) um melhor conhecimento do todo, graças à melhor compreensão do que é uma de suas partes.(1980: 71)

É, portanto, fundamental que a análise da região proposta seja o resultado do cruzamento entre as dinâmicas locais e as orientadas por fatores externos a ela. Esta relação, local-global, também foi trabalhada pelo geógrafo Giuseppe Dematteis (1989). Segundo ele, a análise e a descrição de uma *situação territorial* nos informa sobre um *estado de coisas* existente. Seu estudo deve se dar, a partir tanto das realidades territoriais atuais quanto das passadas e de seus futuros possíveis. Desta maneira, além das relações atuais, o território seria resultado da somatória de tempos e ações.

Dematteis considera que as *situações territoriais* são o resultado do cruzamento de dois espaços: um espaço de relações *horizontais*, sincrônicas, com suas escalas e conexões diversas. E um espaço-ambiente constituído por relações *verticais*, diacrônicas, de componentes ecológicos e histórico-culturais, acumulados e sobrepostos, específicos de cada localidade.

Para ele, o principal objetivo de utilizar estes dois eixos (horizontal e vertical) para identificar situações territoriais está na possibilidade de evidenciar que os objetos espaciais assumem, independentemente de uma aparente semelhança, significados específicos decorrentes de seu contexto territorial. Isto não apenas por desempenharem funções diferentes, mas por estarem conectados de maneira diferente aos níveis territoriais (relações horizontais) e a outros objetos espaciais coexistentes (relações verticais).

A aproximação entre as relações propostas por Dematteis e M. Santos foi explorada pelo autor Pedro Rivaben Sales:

Entendendo, desde M. Santos, que a nova realidade do território pela interdependência universal de todos os lugares, segue-se que a apreensão de cada situação ou objeto territorial só possa realizar-se a partir da verificação das ligações específicas que estas mesmas situações ou objetos têm, seja com os níveis territoriais superiores seja com os outros objetos territoriais coexistentes. Daí a importância, como propõe Dematteis da análise das “situações territoriais” como verificação da intersecção de um espaço de relações “horizontais” e de um “espaço-ambiente” de relações “verticais”. As primeiras, referentes às interações econômicas, culturais, sociais, que os centros urbanos mantêm entre si às mais diversas escalas e que lhes conferem seu “valor” ou significado territorial. As segundas, as “verticais”, referem-se aos componentes ecológicos e histórico-culturais próprios de cada lugar ou área, conferindo aos mesmos sua identidade e especificidade morfológica. Se a pertinência “prática” dessas últimas deriva dos “valores” que assumem nas interações “horizontais”, no entanto, não se trata de fundar em nível local as “necessidades” da nova ordem superior que se manifesta e opera como rede em um nível planetário, mas sim de, invertendo essa relação, afirmar as contingências locais, em sua diversidade e especificidade, como recurso para atração de novas atividades e ocasião para melhorar sua posição competitiva na rede das múltiplas trocas. Neste sentido o “local” não é um “significante” disponível a receber qualquer “significado” nem o global pode ser confundido com a ideologia da transformação em si mesma, compondo e recompondo fragmentos. (1999: 24-25)

Portanto, faz-se necessário um esforço no sentido de periodizar e identificar estes momentos, relações *verticais*. Desta maneira partimos da periodização proposta por Milton Santos (2006) definida pela sucessão de meios geográficos: *meio natural*, *meio técnico*, *meio técnico-científico* e *meio técnico-científico-informacional*.

O primeiro período, o *meio-natural*, Santos define como o período marcado pela presença humana - de grupos indígenas e primeiras instalações europeias, condicionadas pela natureza e por seus ritmos e tempos lentos.

O segundo, *meio técnico*, é dividido em dois subperíodos: o primeiro, das técnicas *pré-máquina* e das técnicas *da máquina* aplicadas à produção. No caso do território brasileiro, durante este período o autor identifica um conjunto de “ilhas”, áreas produtivas, articuladas por rotas diretamente vinculadas a um porto exportador e que não se comunicavam entre si, formando o que definiu como o *arquipélago brasileiro*. O segundo subperíodo é o da circulação mecanizada e início de uma

industrialização, em que há a incorporação das máquinas ao território, como as estradas de rodagem, ferrovias, portos e telégrafos, constituindo pela primeira vez uma integração do território e do mercado.



Figura 2- Nota de 500 Cruzeiros, de Aloísio Magalhães.

O período seguinte, *meio técnico-científico*, é caracterizado por Santos como a época em que houve uma revolução nas telecomunicações. É, sobretudo neste período, a partir dos anos 1970, que o meio técnico realmente se difunde, ultrapassando o seu estágio de pontos e manchas e estabelecendo uma rede territorial integrada. Neste período, a técnica permite um avanço mais potente para ocupar, com muito mais velocidade, novas áreas para produção e a integração de áreas do interior passa a ser prioridade como ilustra a nota de 500 Cruzeiros, Figura 2, de autoria de Aloísio Magalhães, comemorativa do sesquicentenário da Independência, apresenta uma sequência de 5 mapas do Brasil representando diferentes períodos, os mapas são intitulados: Descobrimento, Comércio, Colonização, Independência, Integração (MAGALHÃES.2003:211).

O momento atual é definido por Santos como *meio técnico-científico-informacional*, em que a globalização de informações e finanças determina e passa a configurar a nova geografia. Neste período, agravam-se as diferenças regionais, aumentando a importância da *região concentrada*⁹, da hegemonia paulista e da

9 Esta denominação trata da região constituída pelos Estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Santos, 2006: 27).

ocupação e aparelhamento de áreas periféricas com produções modernas.

A partir desta periodização inicial e dos conceitos de espaço híbrido de sistema de objetos e ações de Milton Santos nos interessa, nesta dissertação, observar as bordas deste processo, a linha de frente do avanço, justamente, a fronteira.

Recorremos, para tanto, ao artigo “Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial”¹⁰ onde Carlos Alberto Franco Silva, traça uma definição de *fronteira agrícola capitalista*, na mesma direção que o geógrafo David Harvey traça uma definição desta lógica capitalista. Segundo ele,

o capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalistas, espalhando-se, às vezes como um filete e outras vezes como uma inundação, em cada canto e recanto do mundo habitado. É graças a esse fluxo que nós, que vivemos no capitalismo, adquirimos nosso pão de cada dia, assim como nossas casas, carros, telefones celulares, camisas, sapatos e todos os outros bens necessários para garantir nossa vida no dia a dia. A riqueza a partir da qual muitos dos serviços que nos apoiam, entretêm, educam, ressuscitam ou purificam são fornecidos é criada por meio desses fluxos. Ao tributar esse fluxo os Estados aumentam seu poder, sua força militar e sua capacidade de assegurar um padrão de vida adequado a seus cidadãos. Se interrompemos, retardamos ou, pior, suspendemos o fluxo, deparamo-nos com uma crise do capitalismo em que o cotidiano não pode mais continuar no estilo a que estamos acostumados (2011: 7)

Ao iniciar esta busca por uma definição de fronteira, Silva lembra que a noção de fronteira é, de modo geral, tratada como limite, seja entre países, estados, municípios ou propriedades. Uma “linha divisória concreta ou imaginária”, mas, o que interessa ao se tratar da fronteira é compreendê-la não como algo estático, mas, além de limite, como um processo social simultaneamente.

10 O artigo esta estruturado em quatro partes: a primeira parte de um esforço para a definição de fronteira; depois busca compreender da fronteira agrícola capitalista brasileira; segue construindo uma definição de ordenamento territorial; e, por fim, para a compreensão do ordenamento territorial nas áreas de cerrado do território brasileiro atingidas pelo avanço da soja. Interessa-nos, neste momento, a primeira parte: a definição do termo de fronteira agrícola capitalista.

Desta maneira Silva (2007:284) recorre a Frederick Jackson Turner (1896) para uma abordagem inicial que define a fronteira como “faixa de contato cultural e social entre áreas sob domínio da sociedade capitalista e outras sob signo de valores e modos de produção distintos e à margem dos processos de acumulação de capital”. Turner trabalha a figura do pioneiro, o homem que avança para dominar a terra e a barbárie. Trata-se, para ele, do avanço da civilização, da urbanidade. Faz parte deste universo a ideia de um espírito empreendedor sobre terras novas. Esta noção está no contexto da fronteira norte-americana e, Silva (2007) lembra que Turner “negligenciou a importância das comunidades indígenas e o fato de o Oeste americano já ser explorado e ter algumas cidades fundadas por franceses e espanhóis antes da ‘grande marcha’”.

Para o autor, Turner estabelece uma construção simbólica da fronteira em que o Oeste construía uma identidade do ser americano e conclui:

Logo, a fronteira capitalista é uma invenção para justificar representações simbólicas, culturais e ideológicas contra as territorialidades dos índios, dos negros, dos ribeirinhos, dos posseiros, etc. Daí o absurdo de considerar a fronteira o limite entre a civilização e a barbárie, conforme afirmava Turner. (2007: 286).

Seguindo esta crítica à noção de fronteira de Turner, Silva prefere tratar, mais alinhado com o pensamento de Bourdieu (1998), a fronteira como a afirmação do poder de grupos sociais frente a territorialidades preexistentes, impondo um novo sistema de valores e de representação simbólica. A fronteira marcha acompanhada de um conjunto de dimensões etnocêntricas, culturais e racistas e lembra que este processo de afirmação destas dimensões sobre as territorialidades marginais à ordem hegemônica não se dá de maneira linear e homogênea e, muito menos, acontece sem resistência. O autor lembra o caso, no Brasil, do surgimento do Movimento dos Sem-Terra e o, ainda frequente, embate entre índios e posseiros.

Sendo assim, a fronteira alia instabilidade e luta pela conquista e defesa de espaços. Nas palavras de Silva “a fronteira é instável, precária, provisória e produtora

de recortes espaciais diversos, sobretudo pelo suporte condicionante dos recursos naturais possíveis” (2007:287).

Trata-se a fronteira, portanto, de uma linha móvel, nômade, e que, no caso da brasileira, normalmente está associada ao avanço da pecuária extensiva, à presença de terras disponíveis e à colonização. Neste contexto sua consolidação é indissociável da noção de propriedade da terra, o que tem sido motor, no território brasileiro, de profunda desigualdade social. Além deste impacto social, o impacto ambiental do avanço da fronteira agrícola capitalista determina mudanças profundas na paisagem. Sobre a definição do conceito de fronteira agrícola capitalista e sua aplicação na realidade brasileira, o autor conclui:

A fronteira é a luta por recursos. A conquista de imensas parcelas do território brasileiro para abertura da fronteira agrícola se deu pela apropriação de imensas áreas de florestas habitadas por populações que são consideradas, de forma equivocada, atrasadas e primitivas.

Enfim, fronteira é, mais do que limite jurídico, um processo particular de produção do espaço geográfico. Implica o encontro entre territorialidades e tempos distintos e conflitantes. Isso porque raramente a fronteira se desenvolve sobre terras “vazias”. Assim, é na fronteira que se agudizam as contradições que são parte da sociedade capitalista em geral. (2007: 288).

A abordagem proposta por Pierre Monbeig, ao investigar o fenômeno no oeste paulista, em seu livro *“Pioneiros e fazendeiros de São Paulo”* (1984), resulta no termo *franja pioneira*. A importância dos estudos de Monbeig sobre a franja pioneira no Brasil foi e continua sendo referência, em depoimento o urbanista Jorge Wilhelm comenta sobre a influência destes estudos no seu projeto de Angélica, no ano de 1954, no Mato Grosso do Sul, naquele momento uma frente de expansão desta franja, segundo Wilhelm:

Nessa altura, meu conhecimento de urbanismo era teórico, mas bastante vasto. Tinha lido toda a obra de Le Corbusier e conhecia bem as teses da VilleRadieuse e todos os postulados da urbanística europeia moderna, com suas funções essenciais: morar, trabalhar, circular e recrear-se. Também havia estudado a urbanística inglesa e suas cidades-jardins, assim como a Broad Acre City, em que Frank Lloyd Wright expunha sua visão para a vida urbana.

Mas qual a relação dessas teses para uma cidade na mata brasileira? De pouco me adiantavam teses geradas por séculos de crescimento orgânico europeu a partir de burgos medievais europeus. Achei a resposta pela mão de Pierre Monbeig, o geógrafo francês que estudou o nascimento e o crescimento das cidades pioneiras no oeste paulista! Mergulhei na análise da franja pioneira, boca do sertão, na ponta dos trilhos, e disso extraí os conceitos básicos, os porquês do nascimento de cidades não-coloniais em nosso país. (2003:33)¹¹.

Ao justificar a aplicação do termo franja pioneira, Monbeig contrapõe à expressão *frente de colonização* que, segundo ele, acentuaria a ideia de luta e o caráter militar deste avanço, segundo ele:

(...) os pioneiros são como exércitos que partem para o assalto e as derrubadas são os campos de batalha. Uma zona pioneira, como uma zona de guerra, conhece problemas de abastecimento, tem seus serviços de intendência e sua retaguarda e, nesse combate pacífico, o dinheiro é também o nervo da guerra. Entretanto, todo combate pressupõe uma estratégia e estrategistas que, providos de mapas, possam localizar as posições ocupadas pelas tropas, acompanhar sua marcha e modificá-la, se necessário.

Ora, a marcha pioneira não conhece nem generais nem estratégia, nem mapas. No máximo, poder-se-á falar em táticas locais; e como gostaríamos de estar em condições de assinalar nos mapas os pontos precisos onde, em determinado momento, houve uma parada ou um avanço! O avanço do povoamento está longe de ter o aspecto de um *front* contínuo que se pudesse balizar cuidadosa e regularmente. Trata-se mais de incursões de grupos numerosos, difíceis de localizar. É, portanto, melhor falar, como Isaiah Bowman, em “franja pioneira”, expressão um tanto vaga, mas que convém melhor a esta região instável e incerta, onde manchas de floresta subsistem, as vezes por muito tempo, envolvidas por culturas ou pastagens, mesmo quando já bem distante o solo abriga os primeiros cultivos. É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas. (1984: 165).

Desta maneira, o termo *franja pioneira* confere a fronteira seu caráter dinâmico, irregular e imprevisível, que se move segundo interesses diversos operados tanto localmente quanto por interesses externos ao espaço em disputa. Como descreveu Silva (2007) é na fronteira onde se agudizam as contradições da sociedade

¹¹WILHEIM, Jorge. A obra publica de Jorge Wilhelm. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.

capitalista, sendo ela a superfície de contato entre esta lógica e outras diversas.

Por este motivo compreender a dinâmica do território proposto como objeto de pesquisa passa necessariamente por compreendê-lo como fronteira. A partir daí, é possível organizar metodologicamente a maneira como apreender elementos desta dinâmica que, por ser tão complexa, exige uma multidisciplinaridade que o próprio Monbeig (1984) propõe. Para definir as etapas do avanço da fronteira, Monbeig diz aos geógrafos que seria necessária uma compreensão tanto da influência dos elementos naturais, dificultada pela falta de registro preciso dos desafios naturais vencidos, quanto dos mecanismos econômicos que a conduzem. Segundo ele, os mecanismos econômicos podem partir das crises econômicas que, apesar de não corresponder a datas precisas, definem uma época que exige uma nova situação que pode marcar a aceleração ou a desaceleração do avanço pioneiro. A partir desta compreensão de fronteira como processo de expansão e não como limite e linha divisória, cabe, a esta pesquisa, compreender que processo é este, quais foram as etapas de seu movimento e o que motivou esta expansão.

Torna-se fundamental elencar quais foram os eventos históricos, as motivações econômicas e políticas, do avanço da franja pioneira até o vetor em questão, a BR-163. A história do território proposto vincula-se diretamente à história do Estado do Mato Grosso. Este, desde os primeiros tempos da colonização europeia na América do Sul, foi palco das contradições da fronteira que, neste caso, seria o encontro do interesse português versus o interesse espanhol sobre um território desconhecido e habitado. A história do Mato Grosso é a história da fronteira e vice e versa, e esta história tem início em solo Europeu, no projeto colonizador da Coroa Portuguesa e Espanhola nas terras do 'novo mundo', cujo marco oficial seria o Tratado de Tordesilhas, processo este que ainda está em curso - a fronteira segue seu movimento de expansão.

A condição de *colônia* pressupõe um processo de expansão territorial, mas a expansão não resulta diretamente em colonização, como lembra o autor Antônio Carlos Robert Moraes que analisa, sob a ótica da geografia, o processo de ocupação do território brasileiro, em seu livro Território e História no Brasil. Segundo ele, "para que

ela ocorra é necessário uma efetivação da ocupação do espaço, isto é, a colonização é um assentamento com certa dose de fixação e perenidade” (2004:63). Veremos, ao tratar das origens desta franja pioneira, que, de fato, no caso do Mato Grosso, ocorreu um longo período de expansão, as entradas e bandeiras do século XVI até meados do século XVIII, sem ocupação efetiva do espaço. O autor descreve o processo de colonização como, fundamentalmente, uma relação *sociedade-espaço*:

A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os “naturais” do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local. Os atrativos evidentes – os imediatamente encontrados – comandam a instalação inicial dos colonizadores, mas os espaços desconhecidos atuam constantemente no imaginário colonial, fazendo da expansão progressiva um elemento sempre presente na vida da colônia. O devassamento e a apropriação das novas terras aparece como um dos componentes constantes dos processos de colonização, os quais têm assim um caráter extensivo intrínseco. A existência de fronteiras de ocupação em movimento é, assim, outro elemento caracterizador da realidade colonial. (2004: 68).

Mesmo depois de o Brasil ter se tornado independente, o processo de expansão iniciado pelo projeto colonizador continuou a sua marcha. Segundo Moraes (2004), as elites que o dirigem, a partir deste momento e até os dias de hoje, o conceberam como um espaço a ser conquistado, um estoque de terras e recursos. Esta condição fez com que as populações fossem tratadas como instrumento do processo de conquista e não com a preocupação de formação de uma nação, quase como um Brasil colônia de si mesmo.

Portanto, segundo o autor, estão na dimensão espacial as explicações dos processos sociais e da vida política da construção do território brasileiro, assim como dos territórios coloniais em geral: “trata-se de países formados na conquista de espaços, e que tem na apropriação territorial um móvel recorrente dos interesses e das alianças políticas. Difícil entendê-los sem recorrer a tal vício de origem. (MORAES, 2004:137).”

Em termos práticos, destaca o autor, a colônia determina: os padrões de organização do espaço; a conformação da estrutura territorial; os modos de

apropriação da natureza e de seus recursos naturais; a fixação de valor ao solo; as formas de relacionamentos entre lugares. O Estado assume o papel de agente organizador da estrutura territorial, como descreve Moraes, como ações de modelagem e produção de espaços: “o país visto como espaço (e não como nação), e um espaço que deve ser conquistado e explorado” (MORAES, 2004:137), ou: “o território, e não o povo, sendo o alvo prioritário das políticas públicas” (MORAES, 2004:138).

Adotaremos, a partir desta visão, o termo *fronteira nômade* para compreender nosso território de investigação como uma etapa recente do movimento de expansão colonial sobre território brasileiro, mesmo movimento, em épocas distintas, dos bandeirantes e da ocupação do oeste paulista, por exemplo.

Os momentos assumem diferentes motivações políticas e econômicas para justificar o avanço e assumem, também, diferentes formas dadas as condições tecnológicas de cada época. Sobre as ideias condutoras da expansão territorial no Brasil, o autor descreve:

A conquista do sertão, identificada com a própria construção de nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado. O discurso que reitera tal projeto é, no império, o do “país a se construir”, e na república o do “país em construção”. O mote imperial é o da civilização, brandido pelo Visconde de São Leopoldo na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1938. A meta da era republicana é a modernização, perseguida por Vargas, por Juscelino, e pelos governos militares. O objeto da ação é sempre o território, confundido com o próprio país. (2004: 139).

A etapa atual é a da globalização, momento em que a natureza passa a assumir um papel de riqueza em si, da biodiversidade, dos bancos genéticos, da manutenção climática, do mercado de carbono. Isto exige uma gestão do espaço pautada na preservação, na pesquisa, impõe a necessidade de uma nova forma de relacionamento entre natureza (antes espaço) e sociedade. Mas a lógica instalada, enraizada em todo o sistema político e econômico nacional está pautada nos moldes coloniais, o que gera uma grande contradição. Esta contradição fica mais aguda e evidente nos espaços mais

recentemente ocupados, como é o caso do território proposto como tema de investigação desta dissertação.

No capítulo que se segue, descreveremos os processos metodológicos desta dissertação, que transcorrerá a partir de duas abordagens, a primeira, de uma periodização, identificando os eventos históricos da formação do território, as ações e os objetos, compreendidos em três momentos: a conquista dos territórios para além do Tratado de Tordesilhas; a afirmação da posse dos novos territórios; a modernização do Mato Grosso. A outra abordagem é a análise de dados demográficos e socioeconômicos para compreender a dinâmica e as relações, a fim de estabelecer uma representação do que move hoje a fronteira.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA. POR UM REGISTRO DA FRONTEIRA.

“A poesia da ciência é baseada em nossos desejos e interesses, e o curso seguido pela ciência nos mundos em que vivemos é guiado por nossas emoções, não por nossa razão, na medida em que nossos desejos e emoções constituem as perguntas que fazemos quando fazemos ciência..”

Humberto Maturana

Com o objetivo de compreender o fenômeno do avanço da fronteira agrícola em território brasileiro, selecionamos um dos vetores mais recentes deste avanço, a rodovia Cuiabá-Santarém, que ainda não liga as duas cidades por estar asfaltada somente até o limite do Estado do Mato Grosso com o Pará. As cidades ao longo desta rodovia vivem na expectativa deste asfaltamento que, vindo a ocorrer, mudaria toda a logística da agricultura mecanizada do centro-oeste do país, fazendo a soja valer mais e as terras do território do entorno desta rodovia também subirem de preço, induzindo o movimento da fronteira a avançar e aparelhar novas terras, sobretudo para o cultivo da soja. Porém, este trecho ainda não asfaltado cruza uma extensa área de cobertura florestal ainda intocada. As consequências de uma estrada com este potencial podem ser verificadas em outro vetor como este, porém com toda sua extensão já asfaltada, que é a BR-364 ou Belém-Brasília.

Desta maneira os territórios que foram ocupados em consequência da criação desta rodovia, que é contemporânea da outra citada e também da Transamazônica, vivem na expectativa de um *boom* de desenvolvimento que a estrada traria. Porém, este asfaltamento traz uma complexidade nova. De um lado da balança, os interesses do agronegócio, aos quais pouco importa a preservação dos recursos naturais e o que interessa é terra barata para aumentar seus latifúndios. Do outro lado da balança, estão as pressões crescentes e globais para a preservação da Amazônia e pelo

equilíbrio climático do planeta.

O planeta há tempos dá sinais da fragilidade de seu sistema climático, biótico, de tudo o que regula os sistemas de vida, inclusive a vida humana. Seria possível um cenário em que a fronteira não avance mais?

Para compreender esse fenômeno, a pesquisa se orienta em dois grandes eixos, baseados nos conceitos de Milton Santos e Dematteis. O primeiro grande eixo representa as **relações verticais**, o acúmulo dos extratos de tempo e as transformações que ciclos produtivos deixam no território. Em cada um destes extratos novos objetos são fixados ao território, orientados pela lógica das ações daquele momento, as **relações horizontais**. Nossa investigação buscou compreender o território a partir destes eixos de relações horizontais e verticais, sempre criando **representações cartográficas** de cada um deles a fim de espacializar as questões.

Para o eixo das relações verticais, que nos fornece o conhecimento das transformações do território em seus diferentes períodos, a pesquisa apresenta uma sequência histórica do avanço da fronteira agrícola no território brasileiro. Esta sequência histórica está sintetizada em diagramas que buscam representar visualmente o total da área ocupada em cada período. A fonte para a elaboração destes diagramas é resultante de informações extraídas de diversos Atlas Históricos¹², além dos mapas do Atlas Nacional Milton Santos, do IBGE.

Os diagramas estão agrupados de modo a demonstrar como este avanço acelerou o seu ritmo de acordo com as possibilidades técnicas de cada época. O primeiro grupo de mapas mostra o avanço, século a século, no período entre os séculos XVI e XIX. O segundo grupo representa o avanço, década a década, durante o século XX. E o terceiro é o avanço na Amazônia Legal, de 1970 a 2000.

¹²COMPANHIA EDITORA NACIONAL. Atlas geográfico escolar: Para entender o mundo em que vivemos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

THÉRY, Hervé. MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil. Dinâmicas e disparidades do território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 2ª Ed
VICENTINO, Cláudio. Atlas Histórico Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2011.

Desta maneira conduzimos o histórico de modo a justificar a escolha do território de pesquisa. Assim, o primeiro eixo, das relações verticais, nos dá suporte para investigar as relações horizontais, apresentando qual foi o caminho do avanço da fronteira e até onde ela chegou para, a partir daí, definirmos nosso recorte temporal e geográfico.

O segundo eixo, neste nosso trabalho, busca estabelecer um panorama socioeconômico desta situação territorial. Adotamos para isso duas esferas de análise, a esfera das microrregiões, definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e a esfera dos municípios.

O território selecionado, como já nos referimos, é um dos vetores mais recentes do avanço da fronteira, cuja espinha dorsal é a rodovia Cuiabá-Santarém, a BR-163. A definição do território passa, portanto, por identificar as cidades que foram formadas em consequência da implantação desta rodovia. Assim, as microrregiões selecionadas foram as de Alta Floresta, Alto Teles Pires, Arinos, Colíder e Sinop.

Para que fosse possível a apresentação e comparação de todos os dados utilizados, a ferramenta do georreferenciamento nos foi fundamental. Todos os mapas e diagramas apresentados no trabalho, com exceção dos diagramas históricos do Brasil, são resultantes do cruzamento de dados estatísticos, que serão mais bem descritos ao longo deste capítulo, com bases cartográficas vetoriais georreferenciadas e fotografias aéreas.

As bases cartográficas utilizadas na pesquisa fazem parte da Base Cartográfica Integrada do Brasil ao Milionésimo Digital¹³ e são disponibilizadas pelo IBGE em seu sítio na internet. As fotografias aéreas utilizadas são disponibilizadas pelo Instituto

¹³ Os dados são disponibilizados em arquivos .shp e podem ser encontrados no link <http://www.ibge.gov.br/home/download/geociencias.shtm> (acessado à fevereiro de 2012), dentro da pasta “mapeamento_sistemático”.

Nacional de pesquisas Espaciais – INPE. No nosso caso optamos pelas fotografias do satélite Landsat¹⁴, ano de 2010.

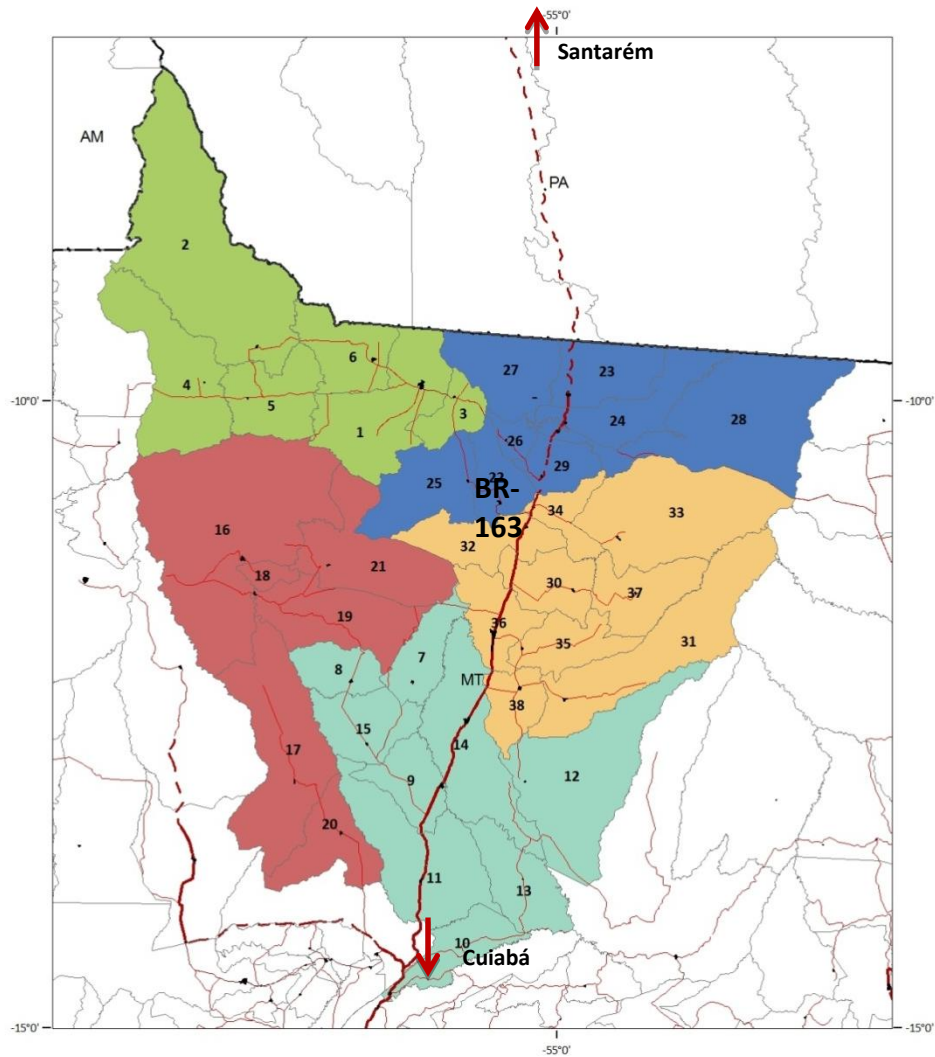
Também vieram do INPE as bases do desmatamento, fundamentais para a compreensão das atuais dinâmicas do território. Estas bases são o resultado do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia, PRODES, que redesenha anualmente os novos polígonos de desmatamento, desde o ano de 1988, de maneira analógica e, a partir de 2002, com metodologia própria, de maneira digital compondo o que eles mesmos definem como um banco de dados geográfico multitemporal.

Estas bases cruzadas com toda a diversidade de dados socioeconômicos foram fundamentais para abordar a complexidade do tema, permitindo sintetizar informações em representações espaciais. Afinal, trata-se da análise de fenômenos territoriais e a leitura espacial é fundamental para a compreensão das tensões em questão.

A Figura 3, abaixo, apresenta as microrregiões e seus municípios com numeração das cidades por ordem alfabética, primeiro pelas microrregiões e depois pelos municípios de cada uma delas. Esta numeração será padrão para todos os mapas desta pesquisa.

Como podemos verificar, a **Microrregião de Alta Floresta**, em verde, conta com seis municípios sendo eles: 1 - Alta Floresta, 2 - Apiacás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta. A **Microrregião de Alto Teles Pires**, em azul claro, conta com nove municípios: 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Uiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah. A **Microrregião de Arinos**, em vermelho, conta com seis municípios: 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro e 21 - Tabaporã.

¹⁴ Os dados estão disponibilizados no link <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/dadosn/2010/>



LEGENDA

RODOVIAS

- Rodovia Federal Pavimentada — Rodovia Estadual Pavimentada
- - Rodovia Federal não Pavimentada - - Rodovia Estadual não Pavimentada

MICRORREGIÕES

- ALTA FLORESTA
- ALTO TELES PIRES
- ARINOS
- COLÍDER
- SINOP

MUNICÍPIOS

- | | | | |
|-----------------------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1, Alta Floresta | 11, Nova Mutum | 21, Tabaporã | 31, Feliz Natal |
| 2, Apicás | 12, Nova Ubiratã | 22, Colíder | 32, Itaúba |
| 3, Carlinda | 13, Santa Rita do Trivelato | 23, Guarantã do Norte | 33, Marcelândia |
| 4, Nova Bandeirantes | 14, Sorriso | 24, Matupá | 34, Nova Santa Helena |
| 5, Nova Monte Verde | 15, Tapurah | 25, Nova Canaã do Norte | 35, Santa Carmem |
| 6, Paranaíta | 16, Juara | 26, Nova Guarita | 36, Sinop |
| 7, Ipiranga do Norte | 17, Nova Maringá | 27, Novo Mundo | 37, União do Sul |
| 8, Itanhangá | 18, Novo Horizonte do Norte | 28, Peixoto de Azevedo | 38, Vera |
| 9, Lucas do Rio Verde | 19, Porto dos Gaúchos | 29, Terra Nova do Norte | |
| 10, Nobres | 20, São José do Rio Claro | 30, Cláudia | |

Figura 3 - O território de análise: os municípios de as microrregiões

A **Microrregião de Colíder**, em azul escuro, conta com oito municípios: 22 -

Colíder, 23 - Garantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte. E, por fim, a **Microrregião de Sinop**, em amarelo, que conta com nove municípios: 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcelândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera. Totalizando um universo de 38 municípios.

Esta divisão nos oferece a oportunidade de confrontar os dados em um universo geral, entre os municípios de todo o território, e no universo particular de cada microrregião e seus municípios.

Como nos referimos, a investigação do eixo das relações horizontais, fornecerá um panorama das ações mais atuais neste território, a partir de uma análise orientada segundo três perspectivas: histórica, demográfica e socioeconômica dos municípios.

A primeira perspectiva, **histórica**, revela as etapas da construção deste território, a partir da comparação das datas de fundação das cidades e do ano de emancipação dos municípios. Também refaz a árvore genealógica destas emancipações, o levantamento das empresas responsáveis pela implantação dos projetos de colonização das cidades, além da localização e idade dos assentamentos de reforma agrária implantados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária. Apresentamos também um quadro da situação atual dos estabelecimentos agropecuários, de proprietário individual, que compara o percentual do município ocupado por estabelecimentos agropecuários, o número de estabelecimentos por município e a média de área destes estabelecimentos. Por fim, apresentamos um quadro comparativo da evolução da produção de madeira, gado e soja, que revela em que cidades cada uma destas cadeias produtivas se estabelecem com maior ou menor potencial. Essa perspectiva histórica nos oferece, portanto, um quadro de como o território se formou e de como ele está, que será fundamental para que possamos avaliar os outros grupos de dados.

A segunda perspectiva, **demográfica**, objetiva identificar a dinâmica

populacional das cidades e das microrregiões. Os dados de população utilizados foram os das Contagens da população de 1991, 1996, 2007 e dos Censos Populacionais de 2000 e 2010, todos fornecidos pelo IBGE. Esta dinâmica revela as cidades que cresceram muito, as que cresceram pouco, as que perderam população e a velocidade deste crescimento.

Estes dados serão apresentados primeiramente em um ranking da população das microrregiões. Para isso, adotamos uma escala cromática para as posições, sendo as mais claras para as mais baixas e a mais escura para as colocações mais altas. Perder posições neste ranking não significa perder população, já que este quadro apenas mostra o que mudou no panorama das microrregiões.

Para demonstrar a velocidade do crescimento da população, apresentamos um gráfico com a taxa de crescimento relativo da população, para os períodos de 1991-1996, 1996-2000, 2000-2007 e 2007-2010. A taxa de crescimento é o resultado da relação do número total de pessoas, ao final do período analisado, subtraído pelo número total de pessoas, ao final deste período, e dividido pela duração do período. Por exemplo: população em 1996, menos população em 1991, dividido por 5 anos, que é a duração do período.

Conhecendo quais são as microrregiões mais e menos populosas e suas taxas de crescimento, partimos para a análise interna de cada uma das microrregiões, confrontando as populações de seus municípios. Por fim, confrontamos a população dos municípios em um universo global, sintetizado por dois diagramas. O primeiro espacializa o total da população em 2010, e o segundo, extrai deste total o percentual de população rural e o total da população urbana, revelando uma primeira imagem comparativa do tamanho das cidades. Esperamos com este grupo de dados revelar quais são os pontos do território que atraem mais população.

E como populações são atraídas para onde existem melhores oportunidades, a última perspectiva de análise, **socioeconômica**, avalia justamente quais são estas oportunidades, ou melhor, busca revelar as diferentes vocações destas cidades. Em um

primeiro momento, avaliamos os dados de desenvolvimento humano e pobreza resultantes desta dinâmica populacional. Para o desenvolvimento humano, utilizamos o índice IFDM, elaborado pela Fundação das Indústrias do Rio de Janeiro – FIRJAM. A razão de optarmos por adotar este índice ao invés do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU está no fato de que o índice da ONU foi elaborado a partir de uma seleção de variáveis que objetivam a comparação do desenvolvimento entre países, enquanto o índice FIRJAM foi elaborado para uma comparação entre municípios, dentro de uma realidade brasileira. Este índice é o resultado da média de outros três: o IFDM Emprego e Renda, que, como se verá, também foi utilizado, o IFDM educação e o IFDM saúde. Para os dados de pobreza, adotamos o índice de pobreza do IBGE, que também foi a fonte para os dados do Produto Interno Bruto. A análise do PIB está sintetizada num quadro com dois diagramas que especializam sua evolução de 2004 para 2010, e outros 3 diagramas que extraem, do total do PIB, o total referente a atividades relacionadas a agropecuária, indústria ou serviços.

A análise socioeconômica segue com o quadro da distribuição de renda no território, a partir de dois diagramas. O primeiro espacializa o percentual de renda apropriado pelos 10% mais ricos da população e o segundo, o percentual de renda apropriado pelos 40% mais pobres da população. Estes dados correspondem ao ano de 2000 e são provenientes do Atlas Nacional do Desenvolvimento Humano, organizado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Apresentamos, ainda, um quadro do mercado de trabalho da região, primeiramente, a partir da comparação do índice IFDM Emprego e Renda e do PIB per capita da população. Por fim, a partir de dados do Cadastro Nacional de Empresas 2009, comparamos o total de empregos formais entre as microrregiões e no universo interno de cada uma delas, bem como o percentual correspondente a cada setor da economia, o que revela onde estão os empregos no território e qual a característica destes empregos.

Esperamos que deste conjunto, da análise das relações verticais e horizontais, que compõe a nossa metodologia, resulte um registro do avanço da fronteira agrícola

no território brasileiro. Este fenômeno complexo, espaço onde “agudizam as contradições que são parte da sociedade capitalista em geral” (SILVA, 2007: 288). Registro este que aborde as diferentes complexidades, em suas diversas escalas geográficas e temporais, que possa servir de base para compreender alguns dos padrões, das dinâmicas e das disparidades¹⁵ desta fronteira nômade. Um registro do avanço do sistema capitalista no território brasileiro.

¹⁵ THÉRY, Hervé. MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil. Dinâmicas e disparidades do território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 2ª Ed

CAPÍTULO 3. AS RELAÇÕES VERTICAIS, O AVANÇO DA FRONTEIRA

Fronteira nômade. A construção do território brasileiro.

Um povo que não ama e não preserva suas formas de expressão mais autênticas *jamais será um povo livre!*

Plínio Marcos

Conforme descrevemos no capítulo anterior, nossa pesquisa investigou a situação territorial proposta a partir de um eixo de relações verticais e outro de relações horizontais. Apresentaremos neste capítulo o resultado das investigações do primeiro dos dois eixos.

A análise das relações verticais foi organizada em três períodos. Um primeiro que corresponde ao processo de avanço da fronteira agrícola até o século XIX, um segundo período que mostra como, a partir da segunda metade do século XX, este avanço se acelera. E o último período que foca no avanço chegando à última grande área desocupada do território, a fronteira avança sobre terras da Amazônia. Os resultados que serão apresentados demonstram como o acelerado avanço da fronteira agrícola no Brasil, somado ao fato de a rodovia BR-163 ser um vetor apontado para a vastidão amazônica justificam a escolha do nosso território de análise.

3.1. O AVANÇO DA FRONTEIRA I – do Tratado de Tordesilhas ao início da agricultura mecanizada

Diante de nosso caso específico, a BR-163 no norte do Estado do Mato Grosso, devemos elencar quais foram os principais momentos e eventos da construção deste território e as forças que impulsionaram o avanço do que originou¹⁶.

Podemos tratar de dois grandes momentos, o primeiro se inicia em meados do século XVI até metade do século XX, a partir do qual inaugura-se o segundo momento, até os dias atuais. Conforme definem Moreno e Higa (2005), o primeiro seria um momento com características pré-capitalistas, centrado no extrativismo mineral e vegetal com presença de pecuária extensiva e apenas agricultura de subsistência. O segundo momento é o da inserção do Mato Grosso na economia de mercado.

3.1.1 Do Tratado de Tordesilhas ao Tratado de Madri

Durante o século XVI e XVII os limites estabelecidos por Portugal e Espanha no Tratado de Tordesilhas definiam as terras da Amazônia e do Mato Grosso como posse da coroa espanhola, Figura 4. Esta, porém, por conta do ouro encontrado nas atuais regiões da Bolívia, México e Peru, pouco se interessou em explorar o interior de seus territórios, enviando apenas algumas expedições de reconhecimento.

Já os portugueses, cuja sorte em relação às riquezas encontradas em suas terras foi bem diferente, a partir do século XVII, passaram a enviar Bandeiras, expedições dirigidas para descobrir riquezas do interior e, principalmente, capturar índios, para além dos limites do Tratado de Tordesilhas. Esta primeira expansão para o oeste se deu a partir da capitania de São Vicente. Como define o historiador Ricardo Maranhão (2008):

¹⁶ Para o levantamento dos momentos e eventos recorreremos ao livro Geografia de Mato Grosso, território, sociedade e ambiente de Gislaire Moreno e Tereza Cristina de Souza Higa.

Peça central da conquista de territórios no oeste brasileiro durante um século e meio, os bandeirantes paulistas tiveram no apresamento de indígenas, escravizados para venda, o centro de sua atividade econômica. E é importante destacar que, apesar da conquista de espaço manu militari feita por eles, não houve povoamento decorrente desta ação. Ao contrário, ao destruir aldeias, vilas, aldeamentos e até cidades na sua faina de caçadores de escravos, até o fim do século XVII os bandeirantes foram despovoadores. (2008: 149)

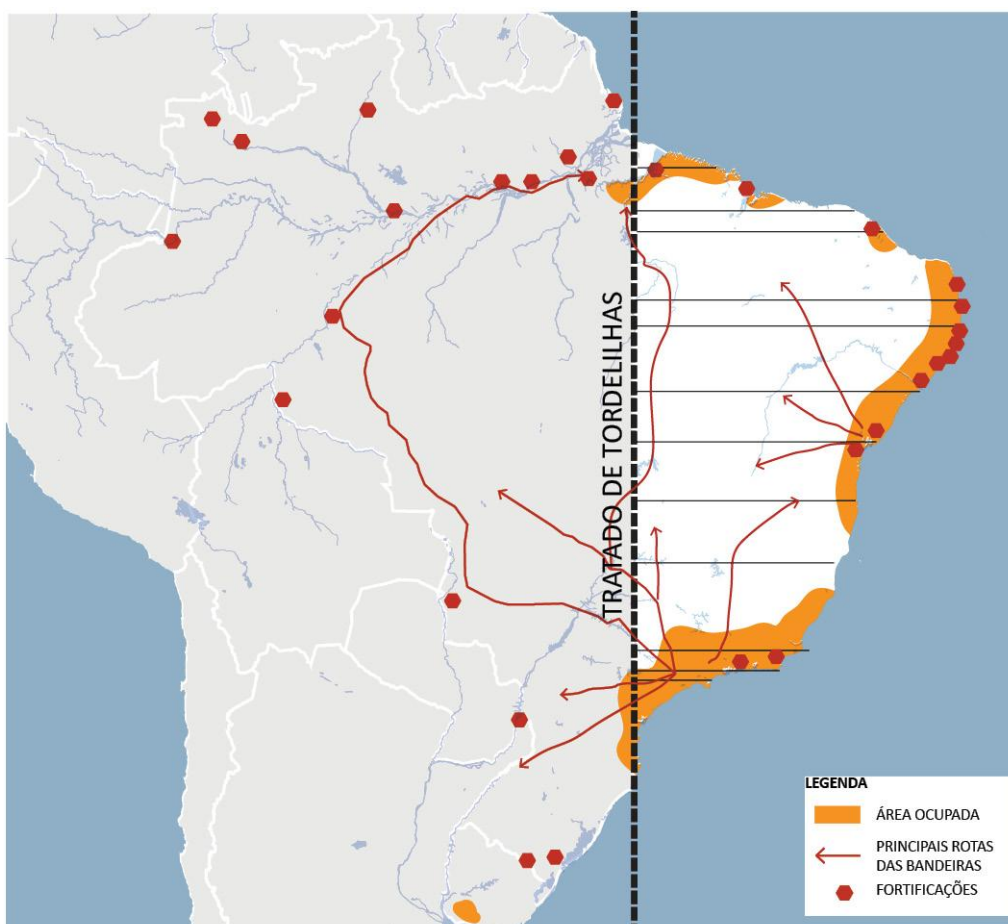


Figura 4 - O território brasileiro no séc. XVII.

Estes despovoadores são os responsáveis pelos primeiros contatos dos portugueses com o interior do *novo continente*. De São Paulo partiam trilhas para todas as direções. Por ser o ponto mais próximo para transpor a serra do mar, São Paulo era um ponto estratégico que ligava o litoral ao planalto e, a partir dele, todo o interior. O avanço em direção ao Mato Grosso se dava pelas monções, expedições bandeirantes que utilizavam os grandes rios como vias de acesso. Navegavam pelos

Rios Tietê, Paraná e Pardo, cruzavam os campos de vacaria e o Planalto de Maracaju (que constitui o divisor de águas das bacias do Rio Paraguai e Paraná), seguiam pelo Rio Paraguai e chegavam a Cuiabá, aos pés da Chapada dos Guimarães. Sempre despovoando sem o objetivo de fixar pontos no território. Destes bandeirantes paulistas podemos ter uma ideia a partir da descrição de C. R. Boxer:

Com o correr do tempo os paulistas tornaram-se tão habilitados nas artes do sertão e dos matagais quanto os ameríndios já o eram, ou mesmo, segundo alguns contemporâneos, 'como as próprias feras'. Essas bandeiras percorriam frequentemente o interior durante meses e mesmo anos a fio. Às vezes, plantavam mandioca em clareiras das florestas e acampavam nas redondezas até a época da colheita. Dependiam, no entanto, principalmente, da caça, dos peixes que obtinham dos rios, de frutas, ervas, raízes e mel silvestre. Usavam o arco e a flecha tanto quanto os mosquetes e outras armas de fogo, e, a não ser pelas armas que levavam, punham-se de viagem com a bagagem notavelmente leve. A maior parte das representações atuais dos paulistas de meados do século XVII, seja na pintura, seja na escultura, mostra-os como uma espécie de PilgrimFather, em seu traje, e com altas botas de montar. Mas, na verdade, eles, ao que parece, muito pouca coisa usaram além do chapelão de abas longas, barbas, camisa e ceroulas. Caminhavam quase sempre descalços, em fila indiana, ao longo das trilhas do sertão e dos caminhos dos matagais, embora muitas vezes levassem uma variedade de armas. Sua vestimenta incluía, igualmente, gibões de algodão, espessamente acolchoados, e que se mostravam tão uteis contra as flechas ameríndias que, em 1863, sugeriu-se fossem usados na guerra contra os belicosos negros de Angola, do outro lado do Atlântico. O elemento feminino não deixava de estar presente nas bandeiras maiores pois, embora os paulistas não levassem as esposas legais em suas expedições, muitas vezes faziam-se acompanhar de mulheres ameríndias, como cozinheiras e concubinas. (2008: 153)¹⁷

Fato é que, não fosse o auxílio dos nativos da terra, poucas seriam as chances de sucesso desta empreitada. Na verdade estes bandeirantes paulistas eram o que Darcy Ribeiro ¹⁸ (1995) batizou de *brasilíndios*¹⁹ ou mamelucos, gerados por pais brancos em mulheres índias. Seu maior valor, segundo o autor, advinha de sua própria rusticidade e bruteza selvagem. Eles eram “herdeiros do saber milenar acumulado pelos índios sobre terras, plantas e bichos da terra”. Por serem *meio-índios* é que

¹⁷ BOXER C. R. “A expedição de Cristóvão Jaques”. Apud: KEATING, Vallandro. MARANHÃO, Ricardo. Caminhos da conquista. A formação do espaço brasileiro. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.

¹⁸ RIBEIRO Darcy. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

¹⁹ Id. Ibid.,106.

suportavam as jornadas sertão adentro e superavam incansáveis marchas, o trabalho de remar de sol a sol, por meses, por anos. Além desta herança outra característica vantajosa dos brasilíndios seria o fato de se moldarem a qualquer nova circunstância.

Ainda havia o fato de que este indivíduo, filho de mãe índia com pai português, seria vítima do que Ribeiro (1995:108) define como duas rejeições drásticas que os faziam filhos de ninguém ou filhos da terra. A primeira pelo fato de que aos olhos dos pais e da sociedade eram impuros, por isso não eram reconhecidos como filhos, mas eram aproveitados para o trabalho, durante a infância e para integrar as bandeiras. Por parte da mãe a questão era cultural, na concepção dos índios, a mãe simplesmente gera e dá a luz, o filho pertence ao pai.

O bandeirante paulista carregava o indígena, portanto, até mesmo em seu sangue. Da mesma maneira se deu a construção do território conquistado sertão adentro. Como lembra Sérgio Buarque de Holanda em *Veredas de pé posto*, nos mapas e nas descrições do século XVII, a partir de São Paulo de Piratininga partia um sistema de estradas. Segundo ele, os “adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos da terra”, mesmo os caminhos ou atalhos que os bandeirantes houvessem criado seriam praticamente uma contribuição desconsiderável na rede de trilhas pré-existente.

Ainda sobre a figura do bandeirante (mas, neste caso, sobre o indivíduo nascido em terras coloniais), Vianna Moog traça em seu livro ‘Bandeiras e Pioneiros’ as diferenças entre os conquistadores do território, os bandeirantes no território brasileiro e os pioneiros no território norte americano. Sobre o brasileiro no século XVII e XVIII, Moog lembra que o termo brasileiro era empregado para qualificar o explorador do pau-brasil, e nunca para representar uma nacionalidade. Segundo o autor, aos nascidos no Novo Mundo português o termo destinado era *mazombo*, assim como *criollo*, no caso dos espanhóis, e *americano*, no caso inglês. Enquanto o imigrante inglês que partia para a colônia trazia o sentimento de construir uma nova pátria, se tornando um *americano* por escolha, no caso português ser *mazombo* era

“uma categoria social a parte, a que ninguém queria pertencer”. (2011:151²⁰) nas palavras do autor, este *mazombismo* consistia:

Na ausência de determinação e satisfação de ser brasileiro, na ausência de gosto por qualquer tipo de atividade orgânica, na carência de iniciativa e inventividade, na falta de crença na possibilidade de aperfeiçoamento moral do homem, em descaso por tudo quanto não fosse fortuna rápida, e, sobretudo, na falta de um ideal coletivo, na quase total ausência de sentimento de pertencer o indivíduo ao lugar e à comunidade em que vivia. (2011:157)²¹

Desta maneira, enquanto o americano vinha para a colônia fundar uma pátria, o *mazombo* era movido pela riqueza fácil e pelo desprendimento ao território colonial, queria vir enriquecer e voltar o quanto antes para a terra natal. Mesmo assim, apesar de manter fortes os laços com a cultura portuguesa como a língua, o apego à família e à sentimentalidade católica, o brasileiro aos poucos passou a se modelar de outras maneiras, “no modo de falar como no de entrever o mundo e a vida, eles não só diferem dos portugueses, senão também diferem entre si.” (2011:156). À esta diferenciação interna o autor descreve:

Sobressaltados de terrores cósmicos os do extremo Norte, desafrontados de medos telúricos os do extremo Sul, loquazes os do litoral, discretos os do planalto, casmurros os da montanha, trazem todos aquele quid indefinível que já ajudava os viajantes estrangeiros dos séculos XVIII e XIX a identificá-los como brasileiros. (2011:156)²²

Temos, desta maneira, uma ideia da variedade de novas características de quem aqui fez colônia, mesmo diante das diversidades e adversidades encontradas nos novos territórios a que tiveram de se amoldar. Pode-se dizer que, se eram estas as figuras que dirigiam em menor ou maior escala as ações sobre o território, este, ao receber intervenções que o estruturaram era orientado segundo desejos e intensões semelhantes à natureza do *mazombismo*. Isto quer dizer que a formação de nosso

²⁰ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: José Olympio. 2011. 22ed.

²¹ Id. Ibid.

²² Id. Ibid.

território teve como base uma orientação voltada mais aos interesses privados do que coletivos, que visava o enriquecimento rápido e totalmente desprezada da responsabilidade de criar uma pátria. Havia sobretudo o comprometimento com as próprias posses e interesses do que com a construção de um país e de uma nação.

Segundo Maranhão (2008:172), a expedição de Antônio Pires de Campos, por volta do ano de 1716, foi responsável pela primeira descoberta de ouro em Mato Grosso. A descoberta se deu na região onde hoje é Cuiabá. Porém, é somente em 1719 que a expedição liderada por Pascoal Moreira Cabral Leme percorrendo o mesmo caminho da anterior, encontra ouro em quantidades rentáveis ao longo do Rio Coxipó-Mirim e posteriormente outros bandeirantes como Miguel Sutil encontram novas lavras. Fato que desencadeia um alvoroço. As notícias em São Paulo davam conta de que havia ouro em abundância e que era tão fácil de encontrá-lo que bastaria arrancar uma touceira de capim que suas raízes viriam vestidas em ouro. Mas, segundo o autor, este frenesi duraria pouco tempo, as minas eram de fato muito ricas, porém, tão ricas quanto superficiais.

Da corrida pelas minas de Cuiabá é que surgem os primeiros povoamentos da região. Porém, a rápida decadência destas minas resultou na migração desta população de aventureiros para a região do Rio Guaporé, onde é fundada a Vila Boa de Santíssima Trindade (que seria capital da Província de Mato Grosso de 1758 até 1825). A exploração do ouro cria ainda os núcleos de Poconé e Nossa Senhora do Livramento.

Entrementes a este avanço para oeste, os portugueses perdem a posse de colônias na África e na Ásia, o que amplifica a necessidade de garantir o máximo de território possível para além do Tratado de Tordesilhas. A coroa toma suas medidas, com preocupação dirigida principalmente à segurança e consolidação dos núcleos urbanos e criação de novos povoados e vilas, distribuindo terras pelo sistema de Sesmarias. Nas fronteiras do território já conquistado, incentiva novas expedições e constrói fortificações em pontos estratégicos dos rios Paraná, Paraguai e Guaporé.

Desta maneira, os portugueses afirmavam a posse de largo território do interior do continente.

É com base no princípio da posse que Portugal pretende legitimar a conquista destas novas terras, propondo que a soberania política seja discutida não mais por intermédio da Igreja, mas, sim, pelo princípio do *utis possidetis*, ou seja, o território pertenceria a quem efetivamente o tiver ocupado. Este novo paradigma resulta na assinatura do Tratado de Madri, 1750, que definiu os novos limites incorporando o avanço para oeste ao território português, Figura 5.

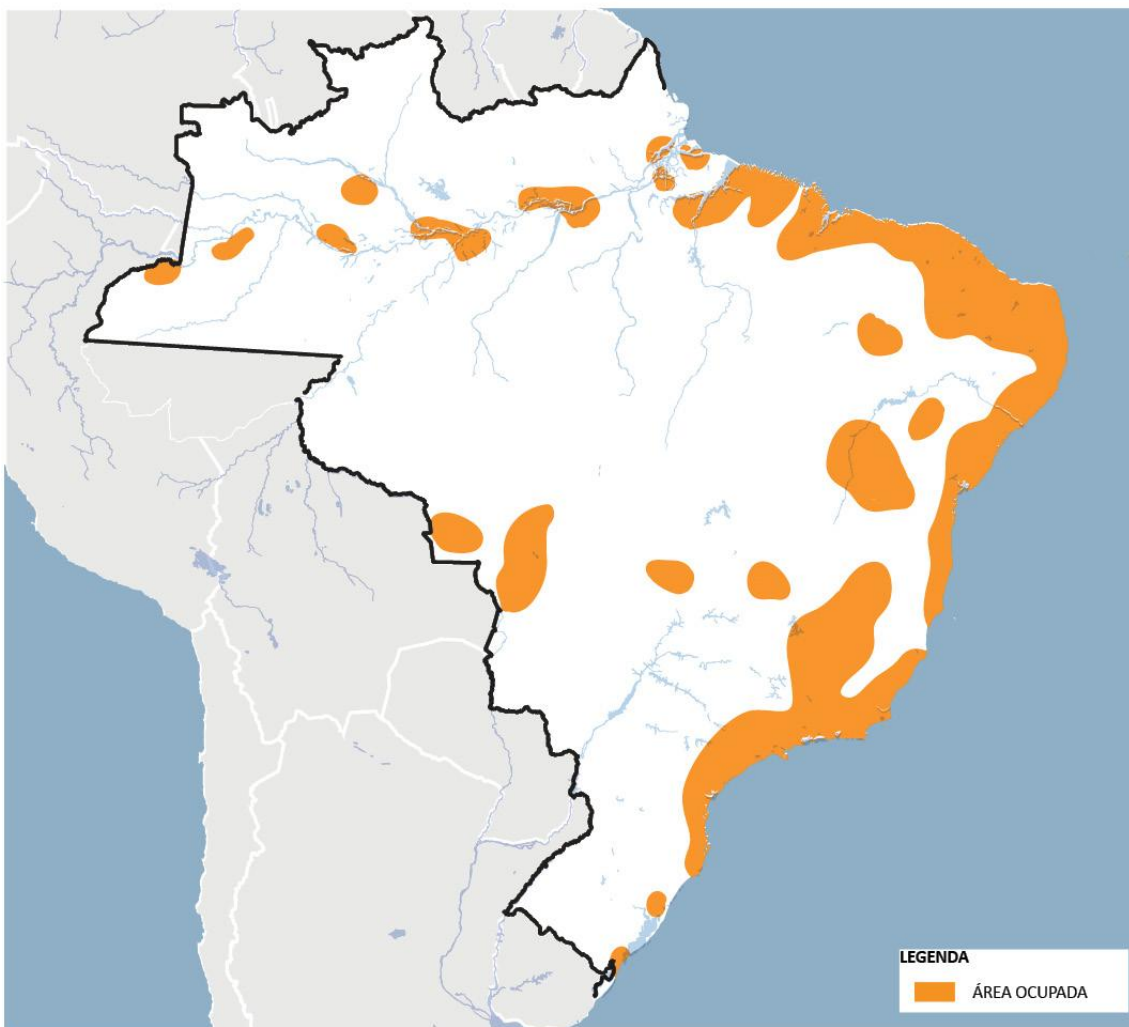


Figura 5 - O território brasileiro no início do século XVIII

O território do Mato Grosso foi, portanto, conquistado, como já foi citado na epígrafe desta dissertação, pelo esforço de exércitos de desbravadores - *“A fronteira marchava com eles. Eles eram a fronteira²³”*.

Podemos dizer que as primeiras entradas e a implantação das primeiras vilas e fortificações resultaram na ampliação dos limites do território português para além do tratado de Tordesilhas, incorporando a região do atual Mato Grosso. Toda esse avanço se deu pela movimentação dos bandeirantes paulistas em busca da captura de índios e das riquezas do sertão, efetivada pela descoberta das minas de Cuiabá e oficializada pelo Tratado de Madri.

3.1.2 A Capitania de Mato Grosso

Após a decadência das minas de Cuiabá, durante o século XVII, a região estagnou. A única agricultura que se desenvolveu nos novos territórios foi a de subsistência, ao longo do Rio Abaixo e nas Terras Acima, na Chapada dos Guimarães. Também havia pecuária, extensiva e esporadicamente tropeiros paulistas traziam mercadorias diversas. Apesar dos esforços em garantir posse sobre os territórios conquistados pelos bandeirantes, em virtude da decadência das minas do Bom Jesus de Cuiabá, as povoações perdiam população. O território parou no tempo.

O resultado do rápido declínio das minas de Cuiabá, como nos lembra Ferreira (2001), foi o deslocamento de grandes contingentes de mineradores, uns para a região onde hoje é o Estado de Goiás, que também tem origem garimpeira, e outros para a região do Rio Guaporé. Com isso, inicia-se o povoamento da área fronteira aos domínios espanhóis que, por sua posição estratégica, afirma-se como um povoamento que servia de “escudo protetor contra a expansão territorial castelhana” (FERREIRA. 2001:42). As medidas passam por redefinir os limites, criando as capitanias de Goiás e de Mato Grosso, desmembrando-as de São Paulo, em 1748. Por questões de estratégia

²³VERÍSSIMO, Érico. O tempo e o vento. O continente I. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 3ed

militar, a capital deveria ser instalada às margens do rio Guaporé. Assim, em 1752, funda-se Villa Bela de Santíssima Trindade. A capital foi edificada na localidade de Pouso Alegre, uma das muitas povoações que se formaram ao longo do Guaporé.

Ao longo do tempo uma descentralização política passa a dividir os poderes entre Villa Bela, que tem período áureo até 1820, e Cuiabá, que assume maior importância territorial. A cidade de Diamantino também se desenvolvia, sendo inclusive cogitada como capital. Esta descentralização culmina na transferência da capital de Villa Bela de Santíssima Trindade, que passaria a se chamar cidade de Mato Grosso, para a cidade de Cuiabá, em 1835.

Durante o período em que foi capitania, o Mato Grosso serviu para defender territórios conquistados e ocupar o máximo de território possível às margens do rio Guaporé e Paraguai. Desta maneira, as condições não eram as melhores, à capitania faltava povo e recursos financeiros, como lembra Ferreira, tanto que a coroa passou a destinar parte dos recursos produzidos pela capitania de Goiás para a de Mato Grosso. Se a preocupação era tomar posse, as estradas e rios tinham importância fundamental, e os portugueses passam a investir expedições para dominar os caminhos para leste e a navegação dos rios Madeira, Arinos e Tapajós.

Neste contexto de assegurar a posse de novos territórios, o povo vivia sobre a iminência da guerra e submetidos a um regime colonial extorsivo. Portugal havia trocado proteção bélica pela abertura do comércio inglês no país e em suas colônias. Como o garimpo e a atividade agropecuária não rendiam recursos suficientes para fazer frente aos manufaturados, o contrabando predominava. Segundo o autor:

O clima de contrabando não era apenas popular. Era também oficioso. O Marquês de Pombal, na surdina, promoveu o contrabando do exclusivo colonial português entre os espanhóis. Em instrução ao Governador General Luís Albuquerque insuflou: "...terá V. Senhoria todo o cuidado em animar o dito comércio por todos os meios que lhe forem possíveis, de sorte porém e com tal disfarce que não pareça que V.

Senhoria o promove e menor que tem ordem para assim fazer.”
(2001:46)²⁴

No período de capitania outros novos povoados surgem. Uns de origem garimpeira, como é o caso da região onde hoje fica o município de Chapada dos Guimarães, mas, principalmente, muitos outros ligados à agricultura de sobrevivência e, posteriormente, ao cultivo da cana-de-açúcar, responsável pelo início de uma industrialização. Segundo o autor, a incorporação da atividade agrícola seria responsável por um novo “modus vivendi” da população que passava de nômade para sedentária.

Sobre a fundação destas novas vilas terra adentro, o historiador Sérgio Buarque de Holanda nos lembra do grande controle empregado pela coroa sobre o avanço da fronteira. A coroa era avessa à criação de novas vilas no interior, ao passo que no litoral podiam-se fundar tantas quantas fossem possíveis. O problema maior, no caso do interior, segundo o autor, é o da escassez de mão de obra, como afirma:

(...) no Brasil, aquele princípio (que manda que as regiões de terra adentro não se povoem antes de assegurado o povoamento, a defesa e a posse da marinha), ditado pelas condições especiais de sua metrópole europeia, que não dispunha de gente numerosa e nem, por isso mesmo, de poderosa milícia, para ensaiar em seu longo império uma empresa de modo aparatoso, comparável à que se vinha realizando nas Índias de Castela, é manifesto já nas cartas de doação das capitanias, onde se estipula que aos donatários será lícito erigirem tantas vilas quantas queiram junto ao mar ou aos rios navegáveis, porém que pela terra adentro as não poderia fazer salvo se entre uma e outra corra espaço mínimo de seis léguas. A ideia era, claramente, conterem-se os povoadores nas intermediações dos portos de embarque e pontos vulneráveis da costa, pois não seriam os colonos em tamanho número que pudessem ser encaminhados ao sertão sem se despovoarem aqueles sítios. Em resultado de uma tal providência, o Brasil quinhentista não abria exceção à regra então dominante no mundo português, que um historiador dos nossos dias definiu sugestivamente dizendo que constava de ‘uma linha de fortalezas e feitorias de dez mil milhas de comprido’ (Tawney) (1990:73)²⁵

²⁴ FERREIRA, João Carlos Vicente. Mato Grosso e Seus Municípios. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001, 46.

²⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3 ed. Ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.

O caso das cidades com surgimento vinculado à atividade agrícola, tem grande importância por fixar população. Dentro das intenções da coroa de expandir seus limites estão o povoamento da área dos atuais municípios de Barra do Garças, Rosário do Oeste, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio do Leverger. O autor ressalta que estes territórios passaram por um momento de estagnação com o declínio das minas de Cuiabá, passagem assim descrita por Ferreira:

Adversamente à ocupação de grande porção da Capitania de Mato Grosso, a das áreas onde atualmente se localizam os municípios de Santo Antônio Leverger e Barão do Melgaço não se fez embasada na mineração, mas sim na fertilidade das terras, denotada pela exuberância das matas que margeavam toda a vasta orla ribeirinha, no baixo Cuiabá. O ciclo do povoamento remonta aos primeiros anos do século XVIII, e seus primeiros habitantes constituíram-se não só de pessoas desgarradas das bandeiras que aportavam em Cuiabá, mas também daquelas que buscavam fugir da penúria que por longo tempo reinou no povoado.

É importante ressaltar que, durante todo o período de existência das Minas de Cuiabá, o local onde atualmente se localiza o sítio urbano do município de Barão do Melgaço, se transformou em pousada de Monções. Por isso mesmo teve como seus primeiros habitantes aqueles menos afoitos à mineração, lá se radicando e se dedicando ao cultivo da terra. Ao lado da fertilidade do solo, que gradativamente propiciou o cultivo da cana-de-açúcar, fonte econômica dominante dessa área, a partir da segunda metade do século XIX, a fauna e a pesca tiveram grande importância na fixação do homem nesta região, uma vez que proporcionava aqueles pioneiros, caça e pescado necessários à sobrevivência da comunidade que pouco a pouco se adensava.

Paralelamente às atividades pesqueiras e às oriundas do cultivo da cana-de-açúcar, formaram-se na área as primeiras fazendas de criação de gado, que constituíram também os primeiros latifúndios da Capitania. (2001: 51)²⁶

Como a estratégia visava expandir, povoar e assegurar a posse de novos territórios, funda-se, em 1755, o Forte de Coimbra, localizado à margem direita do Rio Paraguai e, em 1756, o Forte Príncipe da Beira, à margem direita do Rio Guaporé e, posteriormente, o povoado de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, atual município de Corumbá, em 1778. Depois, em 1781, as povoações de Vila Maria do Paraguai, atualmente Cáceres, e São Pedro Del Rey, hoje Poconé, além de dois postos

²⁶ FERREIRA. João Carlos Vicente. Mato Grosso e Seus Municípios. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001, 51.

de fiscalização, os Registros de Ínsua, na estrada que ligava Cuiabá aos territórios de Goiás e Jauru, às margens do Rio Araguaia. No ano de 1783, fundam-se os povoados de Calvasco e de Viseu, este último à margem esquerda do Rio Guaporé, já em território espanhol.

Além dos novos povoados agrícolas e dos fundados oficialmente como estratégia territorial militar, a atividade garimpeira também foi um importante indutor de povoamento. Estas povoações, no entanto, como nos lembra Ferreira, tiveram duração efêmera ou viveram vários estágios de povoamento da região ao longo do Rio Diamantino. Neste local, a descoberta de diamantes fez surgir a povoação de Arraial de Alto Paraguai no ano de 1728. Segundo o autor, apesar de a Coroa portuguesa mesmo proibir a extração de diamantes, ainda haviam fartos veios auríferos, o que incentivou um grande crescimento populacional e, ainda, a exploração clandestina de diamantes. Esta situação levou a coroa a determinar a proibição definitiva da atividade garimpeira na região, determinações que estiveram em vigor até a data de 1805. O autor lembra ainda que, a partir desta data até o ano de 1825, a região experimentou o momento de maior dinamismo ligado à navegação do Rio Arinos, Juruena e Tapajós que permitia cruzar os territórios de Amazonas e Pará, estabelecendo nova rota comercial e migratória com outras partes do território colonial. Segundo Ferreira:

Em 1825, a população da região de Diamantino era de cerca de 6.077 pessoas, das quais 3.550 escravos. Sua grandeza econômica podia ser observada em todos os pontos do Arraial, haja visto a existência, na época, de 21 lojas de sêcos e molhados, 107 tabernas, 26 alfaiatarias, 16 sapatarias, 12 ferrarias, 01 selaria, inúmeras ouriversarias, 12 pedreiros, propriedades agrícolas e fazendas de criação de gado. Vale dizer que as mercadorias comercializadas na Vila de Diamantino eram importadas da Europa, através da rota comercial paranista.

Paralelamente a este comércio, uma indústria doméstica supria a necessidade no que dizia respeito aos produtos oriundos da própria terra, a exemplo da farinha de mandioca, arroz, feijão, açúcar de barro, aguardente, azeite de mamona e algodão, cuja fiação e tecelagem era feita no próprio povoado. Esse estado de coisas permaneceu por um longo período, somente modificado a partir da segunda metade do século XIX, quando se iniciou uma nova fase de exploração econômica, com o aproveitamento dos vastos seringais nativos que, por necessitar

de grande quantidade de mão-de-obra, provocou o repovoamento daquela porção territorial mato-grossense. (2001:52)²⁷

Desta maneira, o período de Capitania foi marcado pelo esforço em garantir posse sobre os novos territórios e teve sua ocupação efetivada de um lado por ação oficial, segundo interesses de estratégia militar com a fundação de fortificações e novos povoados, bem como a instalação de estradas, como a Cuiabá-Goiás, e a garantia da segurança da navegação fluvial. E, de outro, com o surgimento de povoações, umas ligadas à agricultura e outras à mineração. O autor ressalta, ainda, que as duas diferentes origens têm correspondência geográfica, de modo que “enquanto o norte teve como fator básico de seu povoamento a mineração, ciclo que se caracteriza pelo nomadismo, o sul teve sua ocupação baseada na agropecuária, sistema que favorece a fixação do homem na terra” (2001:53)²⁸, destacando ainda que havia uma grande desigualdade de desenvolvimento entre as duas partes. O norte exercia maior influência territorial do que o sul que servia mais a assegurar a soberania dos territórios já conquistados.

3.1.3A província de Mato Grosso

Com a declaração de independência proclamada por Dom Pedro I, inicia-se um novo período na história do Brasil. Mato Grosso deixa de ser capitania e passa a ser província. Enquanto os períodos anteriores caracterizaram-se pelo avanço, conquista e afirmação de posse de novos territórios, o que se verifica neste que se inicia é a disputa pelo poder político, pela definição dos limites e da capital. O período é também marcado pela violenta guerra do Paraguai que definiria as relações territoriais (como a navegação do Rio Paraguai e os limites dos territórios) e, sobretudo, comerciais no interior do continente, já que as relações comerciais com os ingleses estavam permitidas, Portugal aceita a proteção bélica inglesa ao preço da soberania

²⁷ FERREIRA. João Carlos Vicente. Mato Grosso e Seus Municípios. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001, 46.

²⁸ Id. Ibid. pp 53

comercial de suas colônias. Com a Constituição do Império entrando em vigor, em 1824, as Capitânicas passaram a ser denominadas Províncias e a capital passa para a cidade de Cuiabá. Neste período de passagem de colônia para império, Mato Grosso continuava a ser um território periférico, orientado para a defesa da fronteira e extração mineral e outras riquezas da terra. Porém, assim como ocorreu com o ouro de Cuiabá, as minas de diamantes também entraram em decadência, o que leva o território a passar por um período de estagnação com declínio da produção e perda de população (HIGA, MORENO. 2005:25).

Apesar desta estagnação, iniciava-se a essa época a extração da Poaia, cuja raiz tem diversas aplicações farmacêuticas, segundo Higa e Moreno. O auge da produção da Poaia se deu entre 1885 e 1890 como produto de exportação para a indústria farmacêutica da Europa. A Poaia é um arbusto nativo da região do Rio Guaporé e do Alto Paraguai entre o planalto dos Parecis e a Planície do Pantanal, conforme descrevem os autores:

Muitos foram os reflexos da exploração da poaia na produção do espaço mato-grossense. Apesar de ter sido responsável diretamente pelo surgimento de apenas um núcleo urbano, Barra do Bugres, a poaia estimulou relações comerciais internas e externas, atraiu população e interiorizou a economia e os interesses do Estado em direção ao norte do território. (2005:28)²⁹

Já no segundo império começam alguns entraves entre Brasil e Paraguai em terras mato-grossenses. Em 1850, no entanto, os dois países firmam o Tratado de Aliança Militar e seis anos mais tarde o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio que permitia a livre navegação do Rio Paraguai (FERREIRA. 2001:58). Apesar das alianças, em dezembro de 1864, temendo uma expansão territorial do Império do Brasil e da República da Argentina, o General Solano Lopes invade as terras de Mato Grosso. Assim começa a Guerra do Paraguai.

²⁹ HIGA, Tereza Cristina de Souza. MORENO, Gislaene. Geografia de Mato Grosso. Território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

Além da invasão de Mato Grosso, os Paraguios partiram em mais duas frentes, em 1865, invadiram a Província de Corrientes, na Argentina, e tomaram a cidade de Uruguaiana, no território brasileiro. A Reação dos países atacados foi a formação da Tríplice Aliança entre Uruguai, Argentina e Brasil. A aliança tinha ainda maciço apoio das tropas inglesas.

Com financiamento inglês, segundo Pegarelli (2001), “os membros da Tríplice Aliança, formados por negros escravos, brancos acorrentados e paraguaios, destruíram um exército formado por guaranis: 75% de sua população foi massacrada em nome do livre comércio.” (PEREGALLI. 2001:70).

Para o Brasil, como explica o autor, havia uma questão econômica que motivou a guerra. O país se via à beira da falência e os ingleses que já haviam emprestado 18 milhões de libras, emprestariam mais 45 milhões, o que gerou, por exemplo, o capital para o desenvolvimento da produção do café em São Paulo. Outra motivação era política, o país estava politicamente rachado, e o sentimento de defender a pátria em guerra serviria para manter a unidade em torno do Imperador. Mesmo assim, como conclui Peregalli, o único resultado da guerra para o Brasil foi 47.000 km² de territórios anexados e alguns anos de moratória dos bancos ingleses. (PEREGALLI. 2001:70)

Os resultados para o território do Matogrosso ao final da guerra são assim descritos por Higa e Moreno:

A guerra do Paraguai (1865-1870) desestruturou a organização estabelecida em grande parte do território mato-grossense. As forças paraguaias avançaram do sul para o norte até Cáceres e grande parte da população se viu obrigada a abandonar suas terras, deslocando-se para Cuiabá. A economia das áreas invadidas e ocupadas pelos paraguaios, onde prevalecia a pecuária, foi em parte dizimada.

Com o término da guerra, em 1870, reiniciou-se o povoamento e reconstrução da economia. A pecuária voltou a se expandir, tendo sido registradas, por volta de 1880, as primeiras charqueadas na área do Pantanal, que vinha se destacando como detentor de condições

excepcionais para esta atividade. A importância das charqueadas na economia do Estado perdurou até, aproximadamente, 1920. (2005:25)³⁰

Uma questão fundamental que transformou a dinâmica territorial mato-grossense a partir do final da Guerra foi a abertura de navegação do Rio Paraguai que foi de grande importância para que fossem instaladas as usinas de açúcar que trariam a indústria para a Província. Além da cana de açúcar, a produção de erva mate, da já citada poaia e da borracha constituíam as principais atividades econômicas da Província que, ao final do Império, contava com 80.000 habitantes (FERREIRA. 2001:64).

3.2. O AVANÇO DA FRONTEIRA II -da república ao regime militar

A passagem do Império para República mexeu pouco com a estrutura do poder político em Mato Grosso. Administrativamente, Mato Grosso passaria de Província à Estado, com Constituição própria assinada em 1891, mudando o cenário para os coronéis que dominavam politicamente a região. Muitos deles também eram usineiros, “o importante era a autonomia do Estado, a aquisição do domínio das terras e seus frutos. Em tese, quanto maior a extensão do território, mais riquezas o Estado poderia movimentar” (FERREIRA.2001:66).

A economia do estado a esta altura, no início do século XX, tinha como protagonistas a borracha, o diamante e o açúcar. A exploração comercial da borracha, iniciada no final do século XIX, abastecia a indústria europeia e era coletada na região dos rios Juruena e Arinos. Porém, logo no início do século esta economia entrou em declínio por conta da concorrência com a borracha asiática e, mais ainda, pelo aperfeiçoamento da produção da borracha sintética. Mesmo assim, como lembram Moreno e Higa, a produção da borracha foi responsável por grande fluxo migratório para o Mato Grosso, sobretudo do Nordeste. Este fluxo, apesar de não ter criado novas

³⁰ HIGA, Tereza Cristina de Souza. MORENO, Gislaene. Geografia de Mato Grosso. Território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

idades, fortaleceu as já existentes como é o caso de Diamantino. O diamante também foi responsável por grande fluxo migratório neste período, foram reativadas as minas de Diamantino e descobertas novas minas no Leste do Estado. Diferentemente do caso da borracha, este ciclo de exploração de diamante fez surgir inúmeros povoados.

Mas era principalmente o açúcar que movimentava a economia e o jogo político do Estado. As usinas de açúcar, em sua maioria, instaladas às margens do Rio Cuiabá, se desenvolviam e prosperavam, até que, a partir da década de 1940, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, o Estado adota uma política de centralização do poder no qual os poderes locais, como o coronelismo matogrossense, (coronéis estes, em sua maioria, usineiros), passaram a desagradar os interesses do Governo. O combate ao coronelismo e também o privilégio dado pelo Governo às usinas do Sudeste resultaram no declínio da produção do açúcar no Mato Grosso. Esta economia foi responsável pelo início da industrialização no Mato Grosso.

O Governo passou a incentivar a produção agropecuária no estado. A atividade servia, de um lado para abastecer a demanda interna de alimentos e, de outro, para aliviar o excedente de mão-de-obra de outras regiões do país. Adotou-se, no início da década de 1930, uma política de colonização oficial que seria o embrião da política adotada durante o Regime Militar da década de 1970 e que formou as cidades que são objeto de nossa pesquisa. As primeiras colônias implantadas foram as colônias de Mata Grande e Ponte Alta, nas proximidades de Cuiabá e de Porto Murtinho, na divisa com o Paraguai, Campo Grande e Terrenos, no território do atual Mato Grosso do Sul.

Além do incentivo a atividade agropecuária, da colonização oficial, o território do Mato Grosso passou a receber investimentos em infraestrutura. O sul, por sua proximidade com a região de São Paulo, que já despontava como centro hegemônico, ficou privilegiado sobretudo pela instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que vinha dos ramais paulistas até Corumbá e Campo Grande, conectando os territórios de Mato Grosso com o território. Obviamente, a chegada desta infraestrutura facilitou a migração e a instalação da agropecuária nos territórios próximos à ferrovia, o que acentuou a disparidade norte-sul. O norte recebia pouco investimento e atraía pouca

população, enquanto o sul se desenvolvia e crescia. Desta maneira, Mato Grosso assume novo papel e passa a se relacionar de uma forma nova no sistema territorial brasileiro.

A experiência paulista com o café, sobretudo no que diz respeito à ocupação do espaço e implantação de cidades no noroeste do Estado de São Paulo, é embrião da implantação das cidades ao longo da BR-163, tanto quanto as primeiras colônias mato-grossenses que citamos acima, por isso cabe uma atenção maior a este processo.

Segundo Rachel Coutinho, este processo se inicia a partir de 1890 com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, da Estrada de Ferro Sorocabana e Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que serviram de eixo estruturador de uma rede de novas cidades. Este foi um processo urbano definido pela autora como “um dos mais rápidos processos de urbanização da história brasileira, tendo ao final de 50 anos, uma rede de 100 pequenas e médias cidades.” (COUTINHO.2003:147). O modelo empregado no caso paulista se baseava na média e pequena propriedade e no desenvolvimento urbano. A produção do café fez surgir uma “sociedade agrária de base capitalista, que permaneceu hegemônica até 1930, quando novos componentes urbanos industriais ascenderam à vida econômica e política do país” (HIGA e MORENO. 2005:34).

Quatro são os fatores, citados por Coutinho, que formariam a base do desenvolvimento da rede de cidades do oeste paulista: a abundância de terras férteis e ainda desocupadas pelo sistema produtivo brasileiro, mas ainda povoadas por diversos grupos indígenas; a expansão da cafeicultura; a presença de uma classe média rural; e o desenvolvimento da rede ferroviária. A implantação de cidades tornara-se um lucrativo negócio, de caráter essencialmente privado e capitalista, que servia para ascensão social e manutenção do controle político. Segundo a autora:

Fundar cidades na fronteira noroeste paulista seguia duas motivações básicas: lucro e poder. A lucratividade provinha da atividade imobiliária e o poder do controle político local. Assim, a fundação de patrimônios torna-se um negócio atraente. A competição entre os patriarcas pelo poder político estimulava a competição entre as cidades,

criando assim um ambiente favorável à provisão de serviços públicos e à melhoria da infraestrutura urbana.

O patrimônio rapidamente evolui uma cidade autônoma. Muitas vezes era criado pelo próprio fazendeiro nas suas terras, produtivas ou não, com o intuito de atrair pioneiros. A área urbana, a princípio, funcionava como uma espécie de escritório de vendas e canteiro de obras para o loteamento rural. Quando os primeiros proprietários começavam a chegar o comércio se diversificava. Assim o patrimônio vai ganhando impulso até se tornar uma cidade. (2005:25)³¹

Como veremos no transcorrer desta dissertação, o modelo empregado no caso do oeste paulista em muito se assemelha ao caso do Norte do Mato Grosso. Enquanto o caso paulista teve a ferrovia como espinha dorsal para a estruturação do território, no caso mato-grossense o modal foi rodoviário, mas em ambos os casos as empresas privadas tiveram papel fundamental na fundação das cidades, definição dos lotes e arruamentos, e na comercialização dos mesmos. No caso do oeste de São Paulo, o dinheiro do empresariado do café implantou o sistema ferroviário para escoar a própria produção. No Mato Grosso, o próprio estado implantou os principais vetores infraestruturais. O movimento de colonização também serviu para acalmar tensões agrárias no Sul.

Ao final da década de 1930, em decorrência da crise econômica mundial de 1929, o ciclo do café entra em franco declínio. Para evitar a fragilidade de uma economia de monocultura, o Estado toma medidas de diversificação da produção e de estímulo à produção para o mercado interno. Segundo Higa e Moreno, “no decorrer dos anos 30, a produção agrícola para o mercado interno superou a produção destinada à exportação” (HIGA e MORENO.2005:35). Segundo os autores, este novo modelo permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial, momento em que a indústria desponta como hegemônica no cenário econômico nacional. No que diz respeito à estrutura do espaço mato-grossense deste período, Ferreira descreve:

Neste período, e alguns que o antecederam, o governo de Mato Grosso pretendeu favorecer a migração para o Estado, a fim de torná-lo populoso. No entanto, a aquisição das terras seguia o modelo latifundiário. Apenas os possuidores de fortuna adquiriram terras, mantendo a forma de ocupação por pontos isolados. Mas nesse período

³¹ COUTINHO

a região sul, hoje Estado de Mato Grosso do Sul, tomou impulso. Gozava de vantagens da proximidade do Estado de São Paulo, que absorvia os produtos mato-grossenses. O que hoje é o leste mato-grossense teve início ocupacional lento, mas já aparente à base de migração de goianos, maranhenses, paraenses, seguida da abertura de garimpos de diamante. (2001:72)³²

O Governo Getúlio Vargas, sobretudo no período do chamado Estado Novo, empreendia uma política centralizadora do poder com um caráter nacionalista. Desta maneira o Estado intervém diretamente na economia e os territórios passam a assumir diferentes papéis de acordo com os objetivos do país. Se pretendia criar as bases para o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, o que passava por incentivar o desenvolvimento industrial e diversificar a produção agropecuária. Ao espaço rural cabia a produção de alimentos para abastecer os novos territórios do oeste paulista que se urbanizavam rapidamente. Cabia também a produção da matéria prima para a indústria, o que fortaleceria a formação de um mercado interno brasileiro. Foi a “marcha para o oeste” da “*fronteira agrícola capitalista*”³³ no Brasil, uma corrida pelos espaços ainda não ocupados do território que iam rapidamente sendo aparelhados de infraestrutura e tornando-se produtivos.

Neste momento a *fronteira agrícola* ainda é o oeste paulista e avançava para o atual Mato Grosso do Sul que, em virtude do dinamismo gerado pelo café, produzia alimentos para abastecer as novas cidades paulistas. Pouco a pouco territórios mato-grossenses passam a integrar, econômica e produtivamente, o sistema capitalista e o mercado nacional. Enquanto o sul se dinamizava e desenvolvia em virtude da proximidade com o centro hegemônico da economia, o território ao norte, sobretudo ao norte de Cuiabá, permanecia ‘desocupado’ aos olhos e interesses do Governo.

³² HIGA, Tereza Cristina de Souza. MORENO, Gislaene. Geografia de Mato Grosso. Território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

³³ SILVA, Carlos Alberto Franco e. Fronteira agrícola brasileira e ordenamento territorial. in SANTOS, Milton... [et al.] Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. Ed.

O Brasil central e a Amazônia ainda representavam uma reserva de terras, como “enormes espaços a serem ocupados demográfica e economicamente” (HIGA e MORENO. 2005:36). Outro fator destacado por Higa e Moreno para o avanço para o oeste é a expansão do capitalismo e a industrialização do campo, que além de produtor passava a ser um mercado consumidor de maquinários, tratores, fertilizantes, defensivos agrícolas, etc. Mais do que a inserção do Mato Grosso no mercado interno brasileiro, este momento marca sua inserção no mercado global. Pode-se dizer que a partir daí os territórios já ocupados de Mato Grosso entram no meio técnico-científico de Milton Santos.

O primeiro indício de que o avanço da fronteira não tardaria a chegar às terras da Amazônia é dado pela Expedição Roncador-Xingu, criada em 1943, durante o Governo Getúlio Vargas, para efetuar o reconhecimento das regiões ainda inexploradas do Brasil Central, que dava nome a Fundação responsável pela expedição. Não fosse a presença dos irmãos Cláudio, Leonardo e Orlando Villas Bôas³⁴, teria sido uma verdadeira frente de extermínio dos povos indígenas, por eles a expedição cumpriu seu objetivo sem disparar sequer um tiro contra índios. A partir do trabalho e da visão destes irmãos foi criada a criação do Parque Indígena do Xingu. Terminaremos este capítulo com um trecho de carta enviada pela presidência da Fundação Central ao Coronel responsável pela expedição com as diretrizes a serem cumpridas pela expedição, em carta de 1948, são apresentados os primeiros partidos do que viria a ocorrer posteriormente com a intensificação da política de ocupação e colonização da Amazônia. Na carta as ordens são de colonizar e ocupar o território desbravado pela expedição, com critério científico, no menor prazo e a com maior segurança. As picadas, acampamentos e pistas de pouso abertas por estes homens são os primeiros indícios de que a fronteira agrícola capitalista avançaria rapidamente sobre a Amazônia. A fotografia acima, Figura 6, mostra a chegada do então Presidente Jânio Quadros a um dos acampamentos da expedição, sendo apresentado a um índio por Orlando Villas Bôas em 1961.

³⁴ Idem.



Figura 6 - Chegada de Jânio Quadros a um dos acampamentos da expedição Roncador-Xingu³⁵

3.3. O AVANÇO DA FRONTEIRA III – a colonização da Amazônia, a última fronteira.

Durante o século XX aumenta a velocidade do avanço da fronteira, sobretudo a partir do Estado Novo de Getúlio Vargas, porém, é a partir de 1964, durante o Regime Militar, que a fronteira agrícola capitalista atinge³⁶ as terras da Amazônia brasileira. E este avanço se dá de maneira oficial e dirigida pelo Governo Militar, sendo tratada como um dos grandes projetos do país, com ampla divulgação sintetizada pelo slogan: “*Integrar para não entregar*”. O plano era de integrar e controlar a Amazônia no momento em que começava a se discutir sua internacionalização. Desta maneira, os esforços foram de tomar posse e aparelhar novas áreas produtivas à máquina capitalista brasileira de maneira planejada e organizada pelo governo militar e por seus Planos Nacionais de Desenvolvimento, os PNDs.

³⁵ VILLAS BÔAS, Orlando. A Marcha para o Oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 .pp. 417.

³⁶ Antes disso, durante o Governo Getúlio Vargas, a expedição Roncador Xingu já demonstrava o interesse em desbravar e colonizar as terras do Brasil Central, como nos referimos no capítulo acima.



Figura 7 - Amazônia Legal. Fonte: Imazon

No ano de 1966 é criada, pela lei 5.173 de 27.10.1966, a *Amazônia Legal*, Figura 7. A primeira providência da lei criava o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* substituindo a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* (SPVEA) que havia sido implementado, em 1953, pelo presidente Getúlio Vargas, como o primeiro grande esforço oficial em ocupar de fato terras amazônicas. Foi criada também a *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia* (SUDAM).

A vigência desta lei se daria sob o território que foi definido, mais em função da estrutura de planejamento do que pelo bioma, pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo de 16º; do Estado de Goiás, a norte do paralelo de 13º; e do Estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.

A orientação básica do que viria a ser executada é descrita da seguinte maneira pelo plano :

- a) a realização de programas de pesquisas e levantamento do potencial econômico da Região, como base para a ação planejada à longo prazo;
- b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de polos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;

- c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;
- d) formação de grupos populacionais estáveis, tendente a um processo de auto-sustentação;
- e) adoção de política imigratória para a Região, com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;
- f) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;
- g) ordenamento da exploração das diversas espécies e essências nobres nativas da região, inclusive através da silvicultura e aumento da produtividade da economia extrativista sempre que esta não possa ser substituída por atividade mais rentável;
- h) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura como base de sustentação das populações regionais;
- i) ampliação das oportunidades de formação e treinamento de mão-de-obra e pessoal especializado necessária às exigências de desenvolvimento da região;
- j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;
- k) adoção de intensiva política de estímulos fiscais, creditícios e outros, com o objetivo de:
 - I. assegurar a elevação da taxa de reinversão na região dos recursos nela gerados;
 - II. atrair investimentos nacionais e estrangeiros para o desenvolvimento da Região.
- l) revisão e adaptação contínua da ação federal na Região;
- m) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

E foi nesta direção que o processo se deu, como já nos referimos anteriormente, com um aparato tecnológico e administrativo sem precedentes no avanço da área antropizada do território brasileiro. Como agentes deste processo, além da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi criado o Banco da Amazônia S.A. Ambos operariam conjuntamente aos órgãos de administração centralizada e descentralizada do Governo Federal e de outros órgãos e entidades credenciadas (destacando-se empresas de iniciativa privada), através de contratos, convênios, ajustes e acordos.

A SUDAM seria o órgão central do plano, com sede em Belém do Pará, teria o objetivo principal de planejar, executar e controlar a ação federal na Amazônia. A ele competia a elaboração e revisão anual do plano, a coordenação dos diferentes órgãos

e entidades, a implementação de programas de assistência técnica, a fiscalização dos programas e dos recursos financeiros empregados, a promoção de pesquisa e divulgação de seus resultados, com a finalidade de identificar as diversas potencialidades regionais. Ao Banco da Amazônia S.A. competia a gestão financeira do projeto, que contaria com 2% do orçamento total da união e 3% do orçamento dos Estados e Municípios da Amazônia Legal. Para financiar e oferecer crédito aos projetos implementados pela iniciativa privada (tanto para empreendimentos quanto para pesquisa agrícola) criou-se o Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM).

Desta maneira o Governo Militar centraliza as decisões de gestão e o empreendimento das infraestruturas principais, enquanto, por meio de crédito à iniciativa privada, se encarregaria de implantar as cidades, definir os lotes urbanos e rurais, tratar da venda dos mesmos e do traslado da população para as novas áreas, o que somente se efetivará a partir dos anos 1970, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, desta vez sob o slogan: *“terra sem homens para homens sem terra”*.

Curiosamente o slogan revela o que a lei criada não carregaria diretamente em seu texto, mas escancararia em sua intensão. A ocupação da Amazônia aproveitaria a pressão para sua internacionalização para, na verdade, efetuar uma mudança radical na estrutura produtiva nacional. A abertura de novas terras significava ao mesmo tempo a possibilidade do Brasil se tornar um grande mercado consumidor de maquinário agrícola e de fertilizantes. Obviamente, as áreas que produzem de modo mecanizado e em grande escala exigem uma maior concentração de terras.

Este processo, principalmente nas áreas mais planas e mais bem servidas pela infra-estrutura existente à época, como era o caso dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, estavam sendo responsáveis pela expropriação de muitos pequenos agricultores. A tensão no campo crescia e junto com ela surgiam movimentos populares de luta pela terra.

Desta forma o *Plano de Valorização Econômica da Amazônia* resolveria de uma só vez as revoltas no campo no sul e sudeste. O avanço da agricultura mecanizada no território brasileiro também poria fim às pressões pela internacionalização da Amazônia. O Governo passou a implantar as rodovias federais e estaduais e a definir grandes glebas de terras a serem geridas pela iniciativa privada que, por sua vez, vendia os lotes para os pequenos agricultores do sul. Fato que salta aos olhos em regiões como o Norte do Estado do Mato-Grosso, onde grande parte da população tem origem Catarinense e Gaúcha. Se o visitante espera encontrar feições indígenas na população das novas cidades, certamente, se espanta com os traços europeus da maior parte da população. O impulso colonizador se dá, portanto, de maneira oficial e militarizada pelo Estado.

Na primeira parte do livro *Políticas Territoriais na Amazônia*, Neli Aparecida de Mello (2006) analisa os processos, as etapas e as ideologias que ordenaram a construção dos novos territórios implantados na “frente pioneira”³⁷ amazônica, seus desdobramentos socioambientais e as transformações do espaço. A autora, como Monbeig (1981), compreende a frente pioneira em dois momentos: no primeiro momento, entende a América Latina como um espaço-palco de diversas frentes pioneiras em que os agricultores e madeireiros seriam os responsáveis pelo avanço das áreas ocupadas frente a florestas; no segundo momento, o que se verifica é uma mudança, na segunda metade do século XX, em que os governos tomam consciência do potencial que representavam as florestas e áreas ainda desocupadas de seus territórios e começam a intervir diretamente do processo de ocupação destas “terras novas”.

Este segundo momento é marcado pela ascensão ao poder de governos militares em quase todos os países do continente que, sob a intenção de preservar a segurança de suas fronteiras e garantir a posse das imensas porções de terras ainda não ocupadas, passam a aparelhá-las e conectá-las aos principais centros econômicos, aproveitando para minimizar as tensões no campo nas áreas já consolidadas em fase

³⁷ Conceito de Pierre Moiberg para o avanço das áreas economicamente ativas frente a terras ainda não ocupadas

de transformação de uma agricultura tradicional para uma modernizada. Foi um momento em que a ordenação destes novos espaços passa a ser respaldada por um inédito aparato tecnológico que possibilitou o conhecimento prévio e o mapeamento de regiões pouco conhecidas, identificando para onde deveriam ser direcionadas as infraestruturas e onde seriam implantadas as cidades. Melo descreve este momento:

A esses processos tradicionais juntaram-se outros tipos pioneiros: as áreas industriais, os “enclaves” ou “polos” – petroleiros, minerais, complexos siderúrgicos, barragens hidrelétricas ou centros de turismo, locais onde os governos intervêm diretamente ou apoiando, financeiramente, as empresas.

A nova frente pioneira para a Amazônia não teve vínculo com a agricultura tradicional, mas sim com grupos industriais nacionais, estrangeiros e multinacionais, sociedades anônimas e de capitais urbanos, cujos investimentos foram respaldados pelo sistema de incentivos fiscais. O poder econômico operava dentro da lógica de ocupação de terras virgens, de valorização dos espaços. As consequências sobre os homens tinham pouco significado; o importante era que a exploração de “terras novas” significasse a sua inserção na economia de mercado, o aumento da capacidade de exportação e a continuidade de investimentos para equipar as novas indústrias e pesquisar as novas matérias-primas. (2006: 25).

É neste cenário que o território objeto desta pesquisa é implantado. Segundo a autora, o que diferencia este processo do modo como a frente pioneira avançou até então é, em primeiro lugar, a importância que assumem os aspectos políticos e econômicos no direcionamento desta expansão, destacando-se principalmente a bandeira da segurança nacional e os modelos econômicos baseados nas empresas privadas. E, em segundo lugar, a maciça migração de populações de outras regiões produtivas em cuja realidade a modernização do campo pressionava os pequenos agricultores a venderem suas propriedades, o que motivou diversas tensões no campo; e, por fim, o fato de ser uma colonização pautada na noção de propriedade privada. A autora resume, lembrando que Becker (2001) e Moiberg (1981) chegam a mesma conclusão de que:

A Amazônia foi vista como solução para as pressões sociais internas advindas da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e Sudeste pela modernização da agricultura; mas, sobretudo, a possibilidade do

Brasil perder sua influência no coração do continente, colocando-a na órbita do Caribe e do Pacífico, reforçou o projeto geopolítico. (2006: 26).

Foram estas as principais intensões que dirigiram o processo de ocupação destes novos territórios. E é compreender o modo como este processo se deu uma das pretensões desta pesquisa. No texto *“A Amazônia e a política ambiental brasileira”*³⁸ (2007), Bertha Beckernos lembra de que o processo de ocupação das novas terras da Amazônia foi *“repleto de sangue, suor e lágrimas”*, sobretudo no período das décadas de 1970 e início dos anos 1980 e que importantes transformações ocorreram na região.

A autora destaca primeiramente a mudança da conectividade da região, considerando que até as décadas de 1950 e 1960, a Amazônia era uma *“grande ilha, praticamente voltada para o exterior, desligada do território nacional, como ocorria no antigo ‘arquipélago’ brasileiro”* (2007: 23). Segundo ela não é a conectividade representada pela implantação das rodovias, eixos estruturadores da ocupação das terras novas, mas sim a conectividade proporcionada pelas telecomunicações a mais importante, ela foi a responsável pela conexão da região com outros territórios no Brasil e no exterior.

Desta maneira a autora identifica uma série de mudanças estruturais na realidade Amazônica: no nível econômico, uma realidade que era basicamente constituída pelo extrativismo passa a ter forte presença da indústria, principalmente, a ligada à produção mineral. Na estrutura de povoamento, o espaço, até então estruturado às margens dos rios, tem, neste novo momento, as estradas como vetores de estruturação para o processo de urbanização e, sobre este fenômeno, a autora destaca que *“de acordo com o Censo de 2000, 69,07% da população na Região Norte é urbana. A Amazônia é, portanto, uma floresta urbana.”* (2007: 24). Quanto à organização da sociedade, Becker atenta para uma realidade nova de atores na qual destacam-se novas organizações sociais, projetos alternativos, movimentos

³⁸ Território, territórios. Ensaio sobre ordenamento territorial.

socioambientais que desempenham papel até então inexistente no cenário regional. Desta maneira a autora conclui que a compreensão de uma Amazônia como território homogêneo é um mito e que o nível global, nacional, local e regional fazem desta uma realidade de diversas Amazônias ligadas a diversos interesses e motivações.

Sobre a realidade atual, Becker lembra que a Amazônia é, ainda, vista como um espaço de projeção para o futuro, espaço-palco de novas oportunidades em que a real possibilidade de ascensão econômica e social motiva os grupos sociais e determina a dinâmica local influenciada por ações nacionais e globais. Ela descreve alguns elementos de transformação: a questão da urbanização que, de acordo com o Censo de 2000, quase 70% da população vive em centros urbanos; a questão da migração intra-regional e da migração para as fronteiras políticas, como a movimentação de brasileiros para a Guiana Francesa; e a questão do uso da terra.

Quanto ao uso da terra, Becker ressalta quatro fatores de transformação: (i) a reprodução do ciclo da pecuária, exploração da madeira, desflorestamento e avanço da fronteira, tanto na área já ocupada quanto na área de floresta; (ii) os projetos voltados para o modelo socioambiental, que buscam a conservação da biodiversidade; (iii) a expansão da agricultura capitalizada, representada principalmente pela soja que vem do Mato Grosso e adentra pelos cerrados, campos e áreas de pastagem desflorestadas; (iiii) a expansão dos ecomercados desenvolvidos pelos pequenos produtores, com artesanato, polpa de açaí, cupuaçu, além dos chamados ecobusiness dos grandes fundos de investimento, voltados para o açaí e para a madeira certificada, atividade bastante lucrativa, porém muito custosa. (2007: 32-34).

O panorama apresentado por Becker reforça a importância de atentarmos para os núcleos urbanos da Amazônia e desconstrói o mito dela como um território de características homogêneas. Deste modo a autora identifica três grandes macrorregiões na Amazônia sendo elas: Amazônia Oriental ou Meridional, Amazônia Central e Amazônia Ocidental. Comumente, a Amazônia Oriental é tratada como o “Arco do Desmatamento” ou “Arco de Fogo”.

Sobre esta definição Becker lembra que a Amazônia Legal é uma construção política e que nada tem a ver com ecossistemas ou cultura e, principalmente, que estas áreas hoje estão ocupadas e povoadas, apesar do fato inquestionável de que grandes porções de florestas foram e são realmente desflorestadas: “A fímbria da floresta foi retirada, mas não o essencial da Amazônia” (2007:35). Na visão da autora, a prática social apagou a construção da Amazônia Legal, o que leva a concluir que “existiram florestas que foram retiradas, mas essa macrorregião hoje é uma área povoada, de povoamento em consolidação. Acabou-se. Na minha opinião, não há que se referir a “arco de fogo” e a “área degradada”, por que isso dificulta a visão da realidade própria da área” (2007:35-36).

O resultado mais recente do avanço da fronteira agrícola no território brasileiro pode ser observado na sequência das Figuras 9, 10, 11, 12 e 13³⁹ que buscam representar a área antropizada e as estradas asfaltadas do território brasileiro década à década a partir de 1960, onde fica evidente a nova potência e rapidez deste avanço. Sobre a formação deste território, e sobretudo dos papéis de Mato Grosso no cenário brasileiro até este momento, concluímos citando Higa e Moreno que sintetizam este processo da seguinte maneira:

- Assegurou a expansão das fronteiras nacionais, no final do século XVII e primeira metade do século XVIII;
- Na primeira metade do século XVIII, foi objeto da expansão da Coroa portuguesa e do mercantilismo europeu, com a produção de ouro nas minas de Cuiabá, Vila Bela e áreas adjacentes;
- Na segunda metade do século XIX e início do século XX, Mato Grosso contribuiu com a arrecadação nacional e com a expansão da revolução industrial europeia, exportando matéria prima, a exemplo da poaia e do látex, de interesse do capital industrial europeu emergente. Nesse período, a erva-mate foi produto de destaque econômico na pauta de exportações para países vizinhos e também para o atendimento do mercado nacional;
- No plano interno, na segunda metade do século XIX, Mato Grosso ampliou suas relações com as demais regiões brasileiras impulsionado pela melhoria nas comunicações, que permitiram a exportação regular de seus produtos, como o açúcar e o charque, atraindo maior fluxo de migrantes;

³⁹ Todos os mapas representados nas figuras acima mencionadas são de autoria do autor a partir de mapas do Atlas Nacional Milton Santos, do IBGE, utilizando a base de estradas de Evolução do Antropismo (2010:104) e de Evolução da Rede Rodoviária (2010:281) e de Evolução da Rede Ferroviária (2010:281).

- Na primeira metade do século XX, o redirecionamento da política econômica do país atribuiu a Mato Grosso um novo papel, segundo o qual deveria se transformar em produtor de alimentos e absorver mão-de-obra excedente de outras regiões. Diante dessa decisão, o território mato-grossense passou a ser alvo da política de integração nacional, a qual, à medida em que se intensificou, modificou a secular estrutura econômica vigente; (2005:32)⁴⁰

Já o cartunista Henfil, através do humor, sintetiza desta maneira:



Figura 8 - Ordem e Progresso. Cartum de Henfil.⁴¹

⁴⁰ HIGA, Tereza Cristina de Souza. MORENO, Gislaene. Geografia de Mato Grosso. Território, sociedade e ambiente. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

⁴¹ <<http://www.centrocultural.sp.gov.br/gibiteca/henfil.htm>>

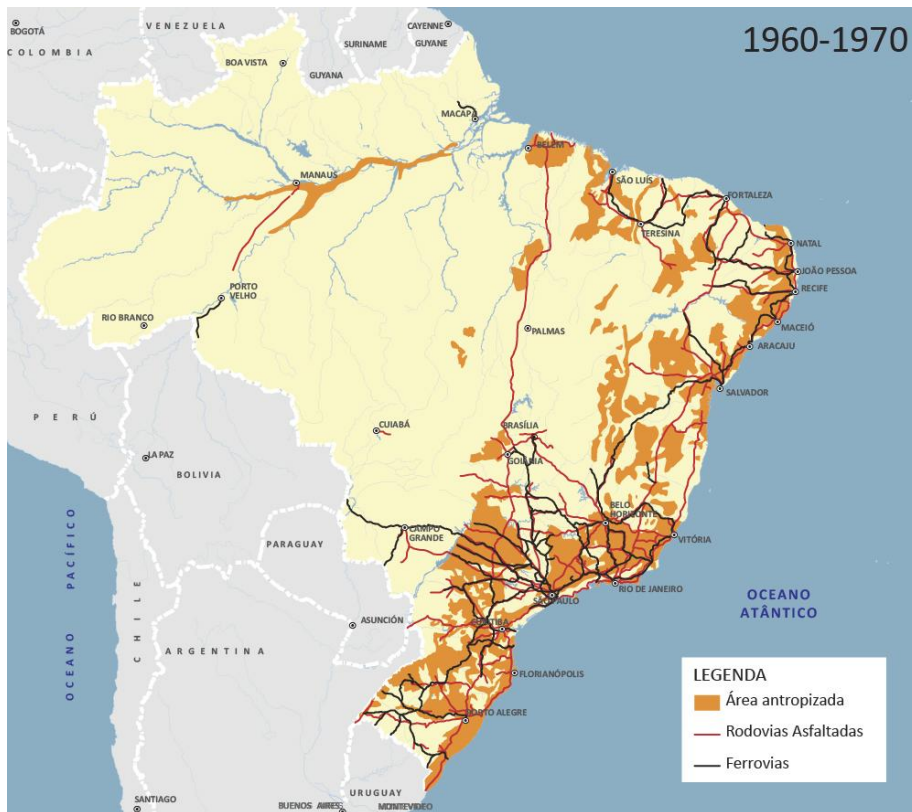


Figura 9 - A construção do território no período de 1960-1970

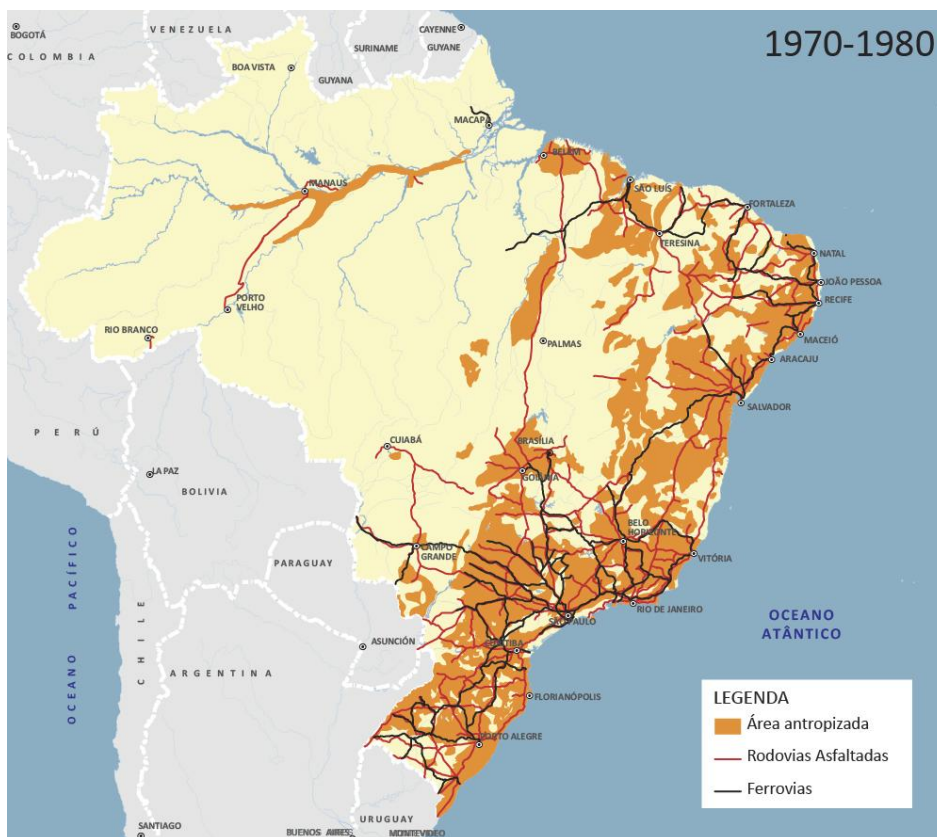


Figura 10 - A construção do território no período de 1970-1980

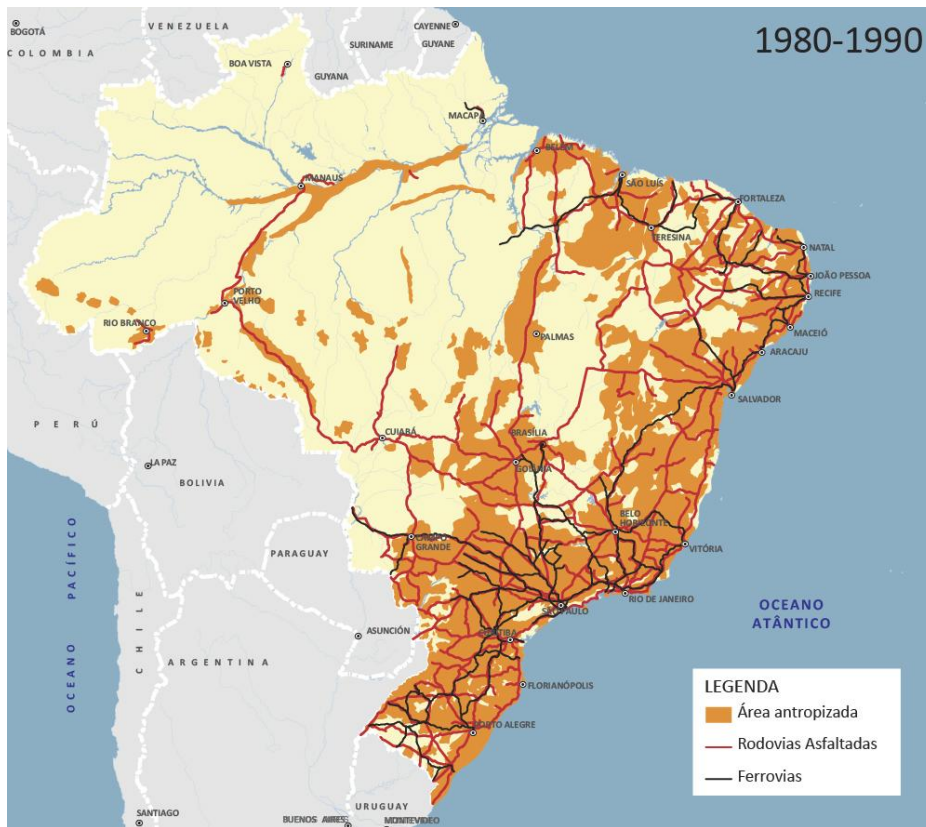


Figura 11 - A construção do território no período de 1980-1990

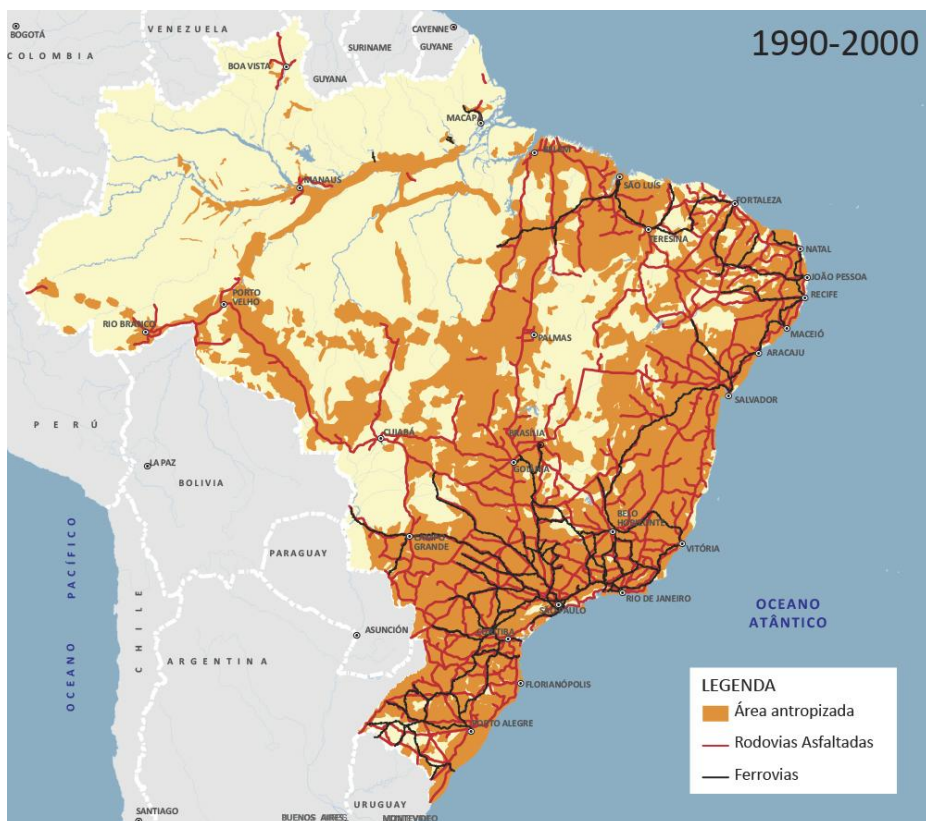


Figura 12 - A construção do território no período de 1990-2000

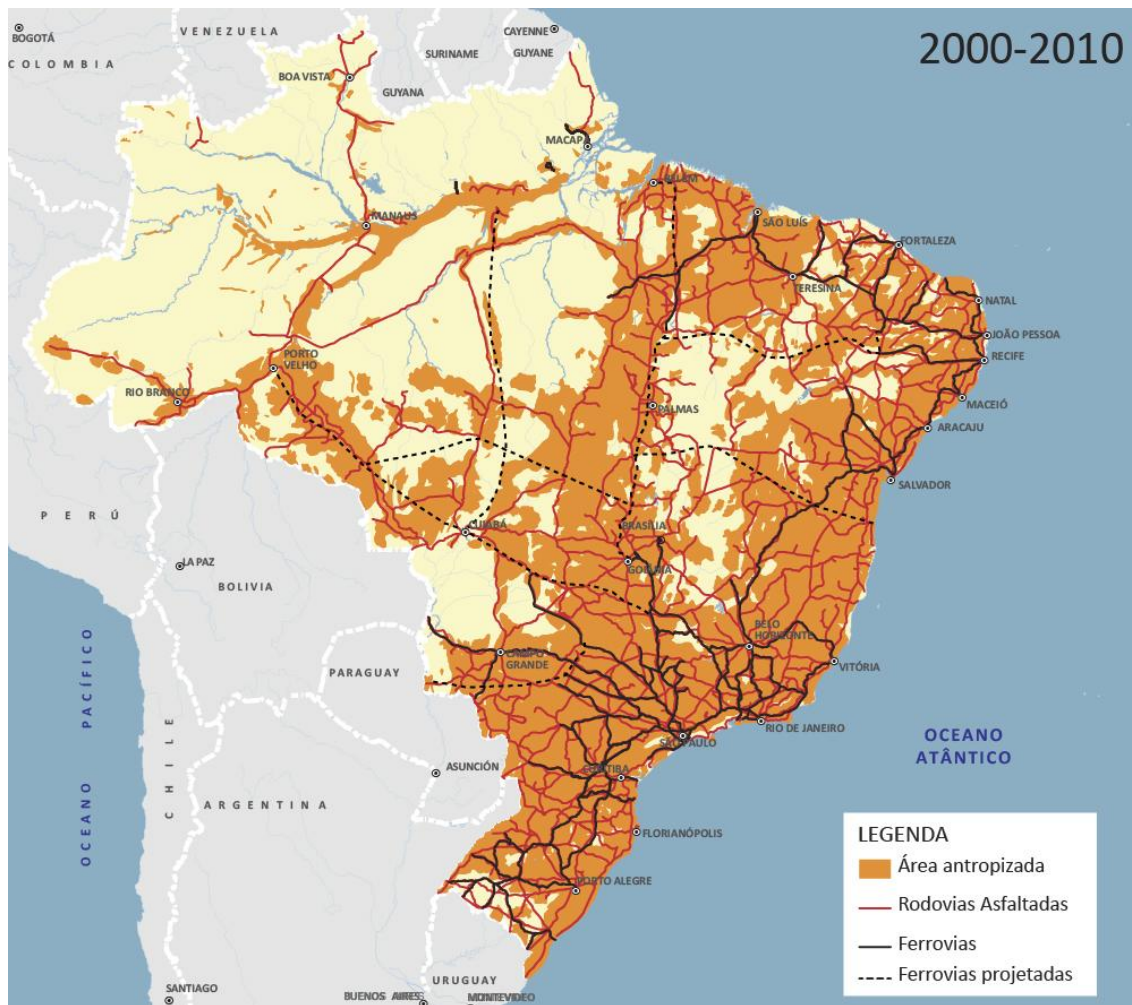


Figura 13 - A construção do território no período de 2000-2010

3.4. O AVANÇO DA FRONTEIRA IV – a colonização do norte matogrossense

Para compreender o avanço mais recentada fronteira na nossa situação territorial, consideramos importante investigar a lógica de desmembramentos dos limites políticos do território brasileiro, para depois nos atentarmos às fundações, famílias e gerações de cidades que compõe nosso território selecionado.

O Estado do Mato Grosso é dividido em cinco Mesorregiões: *Mesorregião Nordeste Mato-grossense* que abrange a região entre o rio Xingu e o Araguaia; a *Mesorregião Sudeste Mato-grossense* polarizada pela cidade de Rondonópolis, onde se cruzam a BR-163, que liga o estado aos estados do Sul, a BR-364, conexão com o sudeste, e pelos trilhos da Ferronorte, o que fazem de lá, por sua posição no território, um pólo industrial e entreposto logístico; a *Mesorregião Centro-Sul Mato-grossense* que abrange desde a cidade de Cuiabá, a capital, localizada ao sopé da Chapada Diamantina até a fronteira com a Bolívia e Mato Grosso do Sul, o centro regional do Estado (a partir de Cuiabá as estradas se lançam como vetores, cada uma em uma direção, como estruturadores do território); a *Mesorregião do Sudoeste Mato-grossense* contida entre a divisa com a Bolívia e a Chapada dos Parecis, estruturado entre o Rio Guaporé e sua confluência com o Rio Paraguai; e, por fim, a *Mesorregião Norte Mato-grossense*, que abrange o território de análise desta dissertação.

Um primeiro contraste entre esta e as demais mesorregiões do Estado é sua área total, com 482.748 km². Portanto, a Mesorregião Norte Mato-grossense corresponde a mais da metade da área total do Estado do Mato Grosso, com 903.357 km², um dos maiores Estados do Brasil.⁴²

Para se ter uma ideia melhor, a Figura 14, apresenta uma comparação entre a área deste território e de outros países. Com área de 251.863 km², se fizesse parte da Alemanha, que possui um território de 357.051 km², corresponderia a 71% daquele país. Assim como a 46% da França, que possui um território de 543.965 km², e 84% da área da Itália, com 301.230 km². Já no caso da Inglaterra, somando a área do país com

⁴²Áreas Territoriais Oficiais definidas pelo IBGE, 2002.

a do nosso território de análise, ele representaria 67% da área total. Nesse mapa também apresentamos as mesorregiões, em diferentes tons de verde e azul, e podemos visualizar o contraste entre o tamanho do território selecionado em relação às diversas mesorregiões. Este contraste também fica evidente no número de municípios e microrregiões. A mesorregião Nordeste conta com vinte e cinco municípios ordenados em três microrregiões, a Sudeste com vinte e dois municípios e quatro microrregiões, a Centro sul com dezessete municípios e quatro microrregiões, a Sudoeste com vinte e dois municípios e três microrregiões, enquanto a Mesorregião Norte Mato-grossense totaliza cinquenta e cinco municípios e oito microrregiões.

O mesmo, porém, não se observa ao comparar a densidade demográfica⁴³ das mesmas. A mesorregião Noroeste tem população de 276.332 habitantes e densidade de 1,5 habitantes por quilômetro quadrado. A Sudeste tem 411.073 habitantes e densidade de 5,7 hab./km², a Centro Sul 1.035.749 habitantes e densidade de 10,4 hab./km², a Sudoeste tem 306.183 habitantes e densidade de 4,2 hab./km². A Norte mato-grossense novamente se diferencia com uma população alta, em relação ao contexto das outras, com 488.748 habitantes mas com densidade demográfica de 1,74 hab./km², inferior apenas à da mesorregião Nordeste. Evidentemente que a baixa densidade demográfica se dá pelo fato de serem estes territórios novos.

Estas comparações revelam uma das dinâmicas do movimento de avanço da fronteira. O movimento de desmembrar e definir novos limites municipais. Em 1979, o Estado de Mato Grosso era composto por trinta e oito municípios, passando para cinquenta e cinco em 1980, noventa e cinco em 1990 e cento e quarenta e dois na divisão atual.⁴⁴ Tratam-se de novos cento e quatro municípios fruto, de um lado, da emancipação de distritos do entorno dos principais pólos urbanos e, de outro, das novas cidades emancipadas no norte e nordeste do estado principalmente ao longo das rodovias federais e estaduais.

⁴³ A partir da contagem de 2006, IBGE.

⁴⁴ Fonte: Geografia do Mato-Grosso: território e sociedade

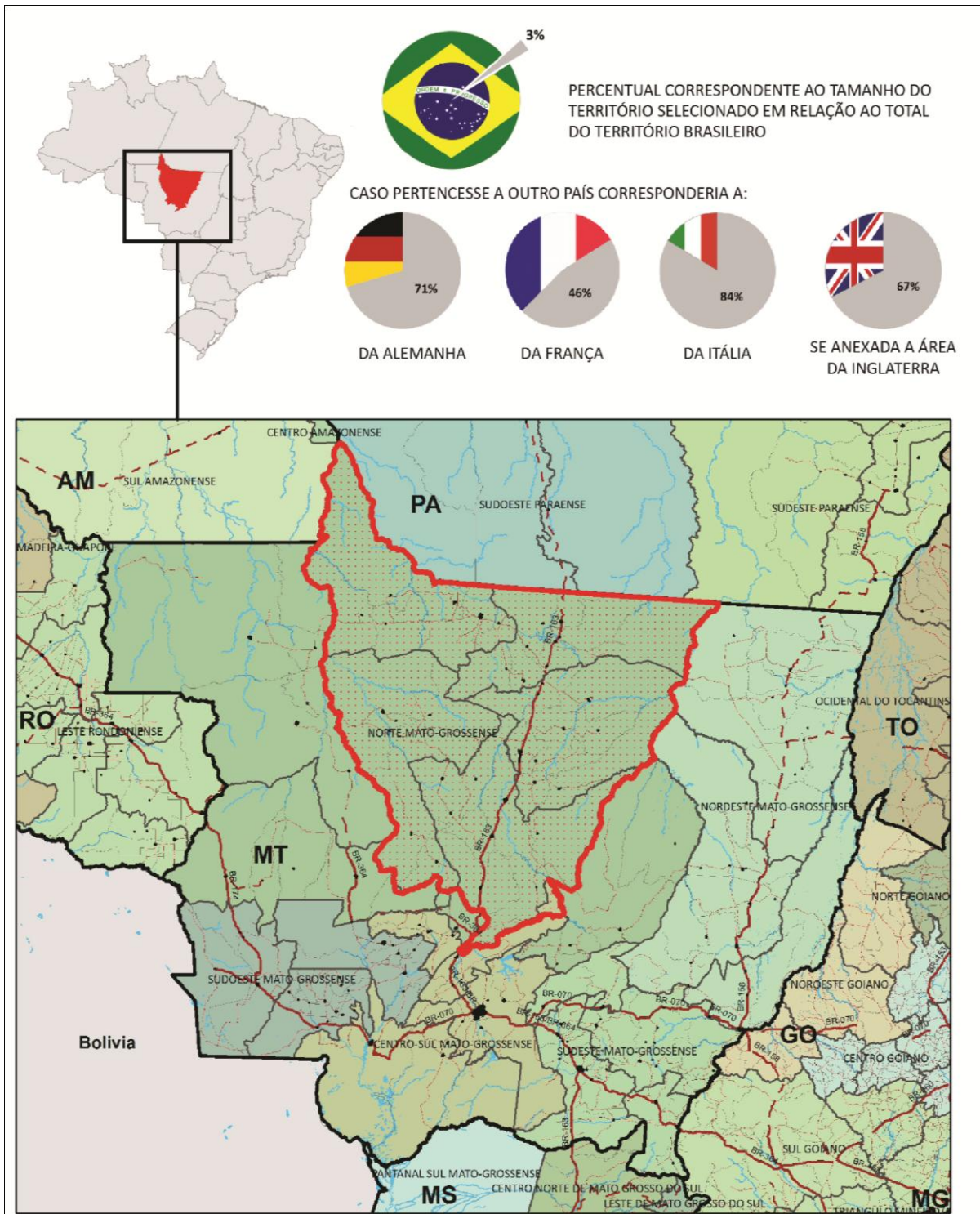
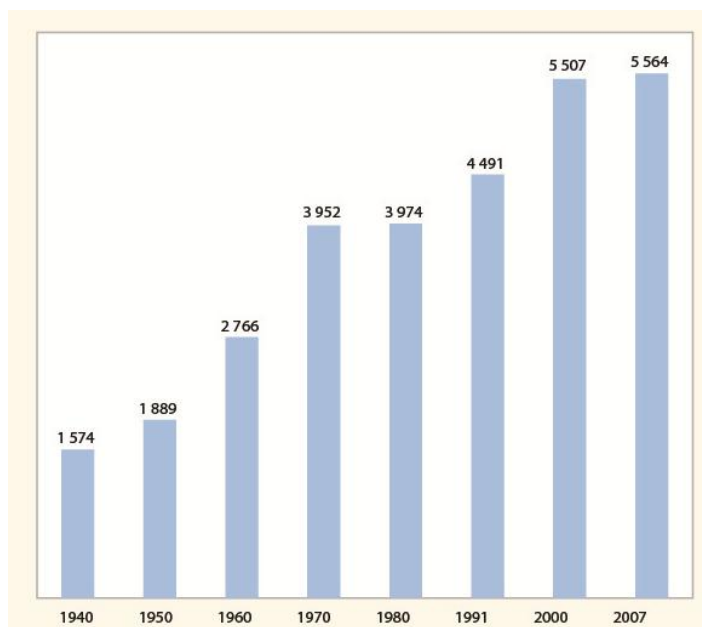


Figura 14 - As mesoregiões e o tamanho do território

Estas emancipações, apresentadas no Quadro 1 a seguir, revelam um país em construção. Até a década de 1940 o Brasil contava com um total de 1.547 municípios, passando para 1.889, em 1950; 2.776, em 1960; 3.952, em 1970; 3.974, em 1980; 4.491, em 1990; 5.507, em 2000 e chegamos aos atuais 5.566 municípios, em 2012. O

salto total, em 72 anos, é de novos 4.019 municípios, o que resulta na média de novos 55 municípios por ano.



Quadro 1- Evolução do número de municípios brasileiros entre 1940 e 2007, segundo IBGE.

Para compreender as razões desta dinâmica recorreremos à Hervé Thery e Neli Aparecida de Mello (2008) que, em Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território, representam o fenômeno, Figura 15, e o descrevem da seguinte maneira:

As novas unidades formam-se pelo desmembramento das antigas. Em geral, a formalização jurídica ratifica a formação de fato de uma nova unidade dentro da antiga: um novo núcleo de povoamento forma-se numa região até então vazia (ou ocupada apenas por grupos indígenas), núcleo centrado numa pequena aglomeração, onde se desenvolvem comércio, atividades urbanas, toda uma vida econômica e social local. À medida que esta se desenvolve, fica insuportável para seus habitantes ir até a sede do município para afazeres administrativos e, sobretudo, eles não suportam mais ficar sem a representação política de seus interesses específicos. Iniciam um processo de criação de um município, seguem os procedimentos previstos em lei e, geralmente, conseguem, apesar das reservas dos seus (antigos) conterrâneos. (2008: 48-49)

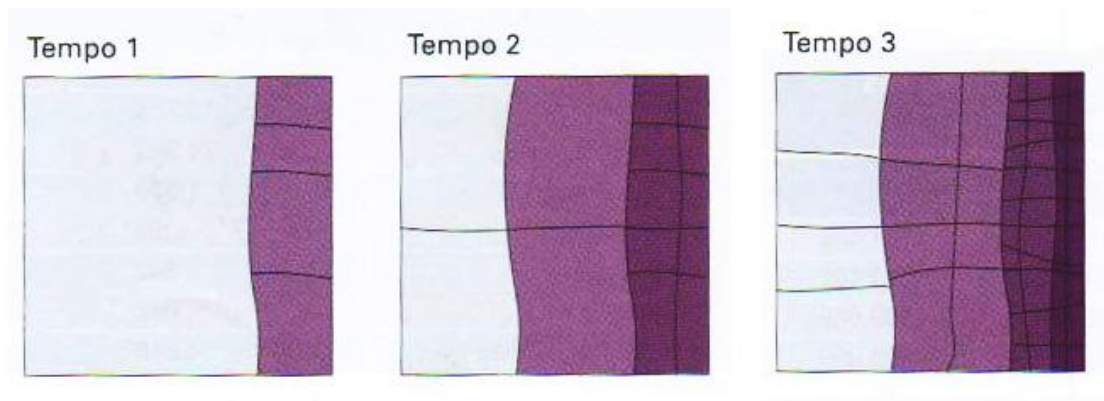


Figura 15 - A formação dos municípios.⁴⁵

Segundo os autores, as novas unidades surgem com menor população, mas não necessariamente com menor área territorial. As terras são em geral pouco densas, de pouco interesse para a unidade-mãe. O exemplo utilizado para ilustrar este processo é o de Rondônia que tinha apenas dois municípios, em 1970, e, em 1997, estava com cinquenta e dois. Hervé e Mello observam que a parte oriental por onde passa a BR-364 teve mais divisões do que a parte ocidental, o vale do Rio Guaporé.

A Figura 16 também ilustra a evolução das emancipações municipais de todo o território brasileiro de 1940 a 2007. O que chama a atenção nestes dados é que entre as décadas de 1970 e 1980 houve um período de estagnação no processo de emancipação municipal no país, o período correspondente ao Regime Militar, o que revela a dimensão da centralização do poder político. Isto não significa que novos municípios não estavam sendo criados, porém, como já vimos, é justamente neste período e resultado desta centralização do poder político que foram implantadas todas as cidades do nosso território de análise e de outros novos vetores de colonização.

Desta maneira, o Brasil vai sendo esquadrinhado em partes menores, cada uma com uma máquina política particular, porém, subordinada a uma ordem anterior. As emancipações acabam por servir mais como um mecanismo de manutenção de um poder político já consolidado e menos de uma emancipação política de fato.

⁴⁵Hervé e Mello (2008:49)

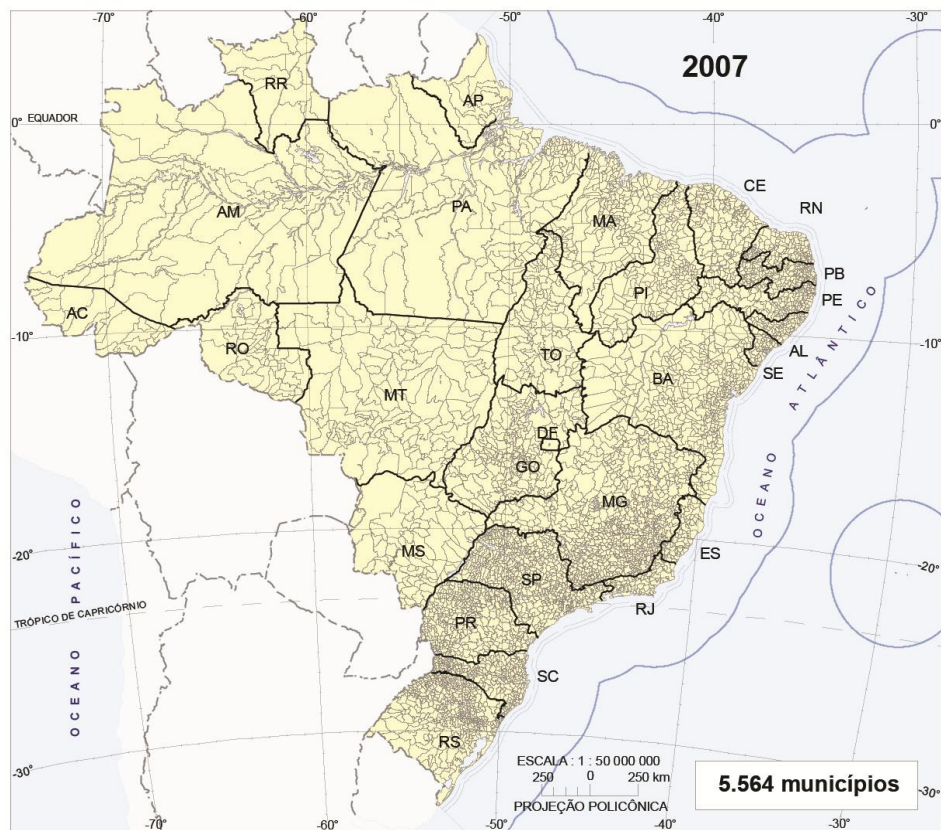


Figura 16 - Evolução da malha municipal brasileira

No caso do nosso território de análise, identificamos **seis gerações** de emancipações, como podemos verificar na Figura 17, a **primeira geração** é a dos municípios que se emanciparam até 1981, composta por seis municípios: Porto dos Gaúchos, de 1963; e Nobres, de 1965; seguidos por Alta Floresta, São José do Rio Claro e Sinop, em 1979; Sorriso, em 1980; e Juara, Colíder e Guarantã do Norte, em 1981.

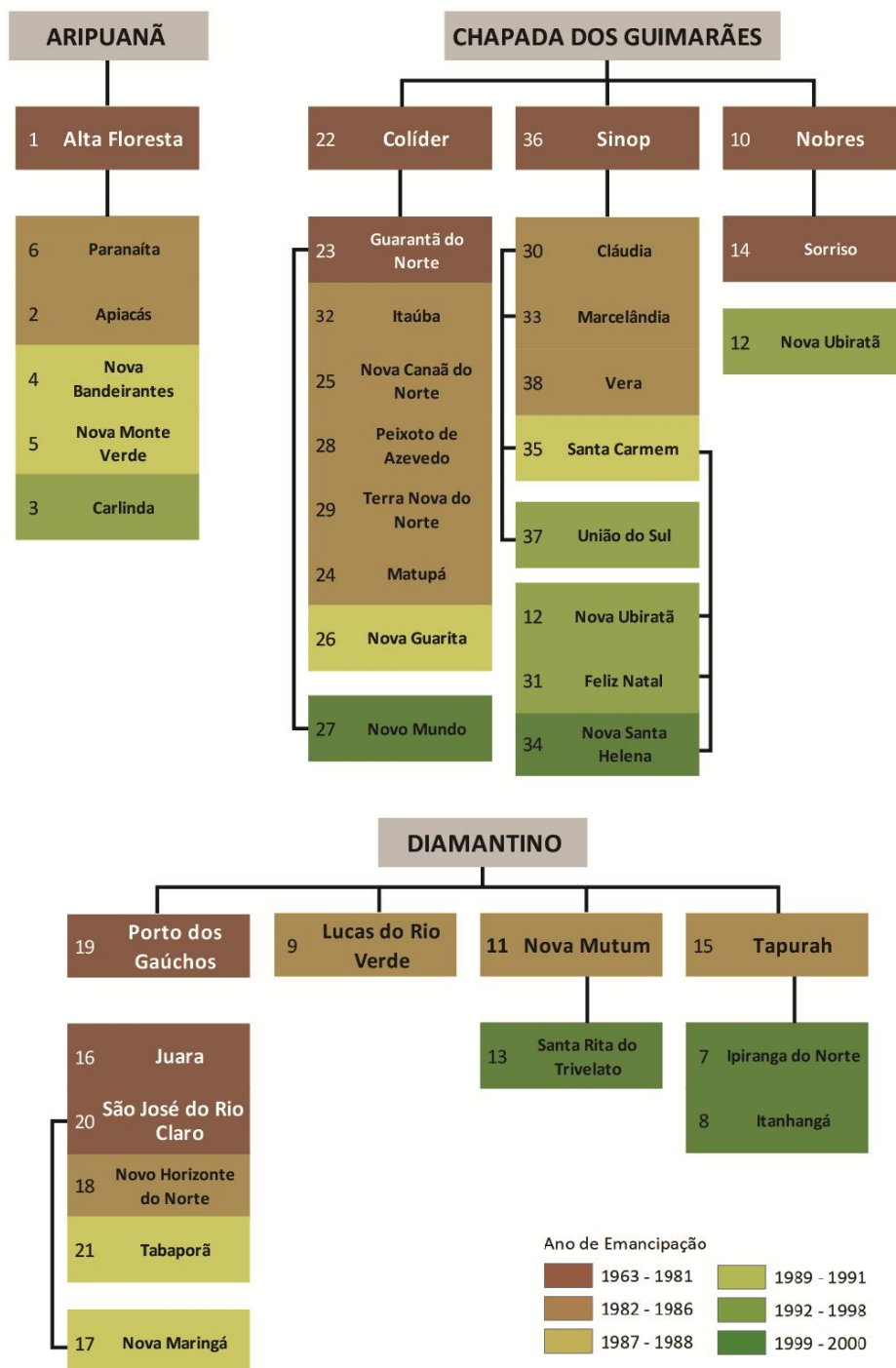


Figura 17 - Árvore genealógica dos municípios

A **segunda geração** conta com oito municípios: Paranaíta, Novo Horizonte do Norte, Nova Canaã do Norte, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Itaúba, Marcelândia e Vera, todas emancipadas em 1986.

A **terceira geração** conta com seis municípios: Apiacás, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah, Matupá e Cláudia, todas de 1988. Na **quarta geração**, emancipam-se outros seis municípios: Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde, Nova Maringá, Tabaporã, Nova Guarita e Santa Carmen, em 1991.

A **quinta geração** conta com seis emancipações: Carlinda, de 1994 e Nova Ubiratã, Feliz Natal, União do Sul, em 1995. E, por fim, a **sexta geração** com cinco municípios: Novo Mundo e Nova Santa Helena, em 1998; Santa Rita do Trivelato, em 1999; Ipiranga do Norte e Itanhangá, as caçulas do território, emancipadas em 2000.

A árvore genealógica revela também que **Aripuanã, Chapada dos Guimarães e Diamantino** são os municípios-mãe, a partir dos quais todo o nosso território se desmembrou. Do município de Aripuanã se emancipou Alta Floresta, de Chapada dos Guimarães, emanciparam-se Colíder, Sinop e Nobres, e do município de Diamantino emanciparam-se Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah e Porto dos Gaúchos.

Dos municípios atuais Colíder (Itaúba, Nova Canaã do Norte, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Matupá, Nova Guarita e Guarantã do Norte) e Sinop (Marcelândia, de onde se emancipou União do Sul, Santa Carmem, Cláudia, Vera, que ainda se desmembrou em Nova Santa Helena, Nova Ubiratã e Feliz Natal) com oito desmembramentos foram os que mais vezes foram divididos. Seguidos por Alta Floresta (Apiacás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta) com cinco e Porto dos Gaúchos (Juara, Novo Horizonte do Norte, Tabaporã, São José do Rio Claro) com quatro. Tapurah ainda originou outros dois municípios. Destacamos, Colíder, Sinop, Alta Floresta e Porto dos Gaúchos como as cidades mães deste universo de 38 municípios. A última delas, porém, apesar de ser uma das primeiras cidades a se emancipar e de gerar considerável número de municípios, Porto dos Gaúchos, como veremos adiante, não exerce atualmente o papel de uma polarizadora local.

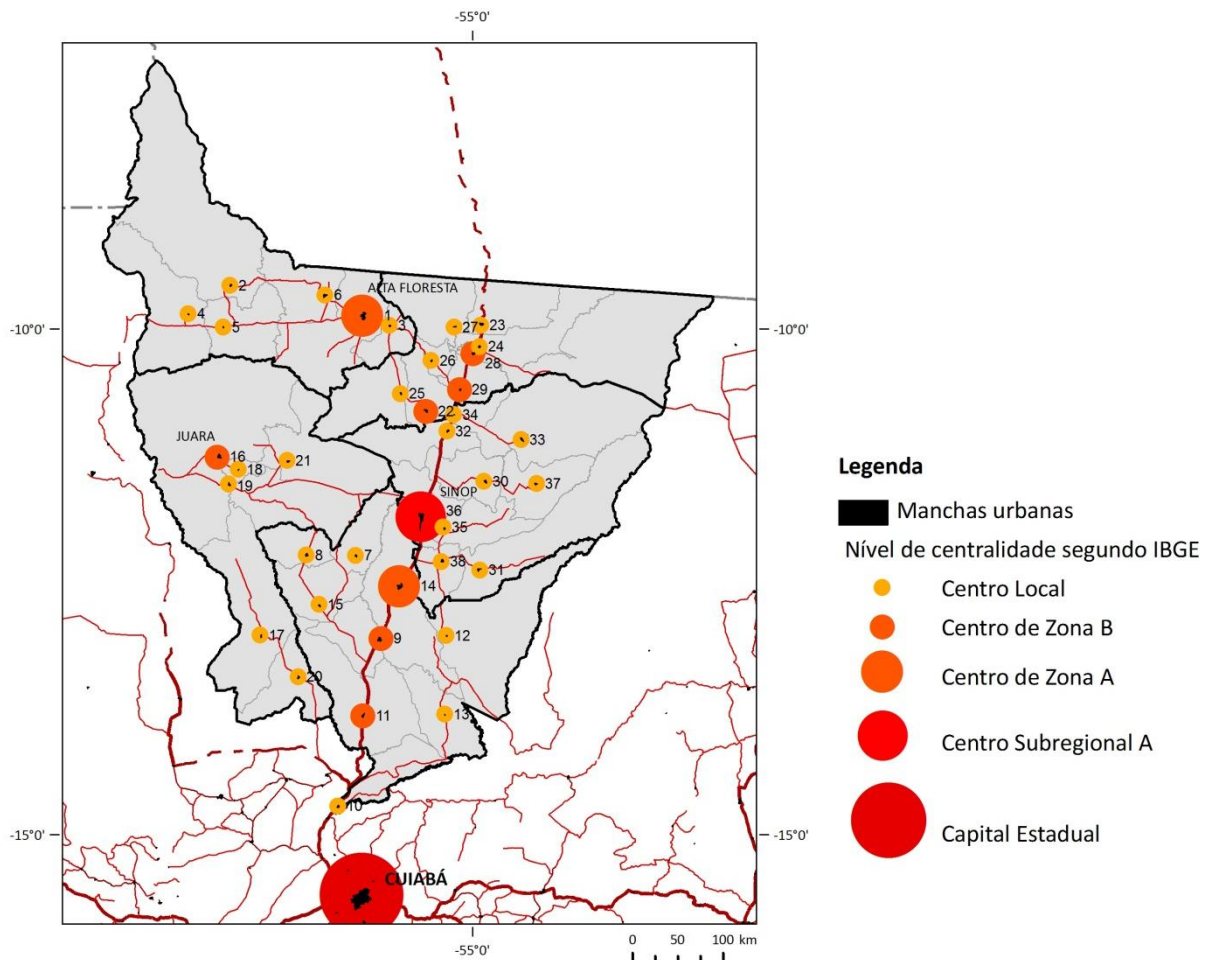


Figura 18 - A hierarquia da rede urbana

De acordo com o documento “Região de Influência das cidades – 2007”⁴⁶, do IBGE, e como nos apresenta a Figura 18 que define a hierarquia da rede urbana brasileira, todo o território de nossa investigação está diretamente subordinado à capital estadual, que por sua vez, subordina-se à metrópole de São Paulo, ou seja, na hierarquia urbana brasileira todas as cidades do território de análise fazem parte da rede de influência de São Paulo. Em menor escala, a capital Cuiabá exerce a função de polarizadora regional. Internamente, em nosso território a hierarquia se dá com Sinop

⁴⁶ O estudo estabelece níveis de centralidade a partir da função de gestão do território a partir do nível de centralidade do Poder Executivo e Judiciário e de centralidade empresarial e pela presença de equipamentos e serviços, afim de definir as hierarquias na rede de cidades Brasileira. Os níveis territoriais definidos seguem a seguinte ordem: Grande Metrópole Nacional, Capital Regional A, Capital Regional B, Capital Regional C, Centro SubRegional A, Centro Sub Regional B, Centro de Zona A, Centro de Zona B e Centro Local.

como único Centro Sub-regional; seguida por Alta Floresta e Sorriso como Centros de Zona A; Colíder, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Juara, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum como Centros de Zona B e as demais cidades como Centros Locais.

Chama a atenção, nesta divisão hierárquica estabelecida pelo IBGE, que de todas as cidades com um nível mais alto de polaridade apenas Juara e Alta Floresta não estão ao longo do eixo da BR-163, o que amplifica a sua importância regional e revela a força das duas no universo de suas Microrregiões, de Arinos e Alta Floresta, respectivamente. Também destacamos a proximidade entre os Centros de Zona B na microrregião de Colíder, o que nos leva a concluir que, nesta microrregião não há a dependência de apenas um pólo, mas sim, e como o nome sugere, há uma polarização compartilhada entre cidades relativamente próximas, estruturadas ao longo do eixo da rodovia Cuiabá Santarém.

Outro contraste evidente que os níveis hierárquicos do IBGE revelam, no caso da Microrregião de Sinop, é a força desta cidade perante as outras. Apenas ela figura como Centro Sub Regional A, o nível hierárquico mais alto do nosso universo de análise, enquanto todas as outras cidades desta microrregião são apenas centros locais, o nível hierárquico mais baixo. Também cabe destacar, neste caso, o fato de que a cidade de Sinop é a única no nível hierárquico Centro Sub Regional A, o mais alto de todo o território. Situa-se justamente num ponto médio entre a capital do Estado, Cuiabá e a divisa com o Estado do Pará. Em contraposição, a Microrregião de Alto Teles Pires figura com um Centro de Zona A e dois Centros de Zona B, dividindo suas polaridades.

3.4.1. Os diferentes projetos implantados ao longo da Rodovia BR-163

Não é por acaso que o Governo Federal define o território conformado pela microrregião de Alta Floresta e Colíder, mais os municípios de Marcelândia e Nova Santa Helena, como Território Portal da Amazônia⁴⁷. O vetor sul-norte da Rodovia Cuiabá Santarém aponta na direção da vastidão amazônica.

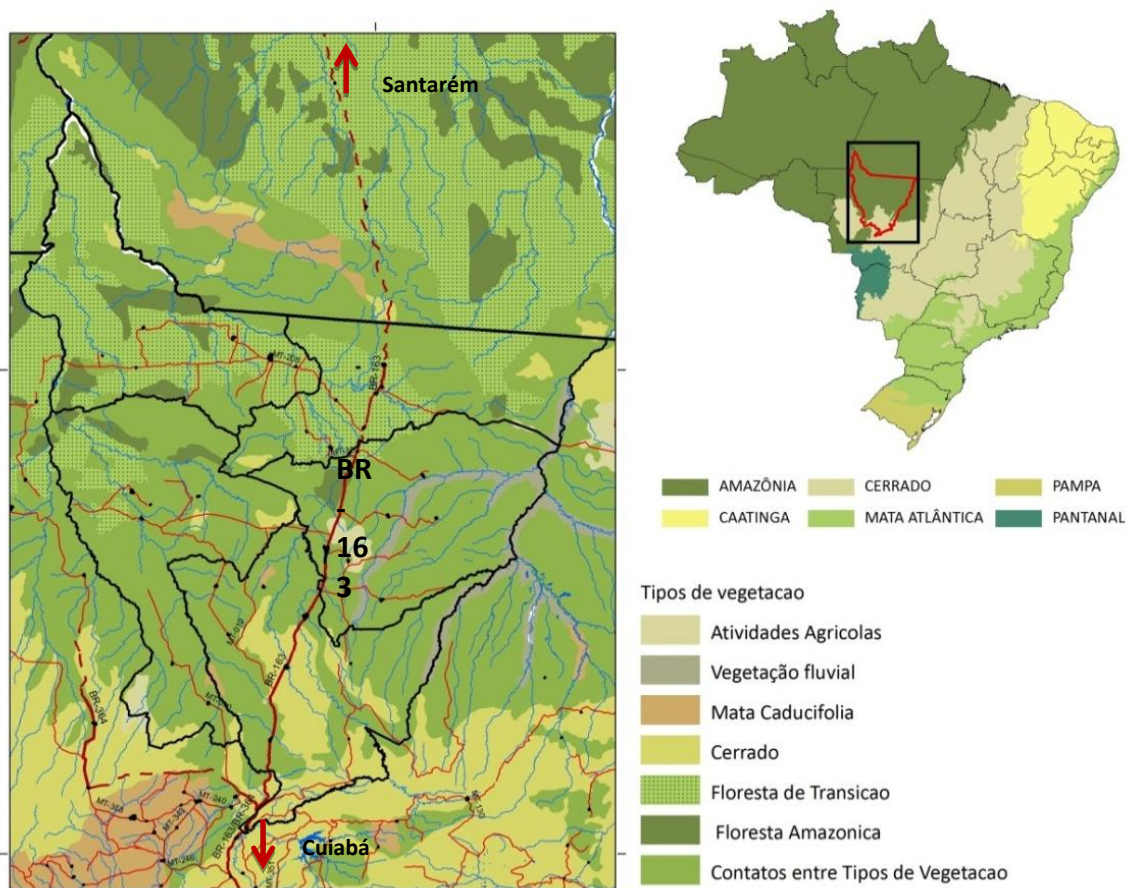


Figura 19 - Biomas e Tipos de Vegetação⁴⁸

Como podemos verificar na Figura 19, o território selecionado se localiza em uma faixa de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Nele as ocorrências de cerrado tem uma presença maior ao sul, na microrregião de Alto Teles Pires, as outras

⁴⁷ Território definido pelo Governo Federal como um dos Territórios da cidadania, programa que visa promover o desenvolvimento econômico e a universalização de programas básicos de cidadania a partir de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável com participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios.

⁴⁸ Base de vegetação "Mapa de Vegetação do Brasil (1992)"

ocorrências tem correspondência direta com o relevo, como se observa na Figura 16. com ocorrências no topo das serras. No caso da Floresta Amazônica, as ocorrências predominam na região da microrregião de Alta Floresta e no norte da microrregião de Arinos, ocupando em geral as áreas mais baixas. Há uma grande mancha de Floresta de Transição que ocupa quase a totalidade da microrregião de Alta Floresta e parte da microrregião de Colíder. O restante do território é de contatos entre tipos de vegetação.

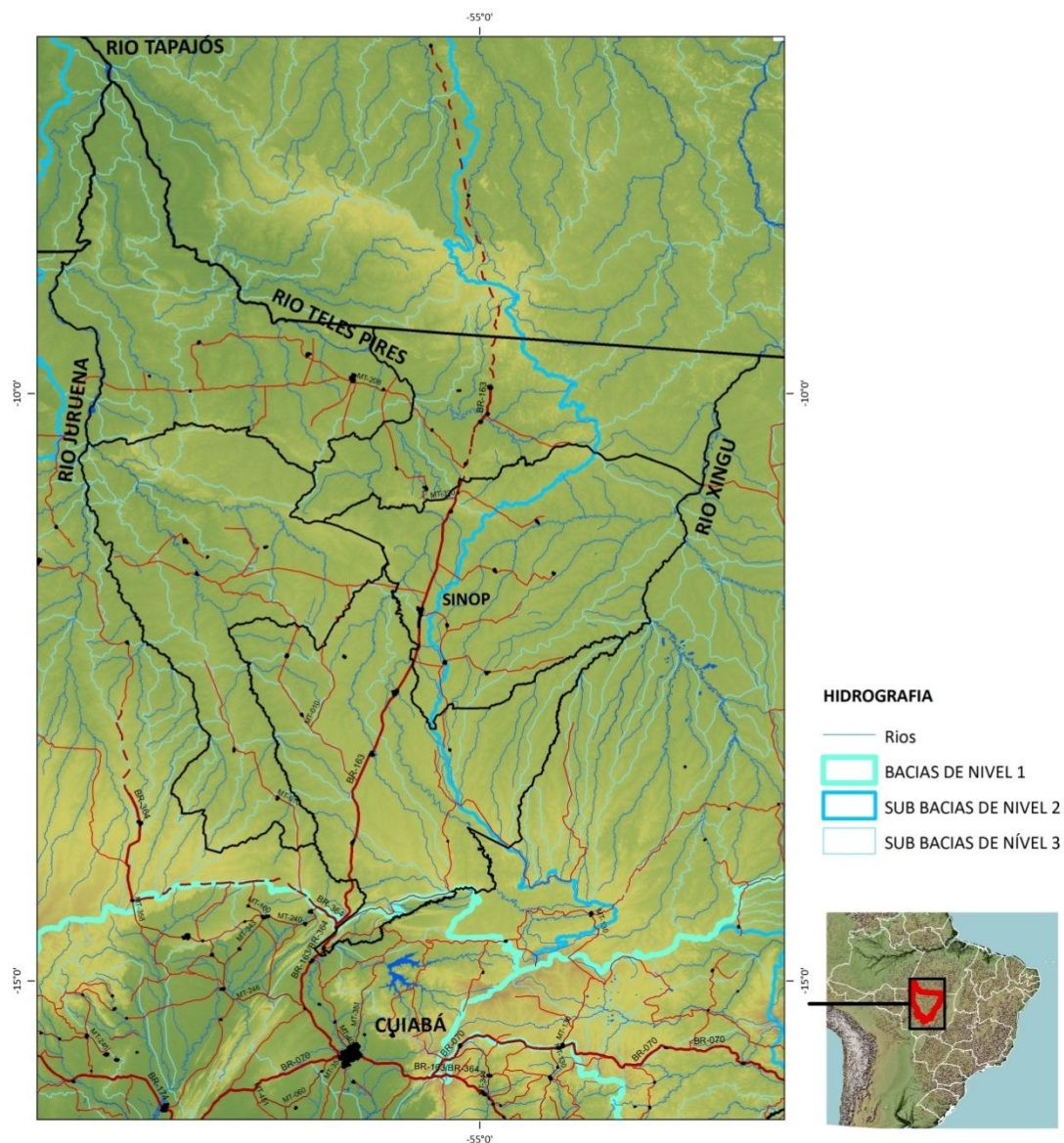


Figura 20 - Hidrografia e Relevo

O território também está na transição entre duas sub bacias de nível 2, a do Rio Tapajós e do Rio Xingu, ambas tributárias da Bacia do Amazonas, Figura 20.

Os principais rios do território são o Rio Juruena e o Rio Teles Pires, que formam o Tapajós, e o Rio Xingu. Há um conjunto de serras formado pelas serras dos Apiacás, dos Caiabis e do Cachimbo que conformam os principais acidentes do relevo do território, estes são também os últimos acidentes entre a Chapada dos Guimarães e a Planície Amazônica.

Esta primeira leitura do meio físico nos serve como referência para conhecer nosso território de análise que, como se vê, do ponto de vista da hidrografia, do relevo e da vegetação, se trata de um território de transição. Áreas como esta se caracterizam pela ocorrência de espécies endógenas e pela fragilidade do equilíbrio de seus sistemas. Este foi um dos territórios sobre o qual se dirigiu o impulso colonizador do regime militar sobre a Amazônia.

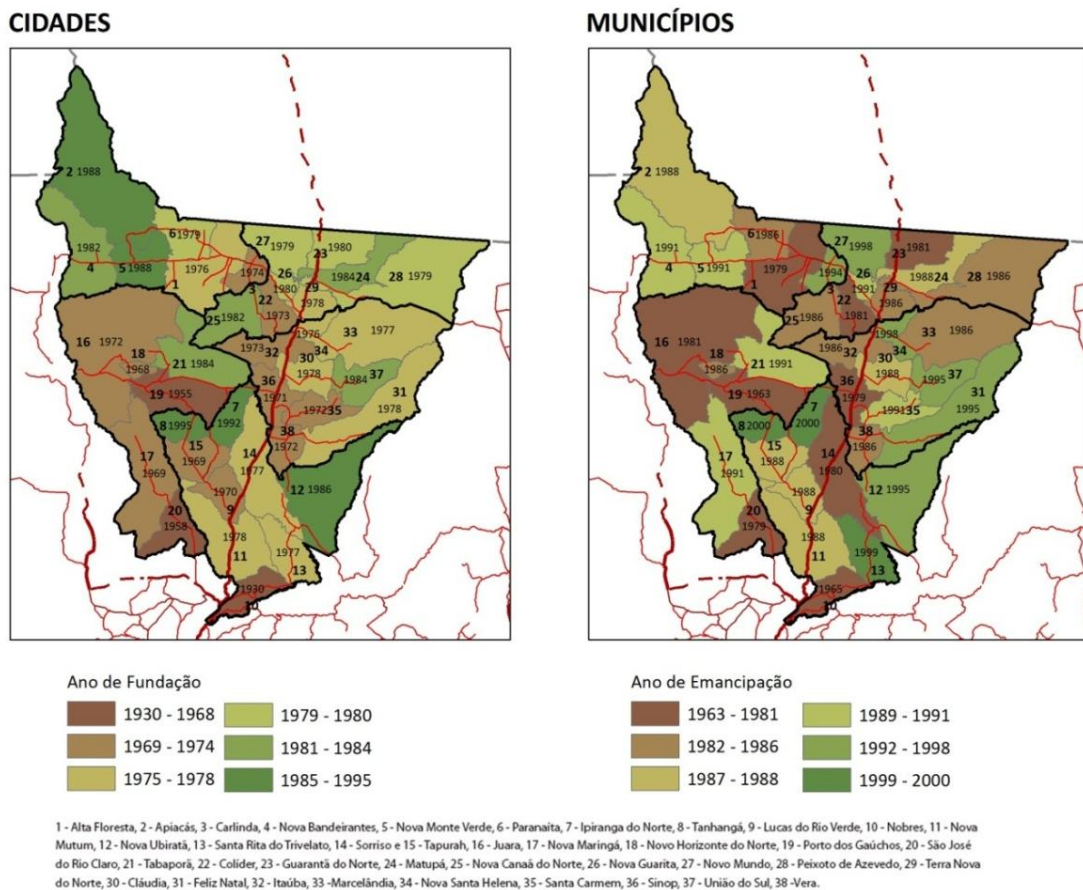


Figura 21 - Histórico das cidades e municípios

No início deste capítulo, apresentamos a árvore genealógica do território, com as famílias e suas cidades mães e, sobretudo, com as gerações de emancipação dos

municípios. Porém, estas informações nos dão conta do histórico político administrativo, mas não refletem de fato a história da ocupação do território. A Figura 21 compara as datas de fundação das cidades com o ano de emancipação dos municípios. Como vemos o mapa da fundação das cidades apresenta um cenário diferente das seis gerações de emancipação já identificadas na sessão anterior.



Figura 22 - Pioneiros no trajeto em direção a Porto dos Gaúchos em 1955.⁴⁹

Nos interessa agora identificar as gerações de fundação das cidades, a Figura 22 nos dá uma ideia da dificuldade enfrentada pelos pioneiros, os primeiros que chegaram para desbravar todo este território, os na foto são Pioneiros da Colonizadora Noroeste Mato-grossense Ltda (escrito no pára-choque do caminhão) enfrentando o difícil trajeto para se chegar a cidade de Porto dos Gauchos em 1955. No caso das datas de fundação das cidades, o que verificamos é que, além de Nobres, outras três cidades conformam a **primeira geração** de fundações. Essa primeira geração é constituída pelos municípios fundados até 1970 e conta com seis municípios: Nobres, cujas primeiras povoações remontam ao século XVIII (a região era rota de ligação entre Rosário do Oeste, Diamantino e Cuiabá); Porto dos Gaúchos, em 1955; São José do Rio Claro, em 1958; Tapurah, Nova Maringá, em 1969.

⁴⁹ Fotografia de Walter Irgang em (HIGA e MORENO. 2005:52)

A segunda geração é formada pelas cidades implantadas entre 1971 e 1974 e conta com seis municípios: Lucas do Rio Verde, em 1970; Sinop, em 1971; Juara, Santa Carmem e Vera, em 1972; Colíder e Itaúba, em 1973.

A **terceira geração**, formada entre 1975 e 1978, também conta com seis municípios: Carlinda e Alta Floresta, em 1976; Marcelândia, Sorriso e Santa Rita do Trivelato, de 1977.

A quarta geração é das cidades fundadas entre 1979 e 1982 e conta com nove municípios: Cláudia, Feliz Natal, Nova Mutum e Terra Nova do Norte, em 1978; Paranaita, Novo Mundo e Peixoto de Azevedo, em 1979; Guarantã do Norte e Nova Guarita, em 1980.

A **quinta geração**, período entre 1983 e 1986, conta com cinco cidades: Nova Bandeirantes e Nova Canaã do Norte, em 1982; Matupá e União do Sul, em 1984. A **sexta geração** é constituída pelas cidades fundadas depois de 1987, contando também com cinco cidades: Nova Ubiratã, de 1986; Apiacás e Nova Monte Verde, em 1988; Ipiranga do Norte, em 1992; e Itanhangá, em 1995.

As cidades da primeira geração de fundações, com exceção de Nobres e Tapurah, estão concentradas na microrregião de Arinos. A segunda geração das cidades estão concentradas ao longo da BR-163, a maioria delas na microrregião de Sinop. As cidades da terceira geração estão em volta das da geração anterior, e as das gerações mais recentes nas bordas do território. Com exceção da microrregião de Arinos, podemos considerar Sinop como o epicentro do território: quanto mais distante dela, mais antigo o povoamento.

Como já descrevemos no capítulo anterior, a colonização deste território era um dos principais projetos do Plano Nacional de Desenvolvimento, nele caberia ao INCRA a aprovação dos projetos das empresas colonizadoras, bem como a implantação de assentamentos de reforma agrária. Como podemos verificar na Figura 23 abaixo, 18 empresas colonizadoras foram responsáveis pela implantação de 31 novos núcleos urbanos, os outros 7 são fruto de projeto de colonização implantado pelo INCRA.

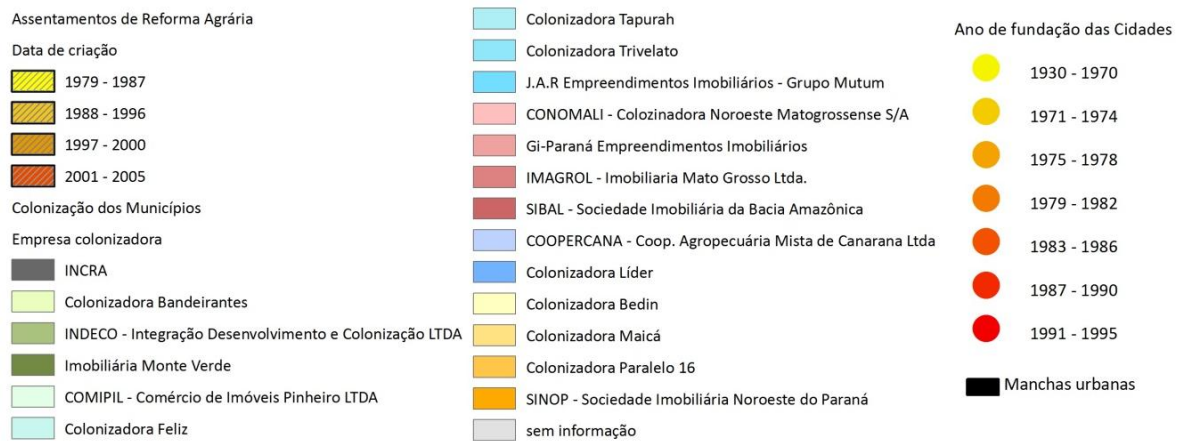
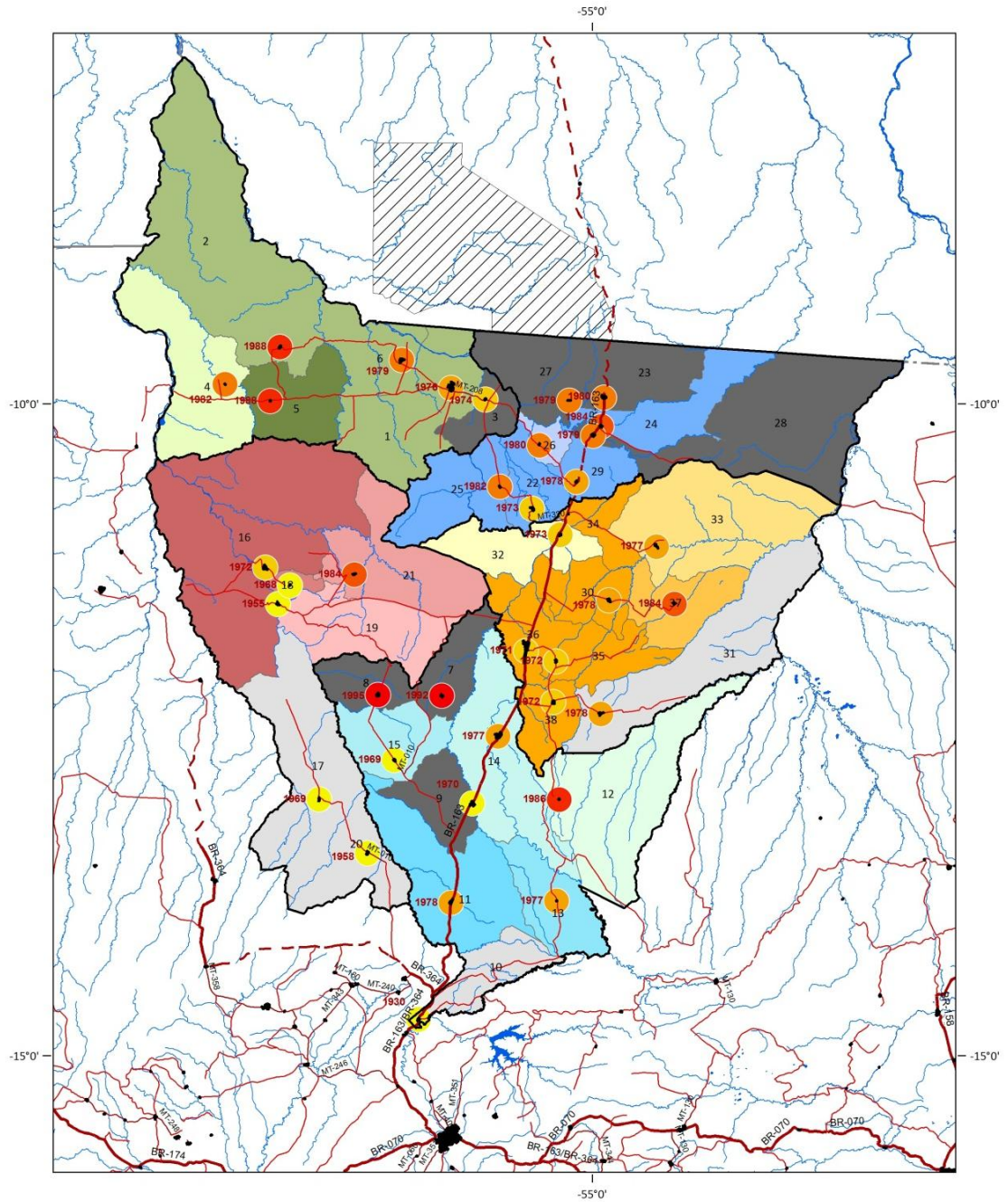


Figura 23 - A colonização dos municípios

Com cinco cidades implantadas, a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná foi a colonizadora responsável pelo maior número de cidades no território, sendo Sinop, que levava o nome da sigla da empresa, o projeto de maior porte. As outras eram projetos menores aos quais o proprietário Ênio Pipino fez questão de dar nomes femininos, são elas, além de Sinop, Cláudia, Nova Santa Helena, Santa Carmen e Vera.

A Colonizadora Líder foi responsável por quatro projetos, sendo Colíde, que também leva o nome da sigla da empresa, o maior deles, além de Nova Guarita, Nova Canaã do Norte e Matupá.

A colonizadora INDECO – Integração, Desenvolvimento e Colonização, foi responsável por três projetos, as cidades de Alta Floresta, Paranaíta e Apicás. Os projetos desta colonizadora se destacam pela qualidade de sua implantação. O proprietário Ariosto da Riva⁵⁰, que começou sua saga como garimpeiro, já havia trabalhado com Geremia Lunardelli, um dos maiores responsáveis pela colonização de Santa Catarina, com quem aprendeu o lema que norteou o investimento neste território: “terra boa não tem distância.”

O projeto implantado por ele envolvia pesquisa agrônoma de alta tecnologia e não permitia a especulação da terra. A exigência para comprar terras de seus projetos era abrir e mantê-la produtiva. Outro fator de destaque deste projeto está no projeto dos núcleos urbanos, de autoria do arquiteto Valandro Keatting. Estas três cidades, juntamente com Matupá de autoria do arquiteto Cândido Malta, apresentam a preocupação com um desenho de plano urbano moderno que fugia da quadrícula predominante dos planos implantados no restante do território.

A cidade de Alta Floresta foi projetada para ser a maior delas, seguida por Paranaíta e Apicás. Como vemos na Figura 24, a cidade foi projetada com um eixo central, onde seriam instalados os principais equipamentos de comércio e serviços, bem como os equipamentos públicos. Este eixo foi implantado na cumeeira do terreno, a partir dele, partem as vias coletoras que organizam unidades de vizinhança. As linhas de drenagem do sítio urbano foram preservadas e, neste projeto, as ruas locais terminam em Cul-de-sac. Porém, estas linhas de drenagem, que deveriam

⁵⁰<http://www.colonizadoraindeco.com.br/ariosto.html>

receber equipamentos públicos de escala local, nunca foram tratadas como tal, pelo contrário, foram abandonadas pelas gestões municipais até que o mesmo abandono servisse de pretexto para o loteamento destas áreas.

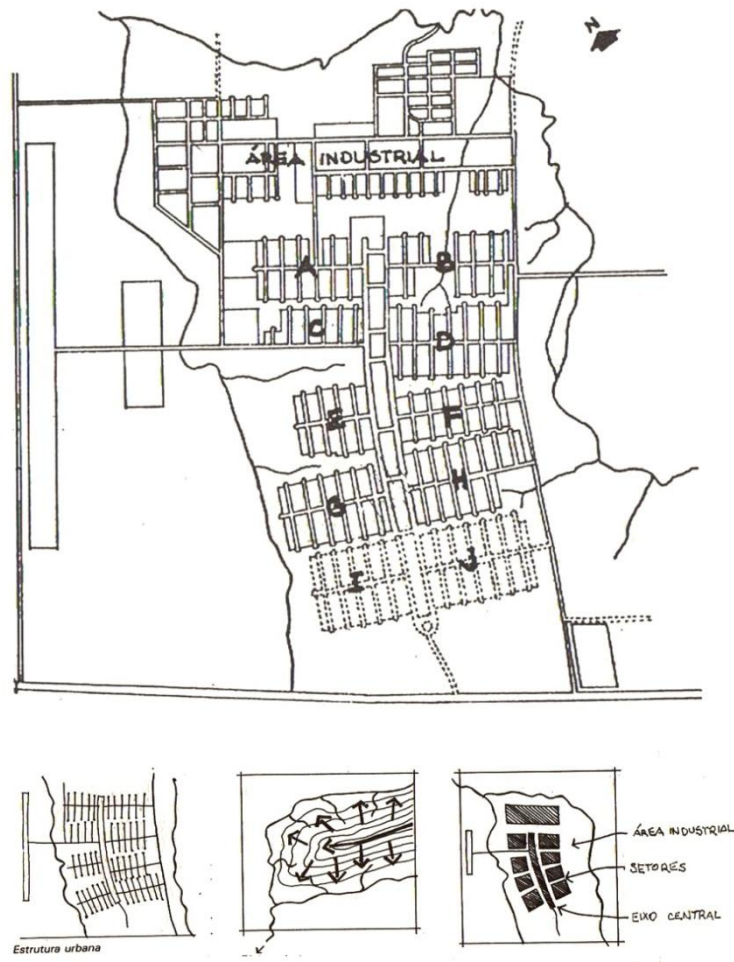


Figura 24 - Plano de Alta Floresta, de Vallandro Keating.⁵¹

O projeto também separava por uma considerável área de floresta a área industrial das áreas das unidades de vizinhança. Ainda segundo o sítio da empresa, nos anos 1980 o projeto se mostrava um sucesso, chegando a 100 mil habitantes. Nesta época, porém, foi descoberto ouro na região dos projetos da INDECO, o que atraiu milhares de garimpeiros. O ex-garimpeiro Ariosto, que conhecia muito bem os perigos da lida garimpeira, viu o projeto que tanto protegeu ameaçado pelo ouro. A cidade de

⁵¹ Extraído de Cadernos Brasileiros de Arquitetura vol 13. (1984:90)

Alta Floresta passou a ser um dos principais polos de abastecimento dos garimpos do Pará e do Mato Grosso.

As outras empresas foram responsáveis por apenas um projeto de colonização, são elas: a Colonizadora Bandeirantes e a Imobiliária Monte Verde que implantaram, respectivamente, Nova Bandeirantes e Nova Monte Verde na Microrregião de Alta Floresta. A COMIPIL – Comércio de Imóveis Pinheiro, a Colonizadora Feliz, a Colonizadora Tapurah, a Colonizadora Trivelato e a J.A.R Empreendimentos Imobiliárias do Grupo Mutum implantaram, respectivamente, Nova Ubitatã, Sorriso, Tapurah, Santa Rita do Trivelato e Nova Mutum, na microrregião de Alto Teles Pires. A CONOMALI – Colonizadora Noroeste Matogrossense, a Gi-Paraná Empreendimentos Imobiliários, a IMAGROL – Imobiliária de Mato-Grosso e a SIBAL – Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica são responsáveis, respectivamente, por Porto dos Gaúchos, Tabaporã, Novo Horizonte do Norte e Juara, na Microrregião de Arinos. A cooperativa COOPERCANA (Cooperativa Agropecuária Mista de Canarana) foi responsável pela colonização de Nova Guarita na microrregião de Colíder e, por fim, na Microrregião de Sinop a Colonizadora Bedin, Colonizadora Maicá e Colonizadora Paralelo 16 são responsáveis, respectivamente, por Itaúba, Marcelândia e União do Sul.

O INCRA foi responsável pela implantação das cidades de Carlinda, na microrregião de Alta Floresta, Guarantã do Norte, Novo Mundo e Peixoto de Azevedo na microrregião de Colíder e Ipiranga do Norte, Itanhangá e Lucas do Rio Verde. Esta última foi a sede do 9º BEC – Batalhão de Engenharia e Construção, servindo de acampamento de obras da BR-163. As cidades de Novo Mundo e Peixoto de Azevedo surgiram como acampamentos de garimpo.

Foi o INCRA também o órgão responsável pela demarcação de implantação dos assentamentos de Reforma Agrária⁵², em geral, estes assentamentos são implantados onde existe grande reserva de terra barata. Por este motivo, foram massivamente implantados nos territórios da Rodovia Cuiabá-Santarém. Como podemos verificar na

⁵²MEDEIROS, Leonilde S. de. LEITE, Sérgio. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA,1999.

Figura 25, as datas de implantação dos assentamentos revelam o mesmo fenômeno já observado na microregião de Sinop: as cidades mais distantes do epicentro são as mais recentes. O epicentro deste caso é o extremo norte do território, quase na divisa com o Estado do Pará. Isso indica que a direção do projeto de colonização de todo este território se iniciou a partir do ponto médio do trecho matogrossense da rodovia Cuiabá Santarém, entre Cuiabá e a divisa com o Pará. Assim, o norte do território foi o primeiro a receber assentamentos. Preferiu-se sempre alocar as famílias de agricultores nas terras mais distantes, o que demonstra que, como nos referimos no capítulo 1, as populações são tratadas como instrumento do processo de avanço da fronteira agrícola.

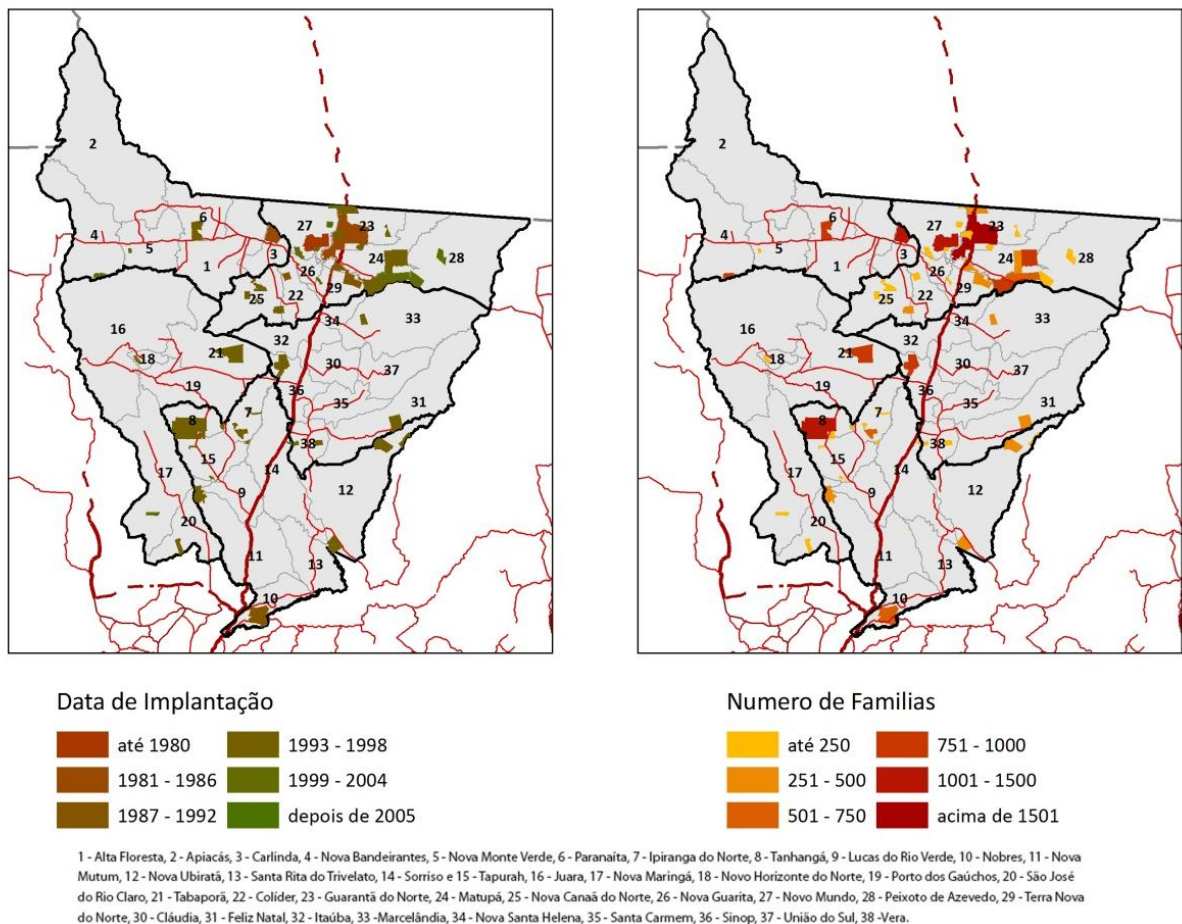


Figura 25 - Os Assentamentos de Reforma Agrária

As intensões do projeto de colonização implantado estão simbolizadas no cartaz acima, Figura 26, que diz: Chega de lendas, vamos faturar! O cartaz do Ministério do Interior, SUDAM e Banco da Amazônia S.A, comemora o sucesso dos projetos e anuncia a Amazônia como uma grande oportunidade. Na imagem a Amazônia Legal está representada com uma série de fotografias de elementos relacionados ao progresso, a indústria e a pecuária.⁵³ O resultado deste projeto de sucesso, neste e em outros vetores de penetração da fronteira agrícola na Amazônia Legal, está sintetizado na Figura 27. A imagem mostra como o processo de desmatamento avançou com impressionante rapidez.

Em escala mais aproximada, a Figura 28 mostra como existem três grandes machas de áreas desmatadas, uma maior ao norte, na região entre Alta Floresta, Guarantã do Norte e Colíder, outra grande mancha entre Sinop e Sorriso e uma terceira no entorno de Juara. As áreas menos desmatadas correspondem às serras. Também chama a atenção o fato de que muitos dos desmatamentos mais recentes do território estão em áreas indígenas e unidades de conservação.

A Figura 29 encerra nossa contextualização do território, com o cenário de infraestrutura mais atual. Nele se verifica que existem na microrregião de Alta Floresta duas Usinas Hidrelétricas, três pequenas centrais hidrelétricas e quatro usinas termelétricas. A microrregião de Alto Teles Pires conta com duas hidrelétricas, três PCHs e uma termoelétrica. A microrregião de Arinos conta com uma usina hidrelétrica, duas PCHs e duas termoelétricas, todas localizadas nas cidades de São José do Rio Claro e Nova Maringá. A microrregião de Colíder conta com apenas uma PCH e a microrregião de Sinop conta com duas usinas hidrelétrica, na cidade de Itaúba e duas usinas termoelétricas na cidade de Sinop.

Desta maneira esperamos ter apresentado um cenário abrangente da formação e da situação atual do território das cidades novas ao longo da Rodovia Cuiabá Santarém. Seguiremos nossa análise com as perspectivas demográficas e socioeconômicas, toda a análise que virá e a que já foi apresentada podem ser complementadas com os mapas incluídos no apêndice deste trabalho.

⁵³ <<http://candidoneto.blogspot.com.br/2009/04/cheга-de-lendas-vamos-faturar.html>> Acessado em Fevereiro de 2012.

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o aplauso e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA **SUDAM**

b BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Figura 26 - Chega de lendas, vamos faturar! ⁵⁴

⁵⁴ <<http://candidoneto.blogspot.com.br/2009/04/cheга-de-lendas-vamos-faturar.html>> Acessado em Fevereiro de 2012.

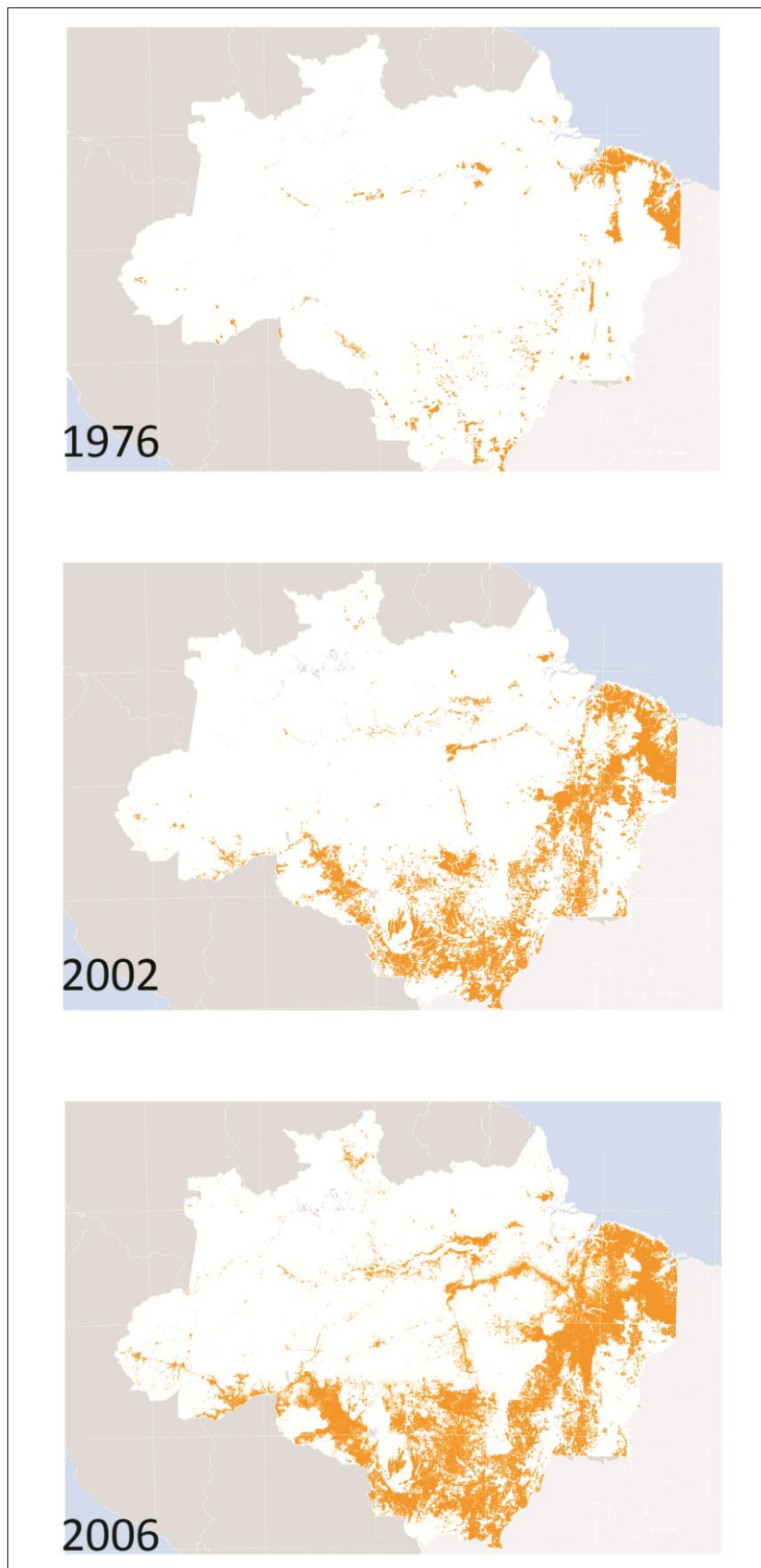


Figura 27 - Evolução do Antropismo na Amazônia Legal.⁵⁵

⁵⁵Mapa do autor a partir de mapa do Atlas Nacional Milton Santos, IBGE.

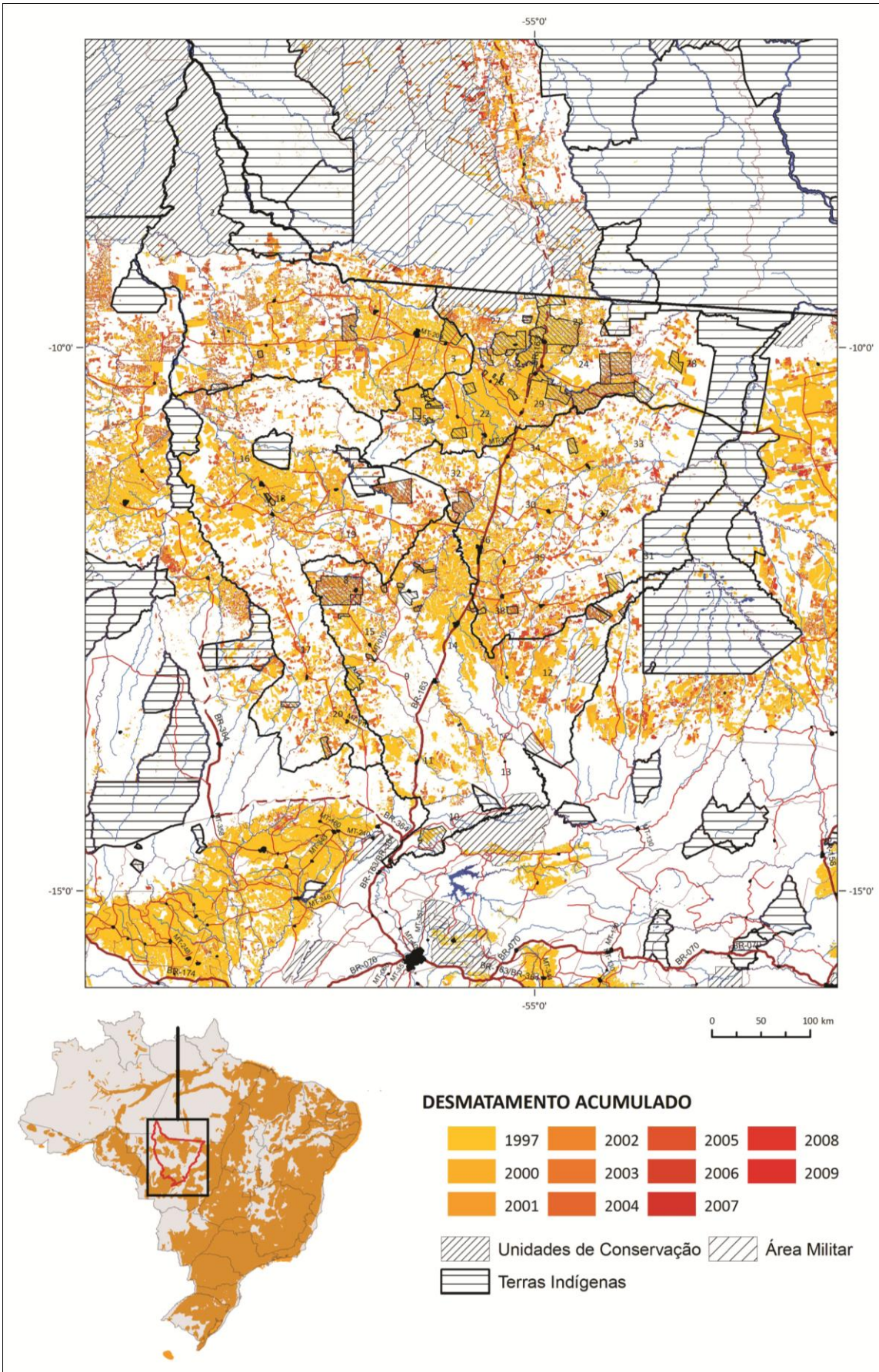


Figura 28 - Desmatamento Acumulado na BR-163

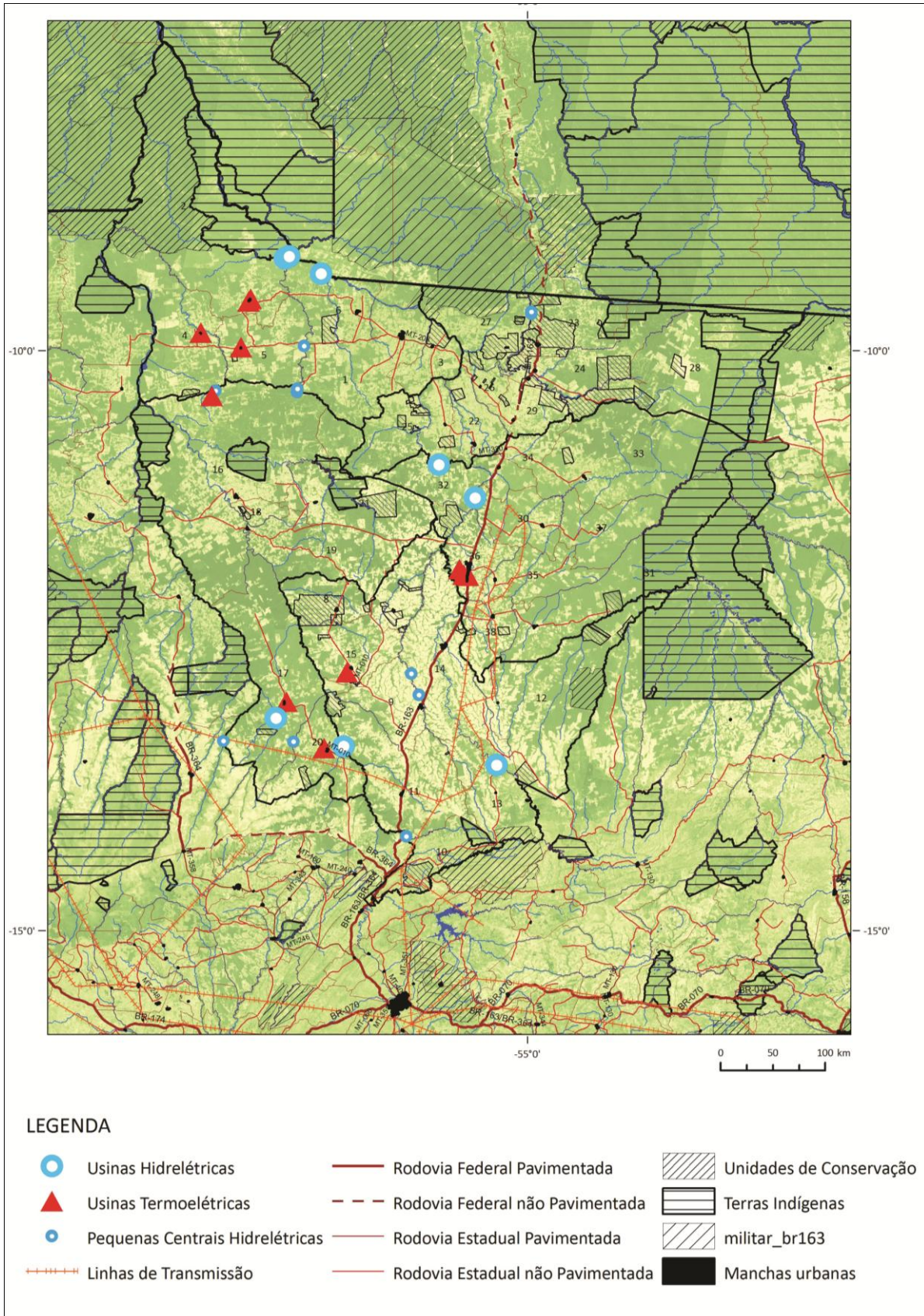


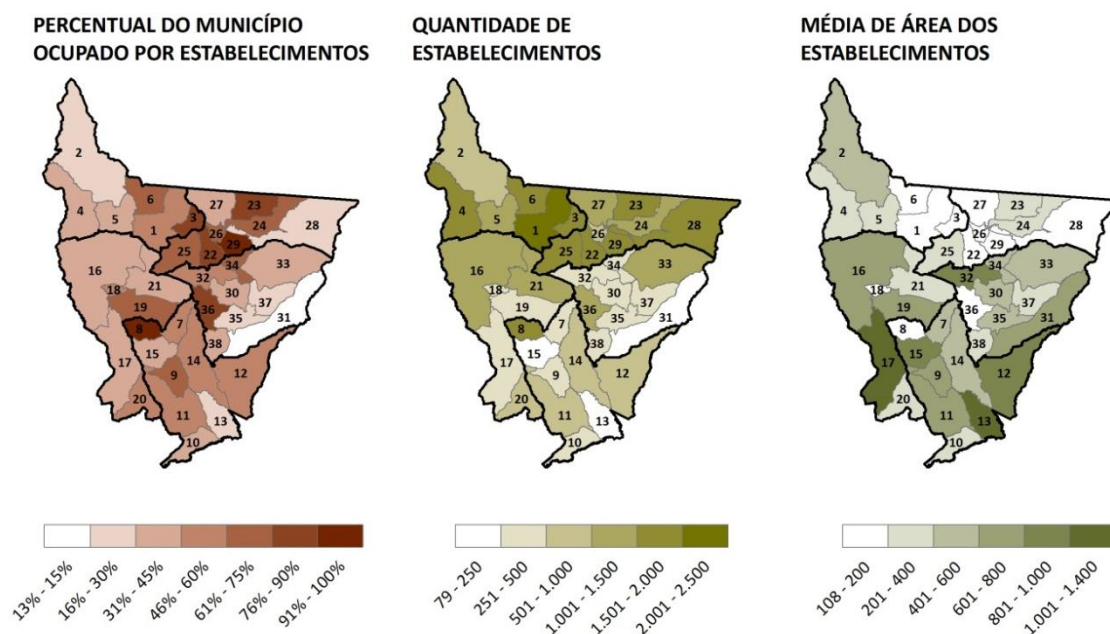
Figura 29 - A infraestrutura do território

CAPÍTULO 4. RELAÇÕES HORIZONTAIS – VETOR SUL NORTE DA BR-163

Até agora apresentamos as relações verticais da nossa situação territorial, analisando o acúmulo dos extratos de tempo e as transformações do território. Neste capítulo, vamos analisar as relações horizontais, buscando compreender como os aspectos da formação, da dinâmica populacional e do perfil socioeconômico foram fixados ao território. Para iniciar a análise, partimos de uma contextualização do território, que expomos a seguir.

4.1. A CADEIA PRODUTIVA

O resultado da política de implantação dos assentamentos e de colonização particular implantado nestes territórios pode ser observado na Figura 30, os municípios com maior percentual de área ocupada por estabelecimentos agropecuários estão no entorno da BR-163, com destaque para Colíder, Terra Nova do Norte, Guarantã do Norte, Sinop e Carlinda, além de Itanhangá, a única mais distante da rodovia.



1 - Alta Floresta, 2 - Apiaçás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Itanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colíder, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcelândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

O diagrama seguinte mostra a quantidade de estabelecimentos agropecuários. Fica evidente a diferença entre o norte e o sul do território, onde quase todas as cidades das microrregiões de Alta Floresta e Colíder estão na faixa entre 1.000 e 2.000 estabelecimentos de proprietário individual, enquanto nas microrregiões de Arinos, Alto Teles Pires e Sinop predomina a faixa entre 250 e 1.500 estabelecimentos. O último diagrama demonstra que há uma maior concentração de terras nos municípios ao norte e menor no sul da rodovia Cuiabá Santarém. Com destaque para Itaúba, Nova Maringá, Nova Ubiratã, Santa Rita do Trivelato e Tapurah, onde a média de área por estabelecimento é a maior, na faixa entre 1.001 e 1.400 hectares. As cidades com menor média de área estão concentradas no norte do território.

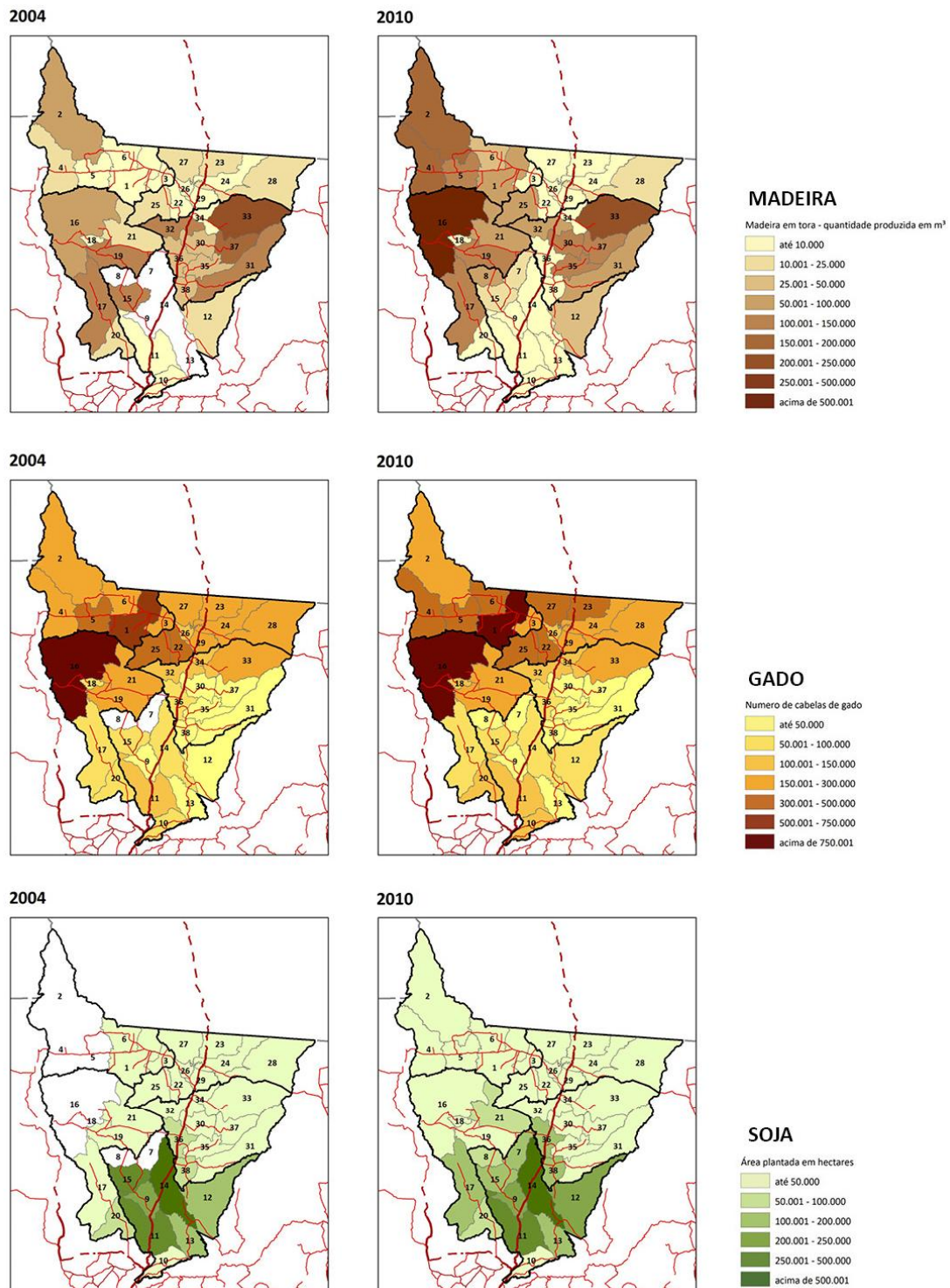
Além da análise da estrutura fundiária, que revelou disparidades entre o sul e o norte do nosso território, a análise da cadeia produtiva também é fundamental para a compreensão das atuais dinâmicas do território. Seleccionamos a cadeia produtiva da madeira, do gado e da soja, na

Figura 31 a seguir.

Este ciclo é uma das ameaças às terras da Amazônia: a indústria madeireira extrai a madeira, seguida pela pecuária que abre pastos e mantém grandes rebanhos que exigem pouca mão de obra e emprega poucos trabalhadores para grandes latifúndios. A cadeia da soja se inicia assim que o sistema logístico e a infraestrutura do território tornar vantajoso o seu plantio. Neste momento, a indústria madeireira já migrou para uma nova frente e assim caminha a fronteira.

Desta maneira, representamos a evolução da produção de cada uma das atividades no território, de modo que a legenda seja a mesma para os dois períodos, o que permite visualizar como a produção aumentou, ou diminuiu, mas, principalmente, como ela migrou em todos os municípios. No caso da madeira, observamos que quanto mais distante da BR-163 maior é a produção. Destaca-se neste cenário o salto da produção em Juara. Em 2004, o maior produtor era Marcelândia com produção na faixa entre 200.000 e 250.000 m³ de madeira em tora. Sua produção se manteve nesta faixa, enquanto Juara, que produziu entre 50.000 e 100.000 m³ de madeira em tora em

2004, passou para a faixa de 200.00 a 250.000 m³. A produção de madeira cresceu muito também nos municípios de Apiacás, Nova Bandeirantes, Nova Maringá e Porto dos Gaúchos.



1 - Alta Floresta, 2 - Apiacás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colider, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcelândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

Figura 31 - Cadeia produtiva, o ciclo madeira-gado-soja

No caso do gado, podemos observar que a evolução do número de cabeças de gado por município, de 2004 para 2010, cresceu, porém, em menor escala do que a indústria da madeira. As cidades com os maiores rebanhos, em 2004 e 2010, são Juara e Alta Floresta, seguidas por um segundo grupo, da faixa entre 150 e 300 mil m³, que, em 2004, era composto por Nova Monte Verde, Colíder e Nova Canaã do Norte. No ano de 2010, somaram-se a este grupo as cidades de Nova Bandeirantes, Paranaíta, Novo Mundo e Guarantã do Norte. A produção de Alta Floresta estava na faixa entre 500 e 750 mil m³, em 2004, e subiu para a mesma faixa de Juara, com rebanhos com mais de 750 mil cabeças de gado.

Por fim, a evolução da área plantada de soja de 2004 para 2010, podemos verificarsua produção está concentrada na microrregião de Alto Teles Pires, em 2004, e no sul da microrregião de Arinos. Destacam-se na produção de soja as cidades de Sorriso, Tapurah, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Lucas do Rio Verde e Santa Rita do Trivelato, com mais de 250 mil hectares de área plantada de soja.

A partir desta sequência de mapas das cadeias produtivas da madeira, do gado e da soja, e do quadro geral das propriedades e dos assentamentos apresentados acima, podemos concluir que a produção de madeira está concentrada nas bordas do território, nos municípios mais distantes da BR-163. A produção de gado é muito forte em Alta Floresta e Juara, e predomina nas cidades das microrregiões de Alta Floresta e Colíder. E a produção da soja predomina ao sul da BR-163 e é mais forte nos municípios pelos quais ela cruza. Estes municípios apresentam as maiores médias de área dos estabelecimentos de todo o território. O que demonstra que o ciclo madeira-gado-soja continua ativo e avançando.

E no que depender do solo a soja tem uma vastidão de terreno propício para seu avanço. Como se verifica na

Figura 32, o solo onde a soja atualmente se desenvolve é o Latossolo Vermelho-Amarelo, a mesma composição das microrregião de Sinop e de Arinos. Na região de Alta Floresta e Colíder predomina o Argissolo Vermelho-Amarelo com ocorrências de Neossolo Lítico nas serras. Na imagem vemos também a localização dos jazimentos diamante, que predomina na região de Diamantino e Chapada dos Guimarães e de

ouro, que predomina nas microrregiões de Alta Floresta e Colíder e ao norte, já no Pará, em área de floresta. A imagem dá uma medida do tamanho dos interesses envolvidos no avanço da fronteira, dão também, a partir do que já apresentamos até aqui sobre o processo de formação deste território, a medida do que poderá vir a ocorrer no trecho ainda não asfaltado da BR-163.

TIPOS DE SOLO

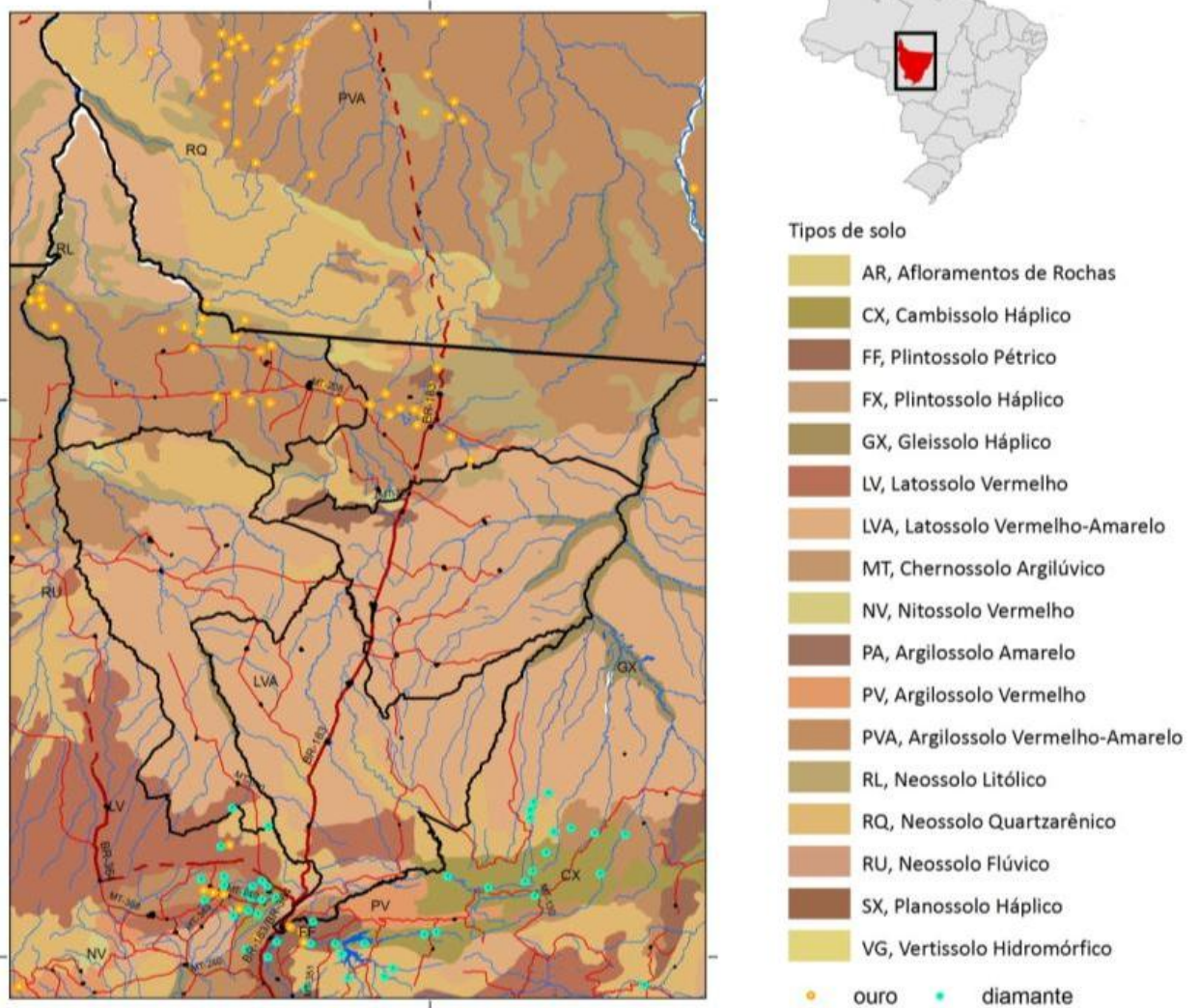


Figura 32 - Tipos de Solo

4.2. PERSPECTIVA DEMOGRÁFICA

A dinâmica populacional é outro aspecto fundamental para caracterizar o território de análise. Ela nos revela o movimento de atração ou dispersão de certos pontos do território em momentos diferentes. Esta leitura fornecerá referências importantes para a comparação das cidades selecionadas. Afinal, as populações seguem as oportunidades e a disparidade entre algumas que ganham, perdem ou estabilizam sua população e a velocidade deste fenômeno demonstra onde estas oportunidades estão (ou estiveram), a fim de que possamos identificá-las e compreendê-las.

Para tanto, como primeira abordagem, mostramos a população absoluta por microrregião, nos anos selecionados de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010 e as curvas de crescimento relativo, representados no Quadro 2, que mostra a intensidade de ganho ou perda populacional. A partir desta primeira leitura, apresentamos as tabelas de cada microrregião para que possamos compreender o mesmo movimento em suas lógicas internas.

	ALTA FLORESTA	ALTO TELES PIRES	ARINOS	COLÍDER	SINOP
2010	99.141	191.228	75.635	143.650	173.189
2007	101.589	154.675	75.324	143.517	166.272
2000	89.976	101.937	67.456	129.554	131.662
1996	83.919	71.828	55.090	129.112	103.820
1991	79.099	50.839	48.870	138.927	74.264

Escala cromática por posição no Ranking de população

1º 2º 3º 4º 5º

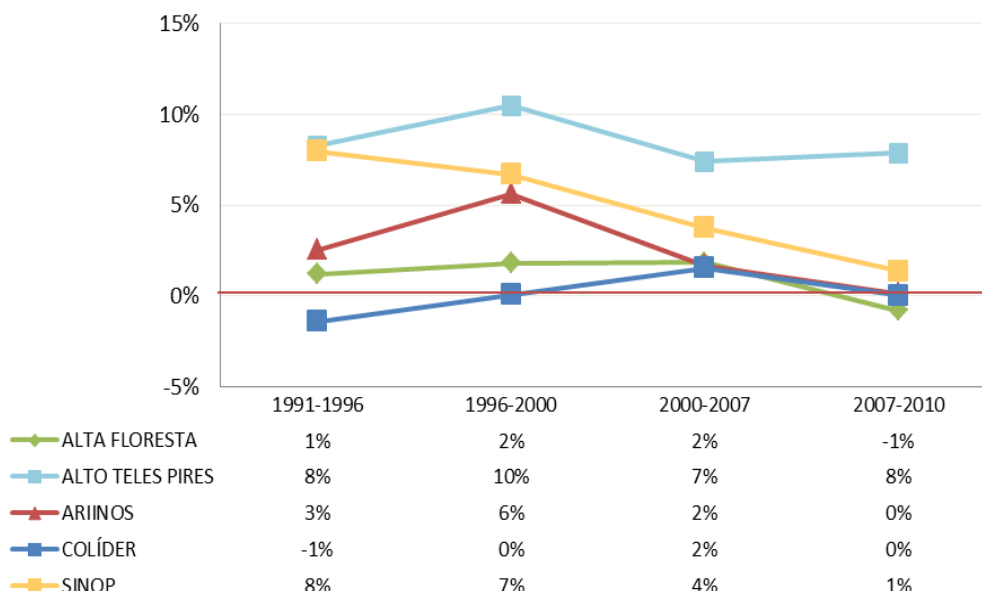
Fonte: IBGE.

Total da população por microrregião

Quadro 2 - Ranking de população por período

O Quadro 2 ranqueia em posição de um a cinco, ano a ano, cada uma das microrregiões. Chama a atenção a ascensão rápida das microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop em detrimento da queda de posição de Alta Floresta e Colíder, enquanto Arinos se mantém como a menor das microrregiões em termos populacionais. Mas, como estamos nos referindo a um ranking comparativo para o universo selecionado,

perder posição não significa perder população, daí a importância de uma análise das curvas de crescimento, apresentada no Quadro 3.



Quadro 3 - Curva de crescimento relativo da população

As curvas revelam um cenário de crescimento em que se destaca o fato de que desde o primeiro período analisado, de 1991 a 1996, até o último, 2007 a 2010, as microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop apresentam as taxas mais altas de crescimento anual. Sendo que a curva da primeira desenvolve uma variação ascendente e descendente, entre 7% a 10%, enquanto a segunda apresenta uma curva descendente e regular passando de 8% no primeiro período à 1% no período final, o que demonstra uma desaceleração do crescimento. A microrregião de Arinos, que sempre ocupou o último lugar do ranking de população, apresenta uma curva de crescimento ascendente nos primeiros períodos, chegando a 6% de crescimento entre 1996 a 2000, e, depois deste momento, apresenta uma inflexão passando a ser descendente até chegar a 0% no último período.

Já no caso de Alta Floresta o que se observa é uma estabilização do crescimento, uma curva que pouco oscila, com crescimento entre 1% e 2% ao ano, mas que no último período passa a ser descendente com a taxa de 1%. Colíder também apresenta pouca variação, iniciando com taxa de 1% e apresentando crescimento zero em dois dos períodos selecionados. Na mesma medida que a curva de crescimento de cada microrregião, a análise dos Quadro 4, 5, 6, 7 e 8 complementam a análise dos universos particulares de cada uma delas. Esses dados são importantes para entender se a perda ou ganho de população é uma realidade homogênea ou se existem também importantes diferenças internas.

A começar pela microrregião de Alta Floresta, fica evidente no Quadro 4 a diferença de tamanho da população entre a cidade que dá nome à microrregião e as outras.

MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ALTA FLORESTA	POPULAÇÃO ABSOLUTA					TAXA DE CRESCIMENTO RELATIVO			
	1991	1996	2000	2007	2010	1991- 1996	1996- 2000	2000- 2007	2007- 2010
1 Alta Floresta	66.926	58.187	46.983	49.140	49.164	-3%	-5%	1%	0%
2 Apiacás		6.655	6.665	7.926	8.567		0%	3%	3%
3 Carlinda			12.296	12.108	10.990			0%	-3%
4 Nova Bandeirantes		5.226	6.951	12.742	11.643		8%	12%	-3%
5 Nova Monte Verde		5.670	6.827	8.133	8.093		5%	3%	0%
6 Paranaíta	12.173	8.181	10.254	11.540	10.684	-7%	6%	2%	-2%

Quadro 4- População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Alta Floresta

Como vemos, Alta Floresta apresenta perda de população em duas décadas - passou de 66.926 para 49.164, entre 1991 e 2000, mas a partir daí a população se estabiliza. Outras cidades apresentam, em 2010, população entre 8.000 a 10.000 habitantes, entre elas, Apiacás e Nova Monte Verde apresentam um crescimento a partir de 1996. Paranaíta apresenta uma queda brusca no primeiro período e se estabiliza nos seguintes, voltando a perder população nos últimos. Destoando das

demais, Nova Bandeirantes apresenta uma taxa alta de crescimento, chegando a 12%, entre 2000 e 2007, e apresentando queda no período final. Porém, por ser uma cidade pequena, este crescimento não foi suficiente para interferir com grande potência na curva de crescimento de toda a microrregião. Um primeiro contraste fica evidente ao se comparar a realidade interna da microrregião de Alta Floresta com a de Alto Teles Pires, como vemos no Quadro 5.

MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE ALTO TELES PIRES	POPULAÇÃO ABSOLUTA					TAXA DE CRESCIMENTO RELATIVO			
	1991	1996	2000	2007	2010	1991- 1996	1996- 2000	2000- 2007	2007- 2010
7 Ipiranga do Norte	-	-	-	4.129	5.123	-	-	-	8%
8 Itanhangá	-	-	-	4.703	5.276	-	-	-	4%
9 Lucas do Rio Verde	6.693	12.647	19.316	30.741	45.556	18%	13%	8%	16%
10 Nobres	15.174	15.266	14.983	14.862	15.002	0%	0%	0%	0%
11 Nova Mutum	5.542	8.388	14.818	24.368	31.649	10%	19%	9%	10%
12 Nova Uiratã			5.654	7.782	9.218			5%	6%
13 Santa Rita do Trivelato				2.478	2.491				0%
14 Sorriso	16.107	26.711	35.605	55.134	66.521	13%	8%	8%	7%
15 Tapurah	7.323	8.816	11.561	10.478	10.392	4%	8%	-1%	0%

Quadro 5 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Alto Teles Pires

Enquanto na primeira, a cidade de Alta Floresta desponta como muito mais populosa do que as demais, no caso de Alto Teles Pires - a microrregião que mais cresce no nosso território de análise, observa-se que Sorriso, com 66.521 habitantes, Lucas do Rio Verde, com 45.556 habitantes, e Nova Mutum, com 31.649 habitantes, dividem o posto de cidades mais populosas. São seguidas por um segundo grupo de cidades, entre 9 a 15 mil habitantes, formado por Tapurah, Nova Uiratã e Nobres. Há ainda um terceiro grupo de cidades, com população inferior a 5.000, formado por Ipiranga do Norte, Itanhangá e Santa Rita do Trivelato. Esta trinca de cidades maiores é que se mostra responsável pela alta taxa de crescimento populacional desta

microrregião, que atinge taxas de 16%, 18%, até 19% ao ano, as maiores de todo o universo analisado.

A microrregião de Arinos, Quadro 6, manteve-se durante todos os anos selecionados como a menor das microrregiões em número absoluto de população, apresentando um cenário semelhante ao de Alta Floresta. A cidade que dá nome à microrregião é muito maior do que as demais. Neste caso, Juara tem 30 mil habitantes, seguida por São José do Rio Claro com 17 mil, enquanto todas as demais não passam de 10 mil habitantes. Destacam-se neste quadro as altas taxas de crescimento de Nova Maringá e o salto populacional de Tabaporã, entre 1996 e 2000, que rendeu uma taxa de crescimento de 31% ao ano neste período.

MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DE ARINOS	POPULAÇÃO ABSOLUTA					TAXA DE CRESCIMENTO RELATIVO			
	1991	1996	2000	2007	2010	1991- 1996	1996- 2000	2000- 2007	2007- 2010
16 Juara	21.712	25.710	30.748	32.023	32.791	4%	5%	1%	1%
17 Nova Maringá		3.161	3.950	5.554	6.590		6%	6%	6%
18 Novo Horizonte do Norte	4.267	3.806	3.511	3.802	3.749	-2%	-2%	1%	0%
19 Porto dos Gaúchos	6.558	6.036	5.665	6.116	5.449	-2%	-2%	1%	-4%
20 São José do Rio Claro	16.333	11.557	12.740	17.345	17.124	-6%	3%	5%	0%
21 Tabaporã		4.820	10.842	10.484	9.932		31%	0%	-2%

Quadro 6 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Arinos

Como nos referimos anteriormente, ao comparar a população absoluta das microrregiões, a de Colíder passou de mais populosa, em 1991, para a terceira menos populosa, em 2010, mantendo uma curva de crescimento com taxas baixas, indicando uma estabilidade. Em seu universo interno, como seu nome sugere, o que se observa é uma liderança compartilhada com três cidades de 30 mil habitantes: Colíder, Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo. Outras três cidades entre 10 e 15 mil habitantes, Matupá, Nova Canaã do Norte e Terra Nova do Norte e outras duas com população inferior a 7 mil habitantes, Nova Guarita e Novo Mundo. Todas as cidades apresentam

uma curva de crescimento baixo e estável. Chama a atenção, porém, o fato de Terra Nova do Norte que, segundo o IBGE é um dos Centros de Zona B, juntamente com Colíder e Guarantã do Norte, vir perdendo população em quase todos os períodos selecionados, chegando a uma queda de 8% no período 2007-2010, como indica o Quadro 7.

MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE COLÍDER		POPULAÇÃO ABSOLUTA					TAXA DE CRESCIMENTO RELATIVO			
		1991	1996	2000	2007	2010	1991-1996	1996-2000	2000-2007	2007-2010
22	Colíder	31.160	28.416	28.051	30.695	30.766	-2%	0%	1%	0%
23	Guarantã do Norte	23.825	27.673	28.200	30.754	32.216	3%	0%	1%	2%
24	Matupá	10.221	11.360	11.289	14.243	14.174	2%	0%	4%	0%
25	Nova Canaã do Norte	14.033	10.704	11.516	12.652	12.127	-5%	2%	1%	-1%
26	Nova Guarita	-	5.971	5.651	4.877	4.932	-	-1%	-2%	0%
27	Novo Mundo	-	-	4.997	6.725	7.332	-	-	5%	3%
28	Peixoto de Azevedo	37.240	29.237	26.156	28.987	30.812	-4%	-3%	2%	2%
29	Terra Nova do Norte	22.448	15.751	13.694	14.584	11.291	-6%	-3%	1%	-8%

Quadro 7 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Colíder

Inversamente ao caso de Colíder, a microrregião de Sinop, Quadro 8, que era a terceira população, em 1991, passou a ser a mais populosa, em 2000, e a segunda mais populosa, em 2010. Apresenta uma curva descendente, passando de 8 a 1% de taxa de crescimento relativo, sem oscilações, o que indica uma queda e atual estabilização de sua população. O destaque, neste caso, é a cidade que dá nome à microrregião, Sinop, a maior de todas as cidades do território de análise, que possui 113 mil habitantes, enquanto todas as outras não passam de 10 mil.

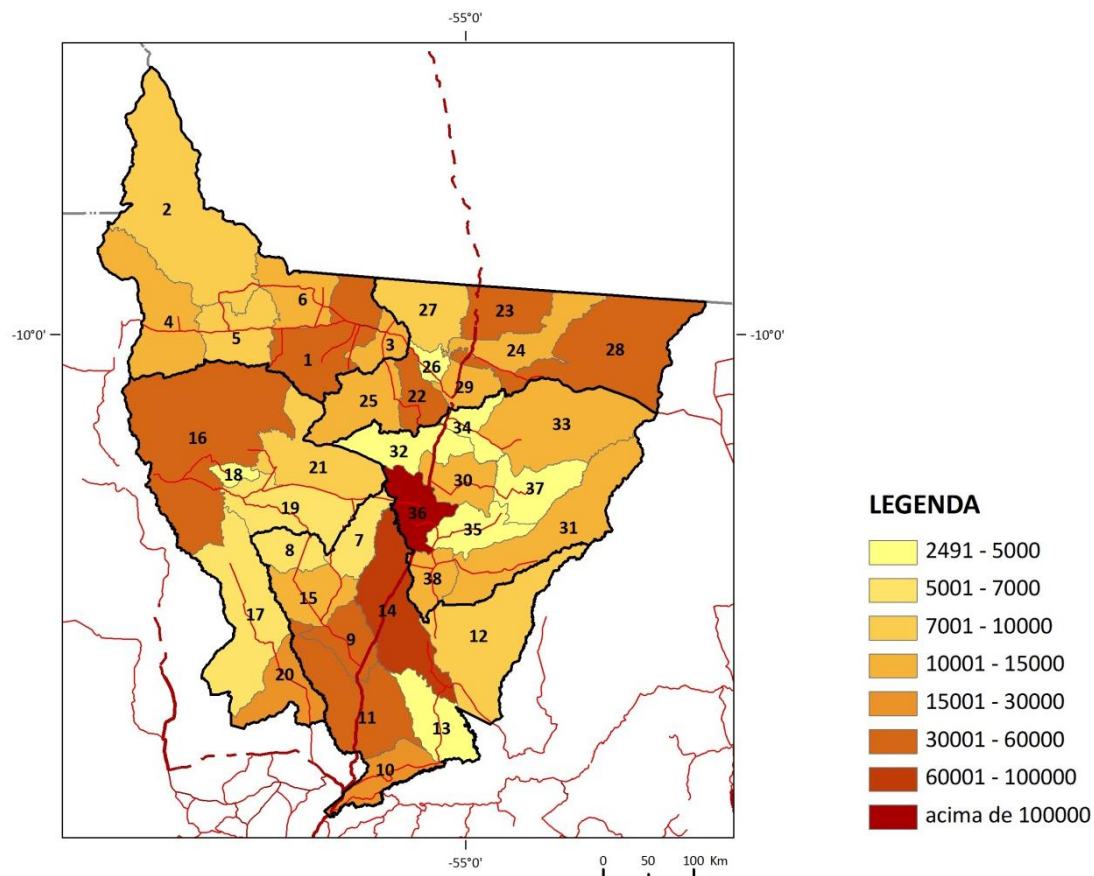
O quadro mais atual da população deste território sintetiza e nos dá um retrato do resultado da dinâmica populacional, cinquenta anos após o início de sua colonização. A Figura 33 espacializa os dados do Censo Populacional de 2010 e nos fornece uma imagem da distribuição da população no território.

MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE SINOP		POPULAÇÃO ABSOLUTA					TAXA DE CRESCIMENTO RELATIVO			
		1991	1996	2000	2007	2010	1991-1996	1996-2000	2000-2007	2007-2010
30	Cláudia	9.099	12.751	10.249	10.670	11.028	8%	-5%	1%	1%
31	Feliz Natal	-	-	6.769	10.279	10.933			7%	2%
32	Itaúba	7.143	8.076	8.565	4.625	4.575	3%	2%	-7%	0%
33	Marcelândia	8.889	11.678	14.448	14.084	12.006	6%	6%	0%	-5%
34	Nova Santa Helena	-	-	-	3.347	3.468				1%
35	Santa Carmem		3.536	3.599	4.319	4.085		0%	3%	-2%
36	Sinop	38.374	54.306	74.831	105.762	113.099	8%	9%	6%	2%
37	União do Sul	-	-	4.196	3.998	3.760			-1%	-2%
38	Vera	10.759	13.473	9.005	9.188	10.235	5%	-8%	0%	4%

Quadro 8 - População Absoluta e taxa de crescimento relativo da microrregião de Sinop

Fica evidente o que já verificamos na análise do universo interno da microrregião de Sinop: a desproporção do tamanho da população do município de Sinop, em relação a todas as outras do nosso território de análise. É a única com mais de 100 mil habitantes. Seguido pelo município de Sorriso, único na faixa entre 60 e 100 mil. A faixa entre 30 e 60 mil conta com sete municípios, sendo que, com exceção de Alta Floresta e Juara, todos estão localizados ao longo da BR-163. A faixa dos 15 a 30 mil conta com apenas dois municípios, enquanto a faixa de 10 a 15 mil conta com onze, entre 7 e 10 mil com quatro e até 7 mil também com onze municípios.

A Figura 34 traz um mapa, também elaborado a partir dos dados do censo populacional de 2010, que nos apresenta duas novas informações importantes para compreender o quadro atual. A população urbana, representada pelos círculos em cinza sobre a localização da sede municipal, corresponde à população urbana total. A população rural, representada por uma escala cromática em tons de verde, corresponde ao percentual da população rural sobre o total da população do município.

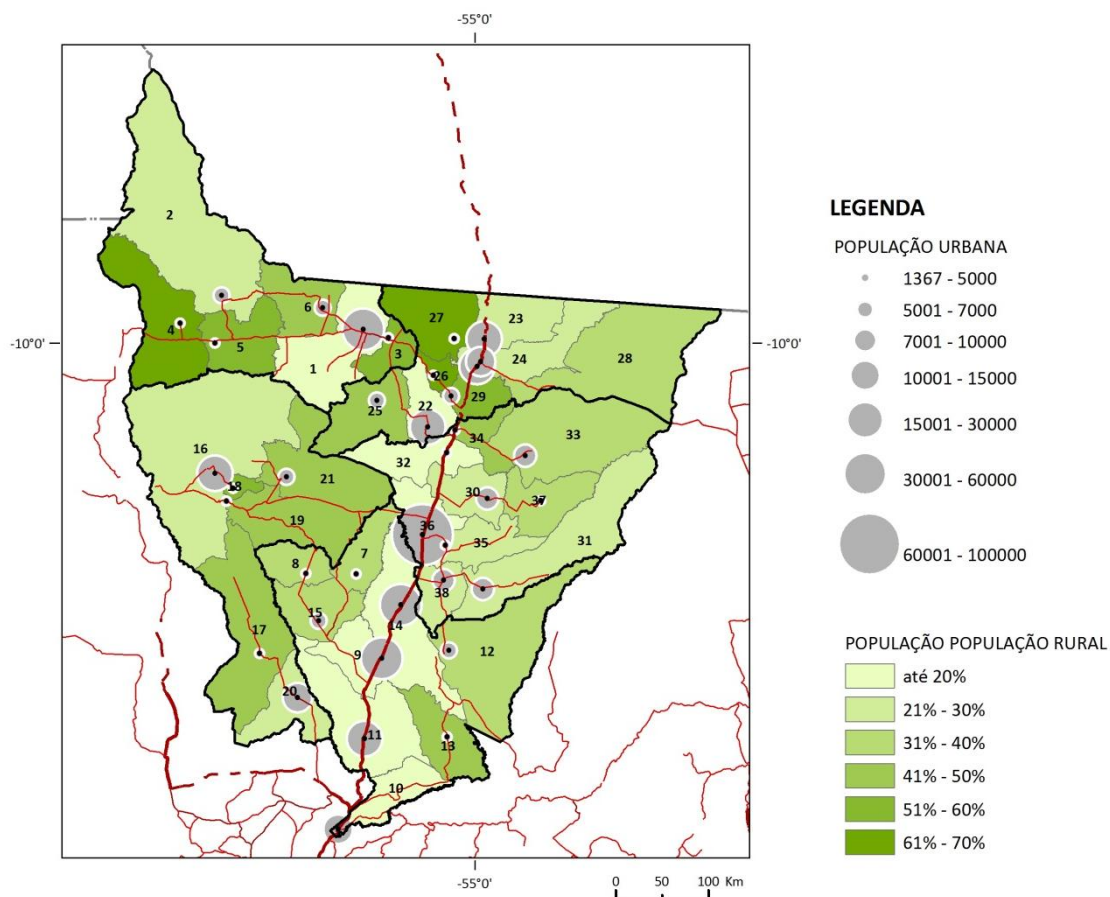


1 - Alta Floresta, 2 - Apiaçás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangã, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colíder, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcellândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

Figura 33 - População total dos municípios⁵⁶

Novamente, fica evidente o tamanho de Sinop e o fato de que, apenas com exceção de Alta Floresta e de Juara, todas as maiores cidades do território localizam-se ao longo da BR-163. Também fica claro que os municípios com população urbana alta também têm um baixo percentual de população rural. As cidades menores, por sua vez, em sua maioria têm um alto percentual de população rural, porém, curiosamente, Apiaçás e Itaúba fogem a esta regra e, apesar de pequenas, são predominantemente urbanas. Também chama a atenção a maior incidência de cidades mais rurais no norte do território, bem como o baixo percentual de população rural nos municípios cortados pela BR-163.

⁵⁶ Segundo censo populacional 2010, IBGE.



1 - Alta Floresta, 2 - Apiacás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colider, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcellândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

Figura 34 - População urbana e rural dos municípios⁵⁷

Os dados de população levantam, portanto, algumas questões importantes para o direcionamento de nossa investigação. Demonstram que o território, em termos populacionais, tem em Sinop seu ponto de maior atração e que o eixo da rodovia Cuiabá Santarém concentra a maior parte das cidades mais populosas, à exceção de Alta Floresta e Juara. As cidades que mais crescem em população também são as mais urbanas do território, localizadas em sua maioria ao longo desta rodovia.

⁵⁷ Segundo censo populacional 2010, IBGE.

4.3. PERSPECTIVA SOCIOECONÔMICA

Além da cadeia produtiva consideramos importante compreender outros fatores que conduziram a dinâmica populacional apresentada. Para tanto realizamos uma análise do desenvolvimento humano e pobreza, das riquezas geradas e sua distribuição e o mercado de trabalho da região, de modo a configurar um quadro das diferentes oportunidades do território, que interfere diretamente no movimento da fronteira.

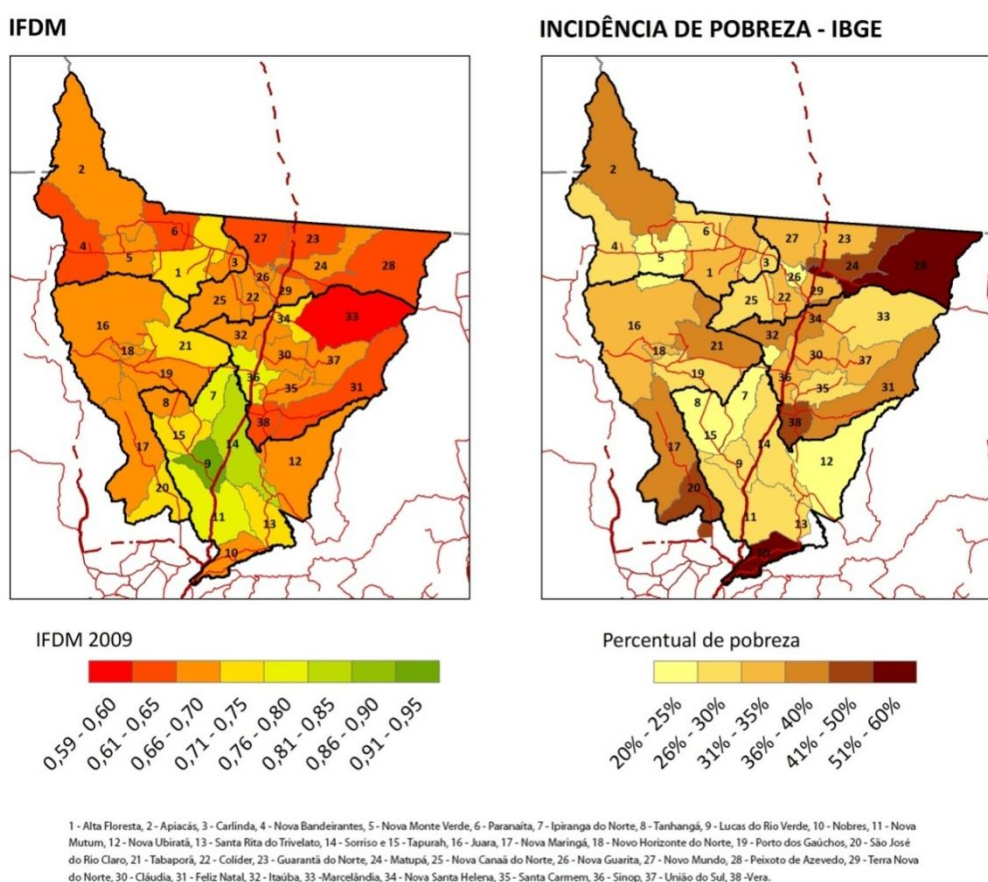


Figura 35 - O desenvolvimento humano e a pobreza

A Figura 35, a seguir, apresenta dois mapas que sintetizam o quadro geral do desenvolvimento humano dos municípios do nosso território de investigação. Como já mencionamos na Metodologia, capítulo 2, selecionamos o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o índice de pobreza do IBGE. O quadro geral do desenvolvimento apresentado nos mapas da Figura 35 revela profundas disparidades internas, mas indicam que mesmo as cidades com pior índice do território estão

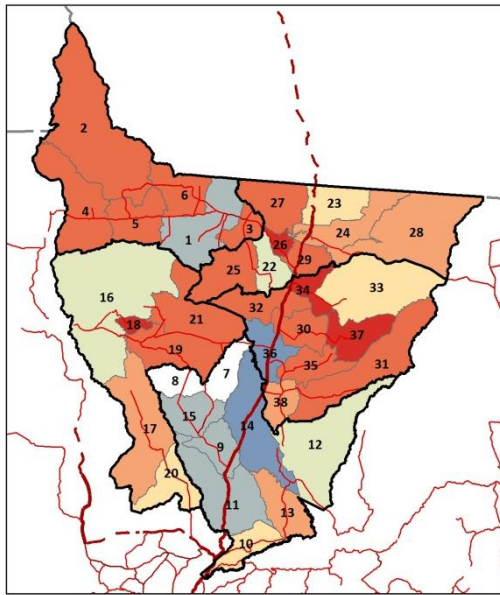
próximas à mediana nacional ⁵⁸ que é de 0,638. A disparidade fica por conta dos índices altos de desenvolvimento das cidades de Lucas do Rio Verde, com índice 0,904, e Sorriso, com índice 0,849. Os índices altos destas duas as colocam entre as mais desenvolvidas do país, com destaque para o fato de a primeira ocupar o oitavo lugar no ranking nacional e primeiro no ranking do estado do Mato Grosso e a segunda ocupar a 68ª posição no país e 3ª no estado.

As cidades mais próximas das duas citadas também apresentam um índice de desenvolvimento alto. Fica clara a diferença entre microrregiões e também uma predominância de índices mais baixos ao Norte e nas extremidades leste e oeste, enquanto os mais altos estão ao sul. As exceções ficam por conta de Nobres, que apesar de estar no extremo sul do território, apresenta um nível baixo de desenvolvimento e Alta Floresta que se mantém como uma das mais desenvolvidas, apesar de sua localização. O mesmo se observa no mapa de índice de pobreza, onde os municípios com as piores taxas são Peixoto de Azevedo e Nobres, com quase 60% de sua população em situação de pobreza.

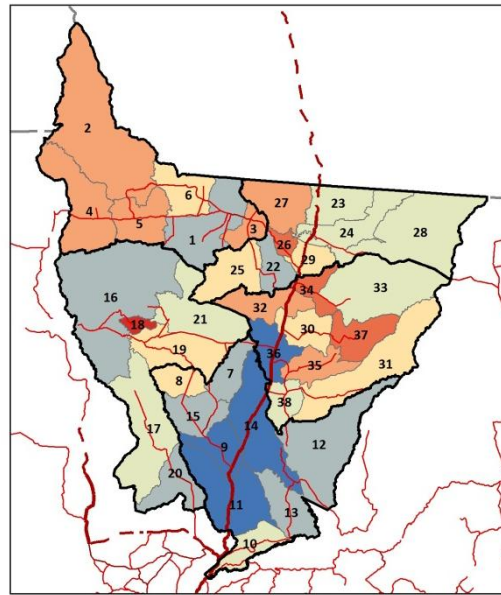
A imagem seguinte, Figura 36, apresenta a evolução do Produto interno bruto, a riqueza gerada pelos municípios de 2004 para 2010. Esta evolução revela que em 2004 seis municípios conformavam o primeiro escalão dos PIBs municipais. Este grupo é liderado por Sorriso e Sinop, na faixa dos 500 milhões a 1 bilhão, e seguidas por Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah e Alta Floresta, na faixa entre 250 a 500 milhões de reais. No ano de 2010, observa-se que este primeiro escalão já conta com onze municípios, somando-se à lista anterior as cidades de Colíder, Ipiranga do Norte, Juara, Nova Ubiratão, Santa Rita do Trivelato e São José do Rio Claro, com destaque para o rápido crescimento do PIB de Santa Rita do Trivelato. Os Piores PIBs entre as cidades estão concentrados nas microrregiões de Alta Floresta, Colíder e Sinop, as áreas mais ao Norte do território, onde a única exceção aos baixos valores de PIB são justamente os municípios que dão nome às microrregiões.

⁵⁸Fonte: Ranking IFDM 2009 - http://www.firjan.org.br/IFDM/ifdm_downloads.html

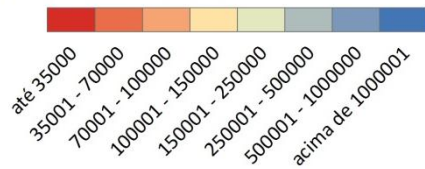
PIB 2004



PIB 2010



PIB a preço de mercado corrente

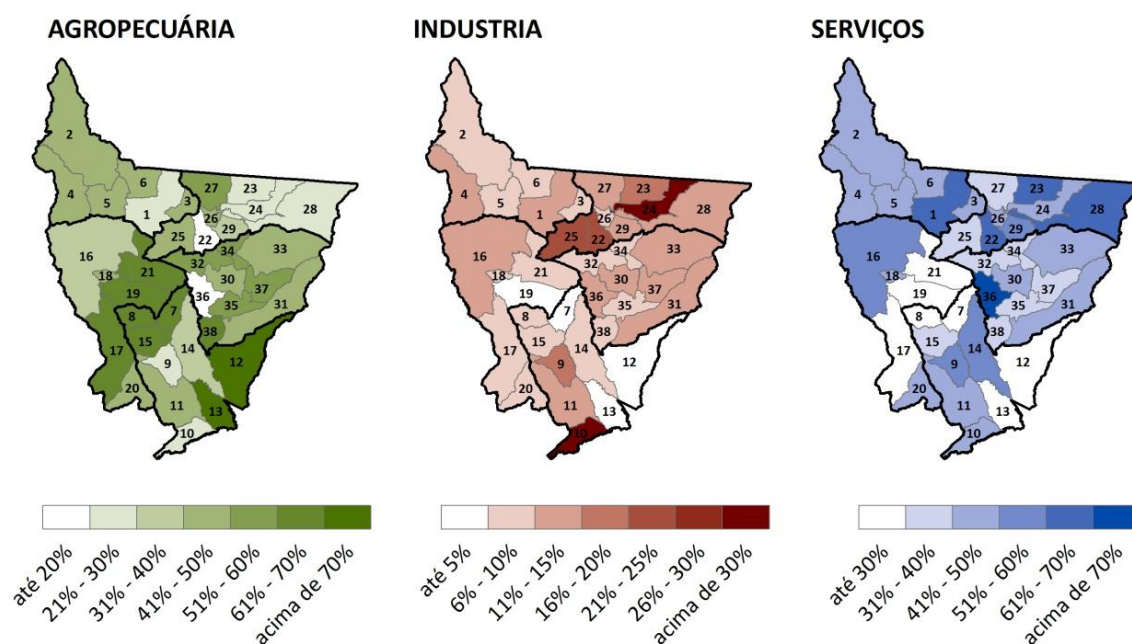


1 - Alta Floresta, 2 - Apiaçás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colíder, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcelândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

Figura 36 - Produto interno bruto

A análise seguinte, exposta na Figura 37, extrai o valor adicionado por setor da economia sendo agropecuária, indústria e serviços. A soma dos três resulta no total do PIB apresentado no mapa anterior. Desta maneira apresentamos qual o percentual do que cada setor representa do total do PIB de cada município. Vemos que no caso da agropecuária os níveis mais altos, acima de 70%, são Nova Ubiratã e Santa Rita do Trivelato, justamente cidades que passaram a fazer parte do primeiro escalão entre o PIB das cidades do território. Há um segundo grupo, com sete cidades na faixa entre 60% a 70%, a maioria delas localizada na área entre as microrregiões de Arinos e Alto Teles Pires. Este grupo é composto por Nova Maringá, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Novo Horizonte do Porto dos Gaúchos e Tabaporã e Tapurah. A indústria se mostra mais forte nas cidades de Nobres, Matupá, Colíder, Nova Canaã do Norte e Lucas do Rio Verde. E as cidades onde os serviços compõe a maior parte do PIB são Sinop,

Colíder, Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte, Alta Floresta, Juara, Sorriso e Lucas do Rio Verde.



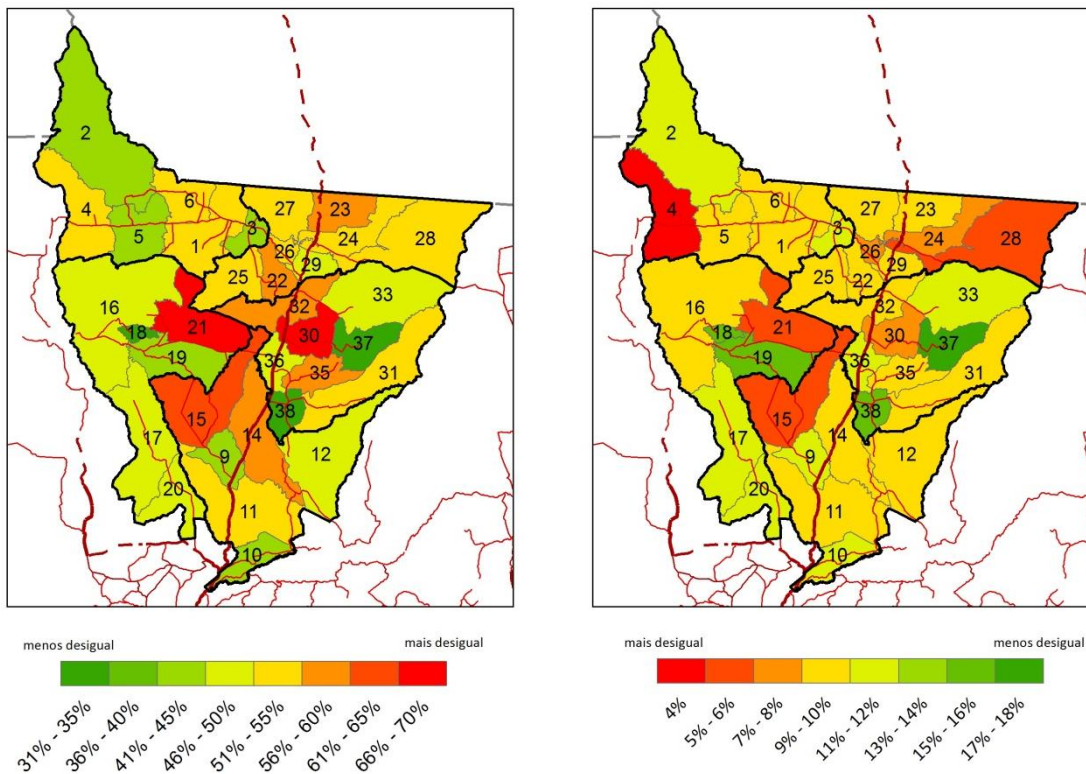
1 - Alta Floresta, 2 - Apicás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colíder, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcellândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

Figura 37 - PIB por setor da economia

O resultado, em termos de distribuição de renda, podemos observar na Figura 38. No primeiro diagrama apresentamos o percentual apropriado pelos 10% mais ricos da população e, no segundo, o percentual apropriado pelos 40% mais pobres. Verificamos que no entorno da BR-163 estão concentrados os percentuais mais altos de renda apropriada pelos mais ricos, o que indica que a rodovia acabou por gerar cidades com uma má distribuição de renda. A microrregião de Alta Floresta é a que apresenta o melhor cenário de distribuição de renda, com exceção de Nova Bandeirantes que apresenta o pior índice de percentual de renda apropriado pelos 40% mais pobres de todo o território. No caso da microrregião de Alto Teles Pires, onde mais se desenvolve a soja, há uma maior concentração de renda nas cidades de Sorriso e Tapurah, e uma renda mais bem distribuída em Lucas do Rio Verde e Nobres, as demais cidades estão na média do território.

Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população

Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres da população

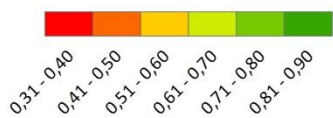
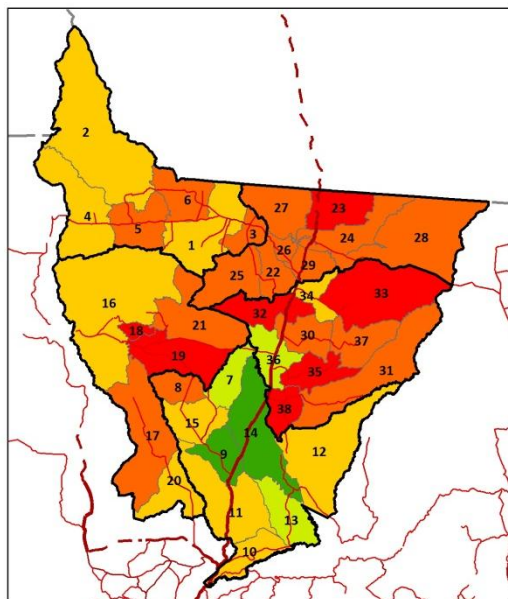


1 - Alta Floresta, 2 - Apiacás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaíta, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colíder, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcelândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

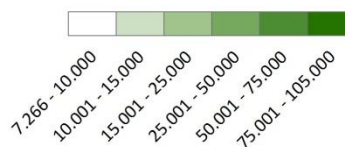
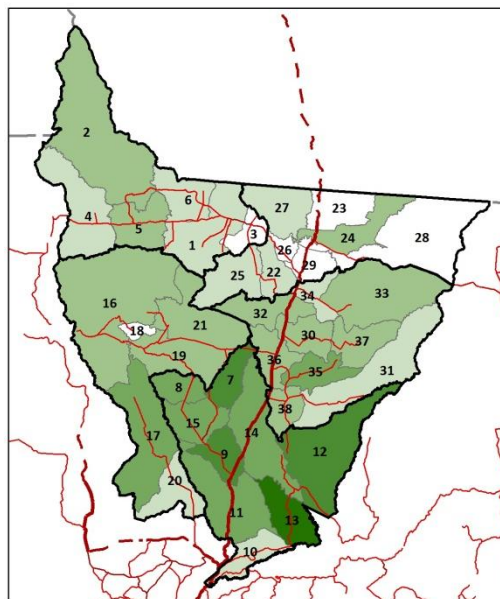
Figura 38 - A distribuição de renda no território

A microrregião de Arinos também apresenta um cenário mais bem distribuído do qual destoam a cidade de Tabaporã, com os piores índices de apropriação de renda tanto para os mais ricos quanto para os mais pobres. A microrregião de Colíder apresenta um dos piores cenários da distribuição de renda no território, onde se destacam negativamente as cidades de Guarantã do Norte, Colíder, Matupá e Peixoto de Azevedo. E, por fim, a microrregião de Sinop que apresenta grande contraste. De um lado, os municípios de Sinop, Vera e União do Sul apresentam um ótimo cenário de distribuição de renda e, de outro, Cláudia, Itaúba e Santa Carmem com um cenário que indica uma baixa distribuição.

IFDM EMPREGO E RENDA



PIB PER CAPTA



1 - Alta Floresta, 2 - Apiaçás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaita, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colíder, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcelândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

Figura 39 - Emprego, renda e PIB per capta

Estes dados nos dão mais um aspecto do desenvolvimento do território, a disparidade observada no índice IFDM, fica ainda maior ao analisarmos outro índice FIRJAM, o IFDM Emprego e Renda (elaborado cruzando variáveis de geração de emprego formal, estoque de emprego formal e salários médios do emprego formal). A Figura 39 mostra que a microrregião de Colíder apresenta o pior universo, com todos os seus municípios apresentando índice inferior a 0,5, sendo que Guarantã do Norte desponta como o pior caso. Também fica clara a diferença entre Sinop e as cidades que fazem parte de sua microrregião, sendo esta a que abriga o maior número de municípios entre os piores índices, com quatro casos (Itaúba, Marcelândia, Santa Carmem e Vera). A microrregião de Alta Floresta apresenta níveis mais altos, enquanto a de Arinos, com exceção da cidade de Juara, apresenta um cenário semelhante ao caso de Colíder. Novamente, destoando do restante do território, a microrregião de

Alto Teles Pires desponta como a que concentra os melhores casos, com cidades apresentando os maiores índices do país.

O PIB per capita reforça a mesma disparidade com os piores casos concentrados na microrregião de Colíder. Chama a atenção, porém, que Sinop não apresenta valores mais altos do que o restante de sua microrregião, como tem sido frequente nas variáveis analisadas até agora. Também cabe destacar o fato da cidade de Santa Rita do Trivelato apresentar o maior índice da microrregião de Alto Teles Pires e de todo o território. O Quadro 9 ilustra a distribuição dos empregos no território, porém, mais do que isso, este quadro também é sintético em relação à dinâmica e ao equilíbrio, ou desequilíbrio, de forças entre as cidades e entre as microrregiões. Como podemos observar, segundo o Cadastro Nacional de Empresas 2009, somados os dados de todas as cidades do nosso território de análise, chegamos a um mercado que compreende 103.845 empregos formais, o que corresponde a 18% dos empregos do estado de Mato Grosso.

O quadro analisa estes empregos em três universos de comparação, o primeiro apresenta uma comparação entre o total dos empregos das microrregiões, o segundo apresenta o total dos empregos dos municípios comparados entre si e o terceiro compara os municípios confrontados com os outros que compõem a sua microrregião. A numeração segue sempre o sentido horário, obedecendo ao padrão numérico definido na Metodologia. O cenário apresentado pelo primeiro universo de comparação, entre o total de empregos das microrregiões, revela a força das microrregiões de Alto Teles Pires e Sinop, que representam juntas 64% do mercado de trabalho de todo o nosso território, sendo que a primeira detém 30% e a de Sinop com 34% é a maior empregadora. As outras dividem os 34% restantes, Colíder com 15%, Alta Floresta com 11% e Arinos com 10%, mostrando até certo equilíbrio na distribuição de empregos entre estas três microrregiões .

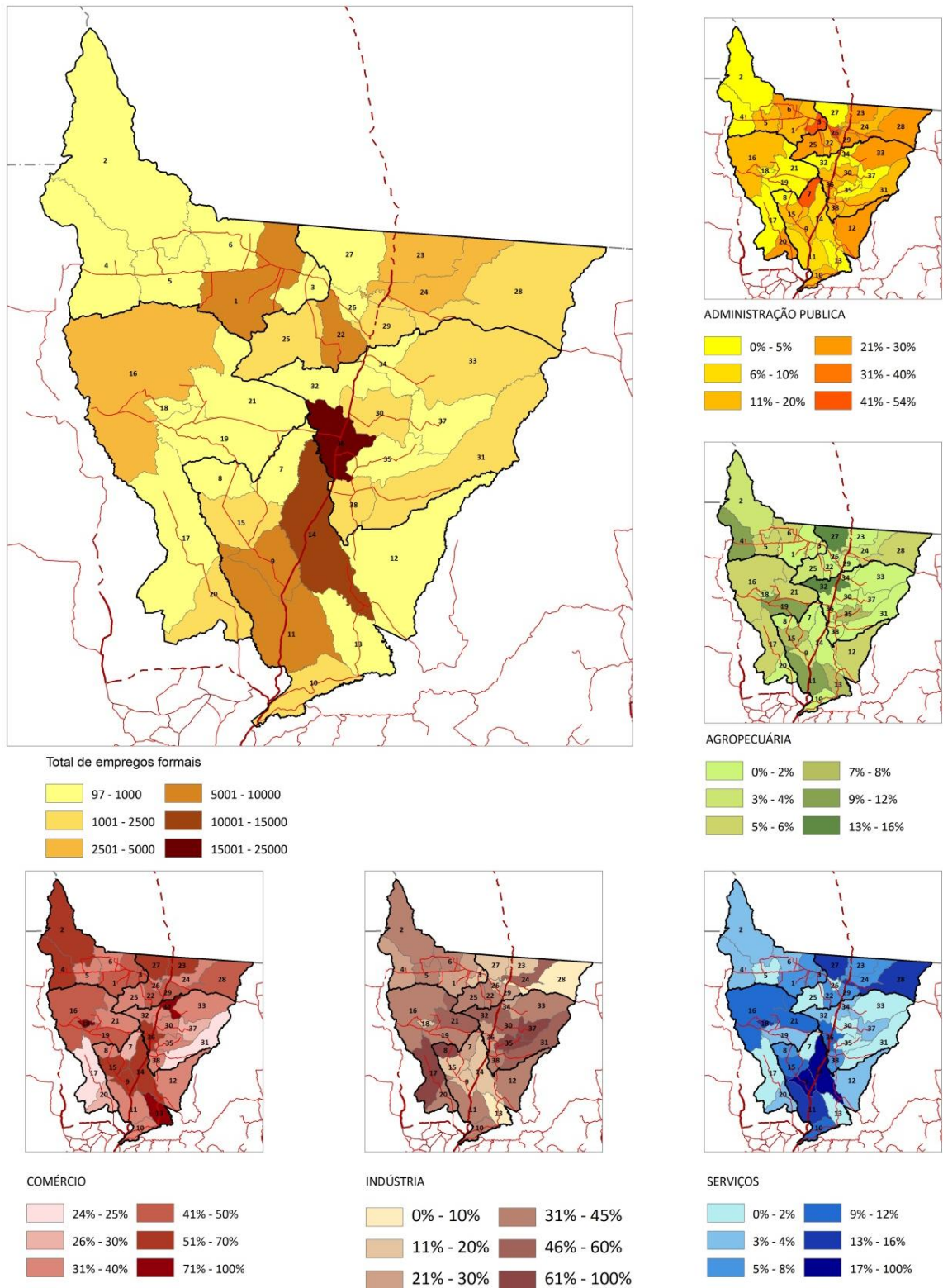
O segundo universo de análise, da distribuição dos empregos entre todos os municípios do território, revela uma grande diferença entre as microrregiões que mais empregam. De um lado, a microrregião de Alto Teles Pires, no qual a cidade de Sorriso detém 12% do mercado, seguida por Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, ambas com 6%, demonstrando uma distribuição equilibrada. Do outro lado, a cidade de Sinop que detém sozinha 24% do mercado de trabalho de todo o território, enquanto as outras oito cidades que compõe sua microrregião representam juntas apenas 10% dos empregos.

Quadro semelhante se observa para a cidade de Alta Floresta que detém 8% dos empregos, enquanto as outras de sua microrregião representam somadas apenas 3%. O cenário para as microrregiões de Arinos e Colíder é mais semelhante ao de Alto Teles Pires. No primeiro caso, Juara representa 5% dos empregos do território, enquanto as outras somadas representam outros 5%. Na microrregião de Colíder, o município de Colíder representa também 5% dos empregos e as outras representam 10% dos empregos do território. Como o primeiro caso conta com seis cidades, enquanto o segundo conta com oito, consideramos um cenário equilibrado e semelhante entre estas duas.

O último universo de comparação mostra que há de fato a pior distribuição de empregos nas microrregiões de Sinop e de Alta Floresta. Os municípios de Alta Floresta e Sinop detém, respectivamente, 74% e 70%. No caso de Alto Teles Pires 40% dos empregos da microrregião estão em Sorriso, seguido por Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, as duas com 20%. Em Arinos, Juara é a maior empregadora, com 47%; depois São José do Rio Claro, com 23%; e Tabaporã, com 11%. Conforme já observamos anteriormente em outras variáveis, o universo interno da microrregião de Colíderé bem equilibrado enenhuma das cidades é muito maior do que as outras. A cidade de Colíder é a grande empregadora, com 33%; seguida por Guarantã do Norte, com 22%; Matupá, com 15%; e Peixoto de Azevedo, com 12%. Este é o grupo das cidades que detém mais do que 10% dos empregos de suas microrregiões e podem ser classificadas como polarizadoras do território.

Complementamos a análise do mercado de trabalho com os diagramas apresentados na Figura 40, que espacializam a distribuição do total dos empregos formais e dos empregos por tipo de atividade. Como vemos há uma grande concentração dos empregos nos municípios ao longo da BR-163 até a cidade de Sinop, a maior empregadora. A partir daí, mesmo as cidades lindeiras a esta rodovia são pequenas empregadoras. Apenas Matupá e Guarantã do Norte fogem a esta regra, uma hipótese é a de que isto se deva ao fato de estas cidades serem 'boca de sertão'. A partir de Guarantã do Norte a rodovia não é mais asfaltada por uma extensão de mais de 600 km até as proximidades de Santarém. Localizada bem no meio deste trecho, Novo Progresso é o único núcleo urbano, ou seja, as populações dos povoados, vilas, fazendas, garimpos, de toda esta grande área se dirigem à Guarantã do Norte e Matupá para se abastecer e resolver questões oficiais, gerando uma maior dinâmica e maior número de empregos. Alta Floresta e Juara são as mais distantes deste grupo, e Colíder funciona quase como uma bifurcação na BR. A partir dela é que se tem acesso aos territórios polarizados por Alta Floresta.

Os outros diagramas deste quadro apresentam o percentual que representa, do total dos empregos de cada município a administração pública, a agropecuária, o comércio, a indústria e os serviços. No caso da administração pública, os maiores índices, acima de 40% dos empregos, foram verificados em Carlinda, Nova Guarita e Ipiranga do Norte. Além destas, verificamos que o percentual de empregos na administração pública também é alto em Paranaíta, Nova Ubitatã, Nova Guarita e Peixoto de Azevedo. Nenhuma delas pertence às Microrregiões de Arinos nem de Sinop. Em relação à fundação tratam-se de cidades mais novas, com exceção de Carlinda, da 2ª geração, todas pertencem a 4ª, 5ª ou 6ª gerações. Suas populações são pequenas e com um percentual médio de população rural, com exceção de Peixoto de Azevedo, que se diferencia por ser uma cidade grande, e de Nova Guarita, onde o percentual de população rural é muito alto.



1 - Alta Floresta, 2 - Apicás, 3 - Carlinda, 4 - Nova Bandeirantes, 5 - Nova Monte Verde, 6 - Paranaita, 7 - Ipiranga do Norte, 8 - Tanhangá, 9 - Lucas do Rio Verde, 10 - Nobres, 11 - Nova Mutum, 12 - Nova Ubiratã, 13 - Santa Rita do Trivelato, 14 - Sorriso e 15 - Tapurah, 16 - Juara, 17 - Nova Maringá, 18 - Novo Horizonte do Norte, 19 - Porto dos Gaúchos, 20 - São José do Rio Claro, 21 - Tabaporã, 22 - Colider, 23 - Guarantã do Norte, 24 - Matupá, 25 - Nova Canaã do Norte, 26 - Nova Guarita, 27 - Novo Mundo, 28 - Peixoto de Azevedo, 29 - Terra Nova do Norte, 30 - Cláudia, 31 - Feliz Natal, 32 - Itaúba, 33 - Marcelândia, 34 - Nova Santa Helena, 35 - Santa Carmem, 36 - Sinop, 37 - União do Sul, 38 - Vera.

Figura 40 - Distribuição dos empregos formais e dos empregos por tipo de atividade

Justamente o município mais rural é o único com muito poucos assentamentos de reforma agrária. Em todas as outras o número de famílias assentadas é alto, maior em Carlinda e Peixoto de Azevedo, menor em Nova Ubitatã e Canaã do Norte. A média de área das propriedades destas cidades é em geral muito pequena, maior em Ipiranga do Norte e muito maiores em Nova Ubitatã, a única com grandes propriedades. O percentual de pobreza é baixo em todas, e alto apenas em Peixoto de Azevedo, demonstrando neste caso uma possível relação com o fato de ser a maior cidade deste universo. E tanto PIB quanto PIB per capita são altos somente nas cidades onde é grande a produção de soja, Ipiranga do Norte e Nova Ubitatã, o restante é médio ou baixo. O cenário do PIB por setor da economia mostra que a participação da agropecuária é responsável pelo PIB alto nestas duas cidades, apresentando um índice muito alto, enquanto indústria e comércio apresentam índices muito baixos. Em Peixoto de Azevedo, o maior responsável pelo PIB é o comércio e em Nova Canaã do Norte é a indústria, em todas as outras o cenário é equilibrado. A produção de madeira é pequena, a de gado é média, baixa apenas nas cidades grandes produtoras de soja e alta em Nova Canaã do Norte e Paranaíta.

No caso da agropecuária, verificamos que ela emprega mais em Nova Bandeirantes, Nova Mutum, Porto dos Gaúchos, Novo Mundo e Itaúba, cada uma em uma microrregião. Observa-se que onde o percentual de empregos na agropecuária é alto a quantidade de empregos formais é muito pequena, com exceção de Nova Mutum, a única produtora de soja entre estas cinco, uma das maiores produtoras de soja de todo o território, é também, desta, a cidade mais próxima a Cuiabá. O rebanho de gado é maior nas cidades mais distantes, Nova Bandeirantes e Novo Mundo. Apenas no caso da primeira, o rebanho de gado e a produção de madeira são as maiores destas cinco. A média de tamanho das propriedades é muito grande em Itaúba, grande em Porto dos Gaúchos e muito pequena e pequena em Novo Mundo e Nova Bandeirantes, respectivamente, onde se observa um alto percentual de população rural e elevado número de assentamentos de reforma agrária. Apenas em Nova Mutum a população é grande e não se verifica uma correspondência entre o alto

percentual de empregos na agropecuária às gerações de fundação e emancipação, nem em relação à distância para a capital.

O comércio é responsável pelo maior número de empregos do território, por este motivo é mais elevado o número de cidades onde o comércio é responsável pelos maiores percentuais dos empregos. São elas Santa Rita do Trivelato, Novo Horizonte do Norte e Nova Santa Helena, onde este percentual é maior do que 70%, e Apicás, Nova Bandeirantes, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Tapurah, Guarantã do Norte, Novo Mundo, e Sinop, com percentuais entre 50% a 70% dos empregos formais. Todas elas estão entre a 1ª e a 3ª gerações de fundação, com exceção de Apicás, Nova Bandeirantes, Guarantã do Norte e Novo Mundo que são mais recentes. Todas as Microrregiões estão representadas neste grupo, Alto Teles Pires com quatro cidades é a que conta com mais representantes. Entre estas cidades o cenário da população é completamente variado, não indicando uma correspondência entre a atividade do comércio e o tamanho da população. O mesmo ocorre em relação à estrutura fundiária. O PIB é alto ou muito alto nas cidades produtoras de soja e baixo ou muito baixo onde o gado e a madeira são mais fortes e onde há um maior percentual de população rural e menores áreas dos estabelecimentos.

O grupo das cidades com maior percentual dos empregos na indústria conta com nove municípios, sendo que cinco deles são da microrregião de Sinop e apenas a microrregião de Alta Floresta não conta com representantes entre elas. Integram este grupo Itanhangá, Nova Maringá, Santa Carmem e União do Sul com índices acima de 60%, e Tabaporã, Matupá, Cláudia, Feliz Natal e Itaúba com índices entre 45% e 60% dos empregos formais na indústria. Todos estes casos estão próximos à rodovia Cuiabá Santarém e, com exceção de Nova Maringá, Itaúba e Santa Carmen, são todas cidades mais recentes e também são todas cidades com população média ou pequena com baixo percentual de população rural, com grande número de famílias assentadas em Itanhangá, Tabaporã e Matupá.

A quantidade de empregos gerada nas cidades onde há mais empregos na indústria é baixa. A produção de soja é média apenas em Itanhangá e Nova Maringá, o

rebanho bovino é médio em Tabaporã, Matupá e Itaúba, e grande em Nova Maringá. Das três cadeias produtivas analisadas apenas a madeira existe em todas, com exceção de Matupá onde é muito pequena. A produção em geral é média, grande apenas em Nova Maringá. O PIB é médio, menor em Itaúba, Santa Carmen e União do Sul, justamente onde o PIB per capita é maior, indicando uma desigualdade também maior. De fato, o cenário dos percentuais de renda apropriado pelos mais ricos e pelos mais pobres nestas cidades indica que onde ocorre a indústria os índices de desigualdade são maiores. Apenas em Nova Maringá, Feliz Natal e Matupá a desigualdade é menor, curiosamente, a última mencionada é também a única com índices elevados de percentual de pobreza.

Por fim, verificamos que os municípios com elevado percentual de empregos no setor de serviços são Lucas do Rio Verde Nova Mutume Sorriso, com percentual acima de 16%, e Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo e Peixoto de Azevedo, com percentual entre 12% e 16%. A maioria delas pertence à Microrregião de Alto Teles Pires e nenhuma às de Alta Floresta e de Sinop. Observamos que destas apenas Novo Horizonte do Norte e Novo Mundo são cidades pequenas, as outras são grandes ou muito grandes e com baixo percentual de população rural, com exceção de Novo Mundo onde é muito alto. Entre estas cidades o PIB também é alto apenas nas cidades onde existe produção de soja.

Voltamos agora ao grupo das cidades que detém mais de 10% dos empregos de sua microrregião. Este grupo é composto por doze cidades, são elas Alta Floresta, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Juara, São José do Rio Claro, Tabaporã, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo e Sinop. Refletindo o cenário já descrito da distribuição de empregos, as Microrregiões de Sinop e Alta Floresta contam com apenas uma cidade neste grupo, enquanto Alto Teles Pires e Juara contam com três e Colíder conta com quatro. Observamos que apenas São José do Rio Claro faz parte da primeira geração de fundações, no entanto, a maioria destas cidades faz parte da primeira geração de emancipações. Todas elas têm população grande, menor em São José do Rio Claro e Tabaporã, e um baixo percentual de população rural. O PIB e PIB per capita são muito altos nas cidades da microrregião de Alto Teles

Pires, onde existe produção de soja, na cidade de Sinop, e é alto nas cidades onde é grande o rebanho bovino. Estas cidades são também as mais distantes e as mais antigas deste grupo.

Para terminar nossa análise, depois de passar por todas as variáveis que foram apresentadas, retornaremos à questão da cadeia produtiva da madeira, do gado e da soja, para compreender os padrões e as características das cidades onde cada uma destas produções é alta ou muito alta. Conforme pudemos observar, as cidades onde a produção de madeira é alta são Apiacás, Nova Bandeirantes, Juara, Nova Maringá e Marcelândia, elas empregam pouco e têm grandes rebanhos de gado. Nenhuma delas faz parte da Microrregião de Colíder nem de Alto Teles Pires. O PIB é médio e baixo, assim como os índices de desenvolvimento. Todas elas são distantes de Cuiabá e com uma grande área territorial e propriedades com grande média de área. Nova Bandeirantes é a mais rural, destoando das outras, com exceção de Juara, são todas cidades médias ou pequenas.

As cidades com rebanho bovino grande estão concentradas nas microrregiões de Colíder e Alta Floresta, e nenhuma delas faz parte de Alto Teles Pires e de Sinop. A quantidade de empregos gerada nestas cidades só é alta em cidades onde a participação do comércio no PIB também é alta. Nas outras a quantidade de empregos é muito pequena, indicando que a atividade da pecuária não é uma grande empregadora. Nestas cidades os índices de desenvolvimento humano são menores, porém não se observa um cenário ruim de distribuição de renda, o PIB é alto também apenas nestas cidades. As médias de área dos estabelecimentos são em geral pequenas. Todas estas cidades estão localizadas a uma grande distância de Cuiabá.

No caso das cidades onde a produção da soja é alta ou muito alta verificamos que também é alto o percentual de empregos no comércio e nos serviços, o PIB e o PIB per capita são os mais altos do território, assim como os índices de desenvolvimento. Nestas cidades o cenário de desigualdade está na média do território, pior em Sorriso e melhor em Lucas do Rio Verde. O número de famílias assentadas é pequeno e é muito baixo o percentual de população rural.

CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado teve como objetivo investigar o fenômeno do avanço da fronteira agrícola no território brasileiro, a partir de um caso específico que é o eixo sul norte da Rodovia BR-163 que liga, ou ligaria, as cidades de Cuiabá a Santarém, um universo de 38 municípios, todos construídos a partir da implantação desta rodovia, a fim de que se possa, a partir do conhecimento mais profundo de um caso particular, compreender melhor o todo que é este fenômeno tão dinâmico e imprevisível.

Nesta pesquisa foram adotados procedimentos metodológicos que investigam uma situação territorial a partir de um eixo de relações verticais, onde as ações humanas sobre o território são compreendidas em diferentes extratos de tempo sobrepostos, construídos com diferentes técnicas, intensões, paradigmas, de acordo com suas relações horizontais, isto é, o modo como aquela situação territorial se relaciona, em um determinado extrato de tempo, com os demais níveis territoriais. Em outras palavras, a análise buscou compreender a situação territorial a partir do cruzamento de suas diferentes escalas de tempo e do espaço geográfico.

Desta maneira a análise foi organizada: o capítulo 3 tratou das relações verticais e o capítulo 4 das relações horizontais. No caso das relações verticais foram apresentados o avanço e o ritmo do avanço da fronteira no território brasileiro, levantando os fatores que influenciaram este avanço e os padrões deste movimento. Ao iniciar essa análise, com o avanço empreendido pelos Bandeirantes no século XVI, o objetivo foi o de demonstrar que o modo como a fronteira avança hoje se diferencia dos anteriores por aspectos técnicos, que aumentam a potência e velocidade do avanço, mas que ainda carregam também muitas heranças do início da colonização portuguesa, há ainda muito de *mazombismo* no avanço atual da fronteira.

O capítulo 4 se preocupou em levantar as variáveis para a compreensão desta situação territorial a partir de diferentes perspectivas. Por se tratar de um fenômeno extremamente diverso, as metodologias devem necessariamente ser adaptadas às

particularidades do território investigado. Buscou-se, assim, identificar o conjunto de variáveis mais adequado para esta situação de fronteira. Considerou-se importante um olhar voltado para a cadeia produtiva da madeira, do gado e da soja, a fim de verificar se este ciclo de fato ocorre e quais as implicações deste movimento no território, seguida pela perspectiva demográfica e socioeconômica.

A cartografia apresentada no decorrer do texto e nos apêndices, assim como os gráficos comparativos, objetivou uma apresentação gráfica de fácil leitura para expor toda a complexidade de escalas, tempos e variáveis presentes nesta pesquisa. O resultado é um trabalho gráfico, em que as figuras servem como ferramenta para amplificar e complementar as informações trazidas no texto. A utilização dos programas de georreferenciamento permitiu que sintetizar dados em pequenos diagramas ao invés de apresentá-los em inúmeras tabelas. Como a pesquisa trata de espaço e de território, esta possibilidade de ter sempre qualquer variável transformada em mapa ampliou muito as perspectivas de análise e interpretação. Com isso, este trabalho também traz contribuições para o desenvolvimento de metodologias de análise de territórios, sobretudo de territórios de fronteira. Também traz uma contribuição ao campo da representação gráfica do território com toda a diversidade de mapas, gráficos e diagramas que foi aqui apresentada.

A pesquisa demonstrou que há uma grande disparidade na estrutura fundiária entre o sul e o norte do território com uma maior concentração de terras nos municípios ao norte e menor no sul da rodovia Cuiabá Santarém. Isto evidencia que foram implantados modelos distintos de colonização para o norte e para o sul, as áreas mais distantes do centro econômico regional, Cuiabá, se destinaram a receber as populações de pequenos agricultores, com propriedades menores e maior quantidade de assentamentos, enquanto que as áreas mais ao sul, e logisticamente melhor favorecidas, foram destinadas a grupos mais poderosos economicamente. Isto em muito se alinha ao que se refere Antônio Carlos Robert Moraes, já citado no capítulo 1, como a construção de um país visto como espaço, estoque de terras e recursos, onde as populações são tratadas como ferramentas no processo de exploração e conquista de novos territórios. Privilegiam-se as áreas melhor dotadas de infraestrutura para os

grupos mais fortes economicamente, enquanto o pequeno produtor é colocado nos confins mais longínquos, aumentando sua desvantagem em relação á outros produtores.

Foi possível verificar que no entorno da BR-163 estão concentradas as cidades com maior numero de população urbana em relação a população rural e que a média de área dos estabelecimentos rurais destes municípios é menor. Nestas cidades também se verifica os percentuais mais altos de renda apropriada pelos mais ricos, o que indica que a rodovia acabou por gerar cidades com uma má distribuição de renda.

Há uma grande concentração dos empregos nos municípios ao longo da BR-163 até Sinop. A partir daí, mesmo as cidades lindeiras à rodovia são pequenas empregadoras. O que não necessariamente demonstra que a proximidade da rodovia, por si só, não funciona como vetor de desenvolvimento, mas que quanto mais distante do centro econômico regional, e não da BR-163, menor é o desenvolvimento das cidades, por que se trata de processo em curso, que à medida que a infraestrutura tornar as áreas ao norte melhor competitivas a rodovia deverá sim seguir como espinha dorsal do desenvolvimento destes territórios.

O melhor exemplo disso se observa analisando a cadeia produtiva. Quanto mais distante da BR-163 maior é a produção de madeira, que está concentrada nas bordas do território, e que constitui uma atividade econômica pioneira. A produção de gado predomina nas cidades das microrregiões de Alta Floresta e Colíder, mais ao norte, como que especulando e definindo propriedades, até que a infraestrutura permita atividades mais desenvolvidas. E, por fim, a produção da soja predomina ao sul da BR-163 e é mais forte nos municípios pelos quais ela cruza. O que demonstra que o ciclo madeira-gado-soja é ativo e continua avançando a partir do vetor BR-163.

Apesar de todas as cidades do território de análise terem sido implantadas a pouco mais de meio século, algumas são hoje muito mais poderosas e oferecem mais oportunidades atraindo maior população, enquanto há uma maioria de cidades muito pequenas. O ciclo madeira-gado-soja mostra-se avança, intensificando o

desmatamento e criando distorções socioeconômicas. Enquanto a soja gera cidades onde se emprega mais nos serviços, com profissionais mais qualificados, com índices de desenvolvimento entre os mais altos do Brasil, a madeira e o gado parecem gerar cidades que esperam pela oportunidade que ainda virá, com uma economia menos dinâmica, onde é o comércio o maior empregador.



Figura 41 - A evolução do antropismo de 1960 a 2010.⁵⁹

Além da análise do território construído a partir do vetor Sul-Norte da Rodovia BR-163, há uma preocupação em demonstrar como é cada vez mais rápido e potente o avanço da fronteira agrícola no território brasileiro, a Figura 41 mostra o acúmulo dos estratos dos diversos tempos da área antropizada apresentados nos mapas do capítulo 3, e evidencia a rapidez deste processo.

⁵⁹ Mapa autor a partir de mapas do Atlas Nacional Milton Santos, do IBGE, utilizando a base de estradas de Evolução do Antropismo (2010:104) e de Evolução da Rede Rodoviária (2010:281) e de Evolução da Rede Ferroviária (2010:281).

Processo este movido pela conquista de novas terras e que nos deixa um imensurável passivo ambiental, um problema de todos os brasileiros. A fronteira chegou até a Amazônia, colonizou regiões que até pouco tempo atrás figuravam nos mapas como áreas completamente desconhecidas, e continua avançando. Avança indiferente as fragilidades dos territórios. Torna-se urgente pensar em modelos de desenvolvimento e atividades produtivas⁶⁰, que atenuem o passivo deixado por este avanço, e evitar repetir modelos desastrosos do passado.

Não nos damos conta da velocidade do avanço mais recente da fronteira agrícola, como descreveu Benedito Lima de Toledo sobre a cidade de São Paulo, “Poucas vezes na história do urbanismo terá ocorrido um fenômeno semelhante, uma cidade reconstruída duas vezes sobre o mesmo assentamento. (...) Há um século, contava com trinta mil habitantes (TOLEDO.2004:181) Atualmente aquela São Paulo de Piratininga se tornou o centro hegemônico do território brasileiro, e poucas vezes na história do urbanismo terá ocorrido um fenômeno semelhante ao avanço recente da fronteira agrícola, que se deu a partir deste novo centro e chegou até a Amazônia, o que se observa é que esta urbanização tem como característica fundamental a de ser predatória, voraz, que se faz a partir da devastação, da imposição de uma nova lógica sobre territorialidades pré-existentes.

O Brasil está caminhando para transformar a Amazônia num imenso cerrado. Deveríamos estar olhando para a Amazônia como uma riqueza tão grande quanto as reservas do recém-descoberto petróleo da camada pré-sal, mas seguimos tratando-a como estoque de terras baratas. Baratas até a chegada da próxima rodovia. E a responsabilidade disso é do Brasil, mas é também do mundo todo, por que foi e é assim no mundo todo. O capitalismo a princípio avança, extrai, transforma, e aparelha novas áreas ao seu sistema de produção com enorme sucesso, operando a partir da fronteira, que gera riqueza onde não havia. Mas a Amazônia é frágil demais. Será

⁶⁰ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI. Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

ASSIS, José Chacon de. Brasil 21: Uma Ética para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2000.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

possível a convivência deste sistema, que chegou até ali, com a fragilidade deste ambiente?

Deixamos como sugestão para pesquisas futuras uma investigação, como fizemos nesta dissertação, das dinâmicas de todos os diferentes territórios da Amazônia, de modo a compor, de um lado, uma 'História do Território da Amazônia Brasileira' e, de outro, a dinâmica atual da Amazônia, a fim de compreender melhor a natureza de seu espaço⁶¹. Também sugerimos um estudo mais aprofundado para diagnósticos sobre o avanço da fronteira agrícola. Concluímos assim esta dissertação e esperamos ter correspondido aos objetivos propostos e, principalmente, ter deixado uma contribuição relevante para os campos de investigação da fronteira e da representação gráfica do território. Por fim, a Figura 42 simboliza o recente avanço da fronteira agrícola nas terras da Amazônia (que apesar de ter sido tirada em uma região mais ao norte é representativa da paisagem do nosso território de análise). Poucas castanheiras restaram solitárias como memória da floresta que não está mais lá.



Figura 42 - Castanheira em lavoura de soja na BR-164 em Belterra, no Pará.⁶²

⁶¹SANTOS, Milton. Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2008.

⁶² . Foto de David G. McGrath, setembro de 2005. Imagem extraída da Revista Ciência e Ambiente vol. 32 – Amazônia: economia e políticas públicas.2006.Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2006:133

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AB' SÁBER, Aziz Nacib. Escritos ecológicos. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.
- _____. Brasil: Paisagens de exceção: O litoral e o pantanal mato-grossense: Patrimônios Básicos. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.
- _____. Ecosistemas do Brasil. São Paulo: Metalivros, 2006.
- ALBUÊS, Zita da S. PESSÔA, Vera S. Assentamentos; "Estratégia de implantação de empresas capitalistas em Mato Grosso". In Revista de Estudos Sociais, ano 3, n1, 2001.
- ARTIGAS, João BatistaV. Caminhos da arquitetura. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2004.
- ASSIS, José Chacon de. Brasil 21: Uma Ética para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: CREA-RJ, 2000.
- BECKER, Bertha. SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3ed,
- _____. Amazônia: geopolítica na virada do milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BENEVOLO, Leonardo. MELOGRANI, Carlo. LONGO, Tommaso G. La proyectación de la ciudad moderna. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2000.
- _____. A história da cidades. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- BUARQUE, Cristóvão Fernandes. Circulação e cidade: do movimento da forma à forma do movimento. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2002.
- C. V. Ferreira, João. Mato Grosso e Seus Municípios, Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.
- COLONIZADORA INDECO. A SAGA DO COLONIZADOR. In <http://www.colonizadoraindeco.com.br/ariosto.html> acessado entre outubro e novembro de 2011.
- COLONIZADORA INDECO. Os novos colonos - Alta Floresta-MT. In <http://www.colonizadoraindeco.com.br/ariosto.html> acessado entre outubro e novembro de 2011.
- COMPANHIA EDITORA NACIONAL. Atlas geográfico escolar: Para entender o mundo em que vivemos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

- CORRÊA, Vinícius Moreno de Sousa. Fronteira de exploração mineral na Amazônia: o setor mineral e a dinâmica demográfica da mesorregião sudeste paraense. Campinas, SP: [s/n], 2011.
- COSTA, Heloisa S. M. "Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição em termos". Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais n.2. Rio de Janeiro: Editora , 2000.
- COSTA, Lucio. "Prefácio" in João Filgueiras Lima, Lelé. São Paulo: Editora Blau, 2000.
- COUTINHO, Rachel M. da Silva. New Towns and Regional Development in the northwestern frontier of the State of São Paulo: 1890-1950. Cornell University, CORNELL, Estados Unidos, 1988.
- _____. MACHADO, Denise B. P. PEREIRA, Margareth da Silva. (Organizadores) Urbanismo em questão. Rio de Janeiro: Editora Prourb, 2003.
- DANTAS, Dalto. Pierre Monbeig: um marco na geografia brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Contesti e situazioniterritoriali in Piemonte. Abbozzodi una geografia regionale dei possibili. Em Urbanistica n° 96, 1989, p. 46.
- DOS SANTOS, Carlos Nelson F. A cidade como um jogo de cartas. Niterói: EDUFF e São Paulo: Projeto, 1985
- DUARTE, Cristóvão F. Circulação e cidade: do movimento da forma à forma do movimento. Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 2002.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus Municípios. Cuiabá: Secretaria de Estado da educação, 2001.
- FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON. Estudo propositivo: Território Portal da Amazônia. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Fundação Cândido Rondon, 2005.
- _____. Mato Grosso. Política Contemporânea 1993. Várzea Grande: Grupo Futurista de Comunicação, 1993.
- GAMA, Ruy. História da técnica e da tecnologia. São Paulo: T. A. Queiroz/Ed. Da Universidade de São Paulo, 1985.
- _____.Engenho e tecnologia. São Paulo: Livraria Duas Cidades Ltda, 1979.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2008. 2ª edição.

- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HIGA, Tereza Cristina de Souza. MORENO, Gislaine. *Geografia do Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras: 2006.
- IBGE - Censo Agropecuário 2006
- _____. Censo Demográfico 2000 e 2010
- _____. Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo
- _____. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2006-2009
- _____. Extração Vegetal e Silvicultura 2004-2009
- _____. Lavoura Temporária 2004-2010 IBGE.
- _____. Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003
- _____. Base Vetorial Contínua IBGE Brasil ao Milionésimo
- _____. Censo Demográfico 2000.
- _____. Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo IBGE.
- _____. Contagem da população 1991, 1996, 2007 IBGE.
- _____. Censo Demográfico 2010 Pecuária 2004-2010
- INDECO. Resgatando a História: depoimentos de pessoas que participaram da primeira fase de colonização de Alta Floresta e região. 2002. Disponível em: <www.colonizadoraindeco.com.br> Acessado em: Fevereiro de 2012.
- _____. A história da colonização. Disponível em: <<http://www.colonizadoraindeco.com.br/altafloresta.html>> Acessado em: Fevereiro de 2012.
- _____. O garimpeiro que descobriu uma terra preciosa. 1984. Disponível em: AQUI.<<http://www.colonizadoraindeco.com.br/materia2.html>> Acessado em: Fevereiro de 2012.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Almanaque Socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- KEATING, Vallandro. MARANHÃO, Ricardo. *Caminhos da conquista. A formação do espaço brasileiro*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.

LEMOS, Amalia Inés G. GALVANI, Emerson. Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig. São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI. Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

MAGALHÃES, Aloisio. A herança do olhar. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2003.

MASSAFUMI, Newton. SALES, Pedro R. SCHUTZER, Guilherme. Cartografias Urbanas. Rede urbana do Portal da Amazônia. 2a Etapa. São Paulo: Instituto Centro de Vida e Núcleo de Pesquisa da Escola da Cidade, 2006.

MEDEIROS, Leonilde S. de. LEITE, Sérgio. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. O livro de outro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MELLO, Neli Aparecida de. Políticas territoriais na Amazônia. São Paulo: Annablume, 2006.

MOMBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, Hucitec, 1998.

_____. O Brasil. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

MOOG, Vianna. Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre culturas. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

MORAES, Antonio Carlos R. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.

OLIVEIRA, Isabel C. E. "Alta Floresta: uma história com muitas interpretações". Em Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Desenho Urbano II. São Paulo: Editora Projeto, 1984.

PAULA, Juarez de. Desenvolvimento local: textos selecionados. Brasília: SEBRAE, 2008

PEREGALLI, Enrique. Como o Brasil ficou assim? Formação das fronteiras e tratados dos limites. São Paulo: Global, 2001.

PESAVENTO, Sandra J.(ORG). Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: Colônia. São Paulo: Brasiliense ; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro)

- RECLUS, Elisée. ANDRADE, Manuel Correia (ORG). Geografia. São Paulos: Editora Ática, 1985.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. Darcy Ribeiro – Encontros. Rio de Janeiro: Beco do Azougue Editorial, 2007.
- ROGERS, Richard. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Editorial DustavoGili, 2001.
- SALES, Pedro Rivaben. Cidade, urbanismo: linhas de devir. Portal Vitruvius. 2007.
- Acessado em outubro de 2009, no endereço:
http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq082/arq082_02.asp
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.
- SANCHES, Valdir. Os novos colonos deAlta Floresta. Disponível em:
<<http://www.colonizadoraindeco.com.br/materia1.html>> Acessado em:
Fevereiro de 2012.
- _____. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. BRANDÃO, Maria (organizadora). Milton Santos e o Brasil: Território, lugares e saber. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- _____. LEITE, Maria Angela P. Milton Santos – Encontros. São Paulo: Beco do Azougue Editorial Ltda., 2007.
- _____. SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SEMA/MT - Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SUB Superintendência de Biodiversidade — CUCO, Coordenadoria de Unidades de Conservação. Plano de manejo do parque estadual do cristalino Volume I: diagnóstico ambiental e socioeconômico. Cuiabá: Governo do Estado de Mato Grosso, 2009.
- SILVA, Carlos Alberto Franco e. Fronteira agrícola brasileira e ordenamento territorial. in SANTOS, Milton... [et al.] Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3. Ed.
- SOLÀ-MORALES, Ignasi. Territórios. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.
- TARDIN, Raquel. Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

- THÉRY, Hervé. MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil. Dinâmicas e disparidades do território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 2ª Ed
- TOLEDO, Benedito Lima de. São Paulo três cidades em um século. São Paulo: Cosac Naif/Livraria Duas Cidades, 2004.
- TURNER, F.J. The frontier in American History.1896. Disponível em
:<<http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc2.ark:/13960/t5p844f61>>
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM. Revista Ciência e Ambiente vol. 32 – Amazônia: economia e políticas publicas.2006.Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2006:133
- VERÍSSIMO, Érico. O tempo e o vento. O continente I. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 3 ed.
- VICENTINO, Cláudio. Atlas Histórico Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2011.
- VILLAS BÔAS, Orlando. A Marcha para o Oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WEGNER, Robert. A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- WILHEIM, Jorge. A obra publica de Jorge Wilhelm. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2003.
- _____. São Paulo. Uma interpretação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- _____. Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Espaços e Palavras: Jorge Wilhelm. São Paulo: Projeto Editores AssociadosLtda, 1985.

APÊNDICES

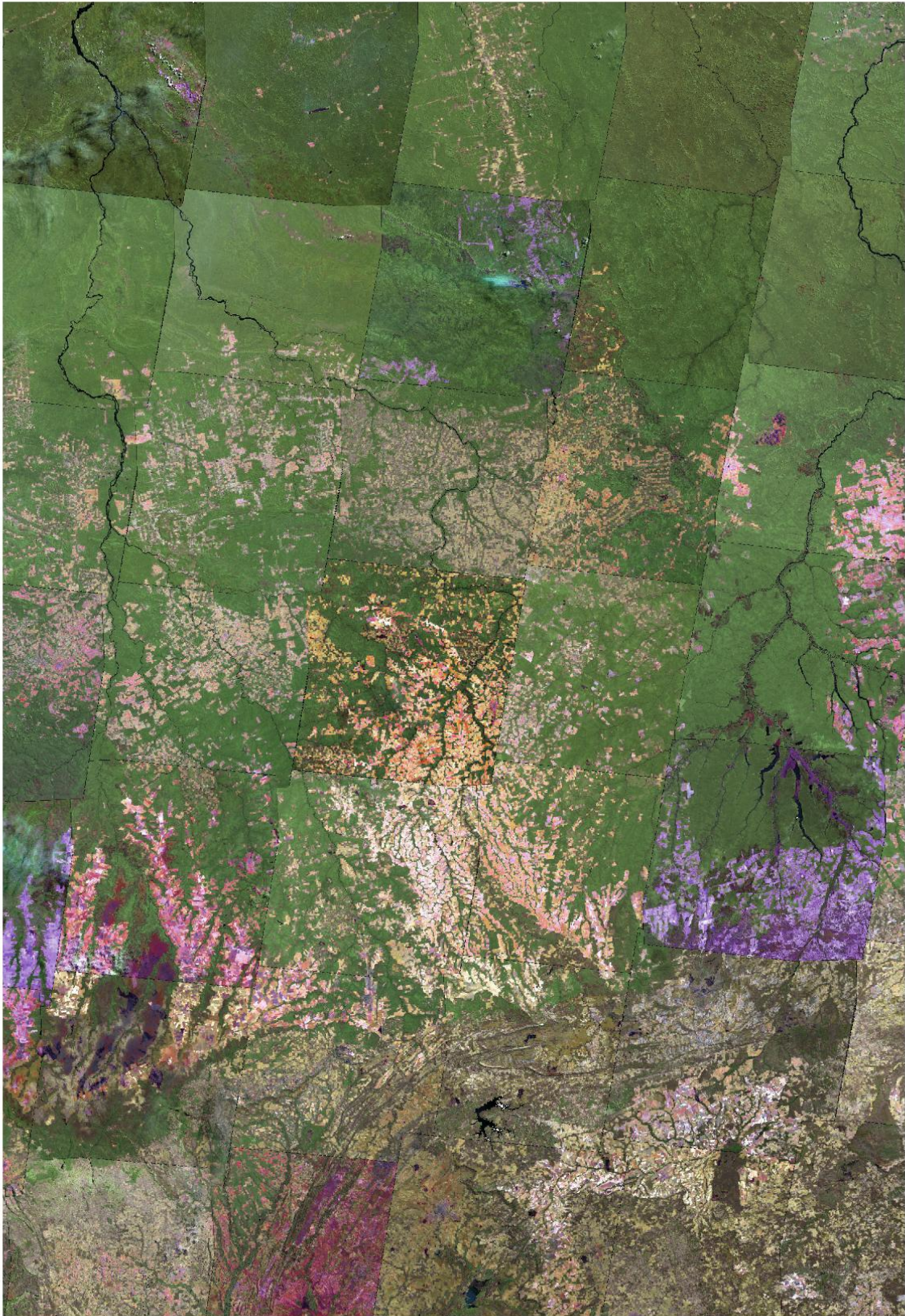
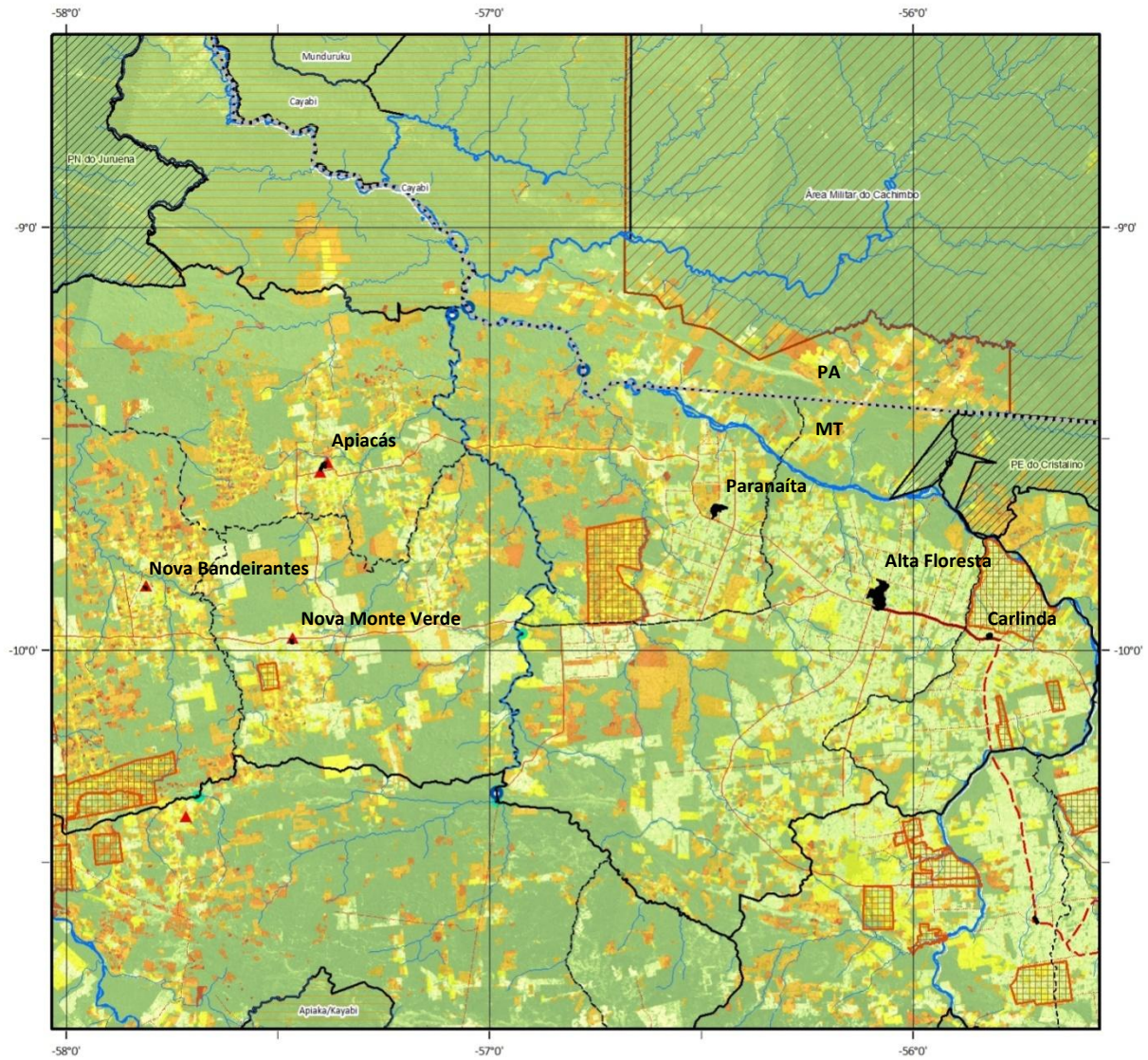


FOTO AÉREA DO TERRITÓRIO

Território da Microrregião de Alta Floresta

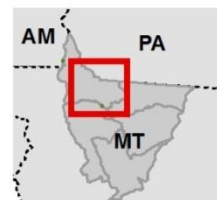


LEGENDA

Evolução do Desmatamento



- | | | | |
|--------------------------|-----------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Manchas Urbanas | Rodovias | Usinas Hidrelétricas | Assentamentos de Reforma Agrária |
| Limite das Microrregiões | Em Pavimentação | Pequenas Centrais Hidrelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Municipal | Não Pavimentada | Usinas Termoeletricas | Unidades de Conservação |
| Limite Estadual | Pavimentada | Linhas de Transmissão | Terra Indígenas |
| Rios | Sem Informação | | Base Militar |





CIDADES DA MICRORREGIÃO DE ALTA FLORESTA

Comparação entre as Manchas Urbanas,
Fotografias Aéreas e área dos Municípios



ALTA FLORESTA



APIACÁS



CARLINDA



NOVA
BANDEIRANTES



NOVA
MONTE VERDE

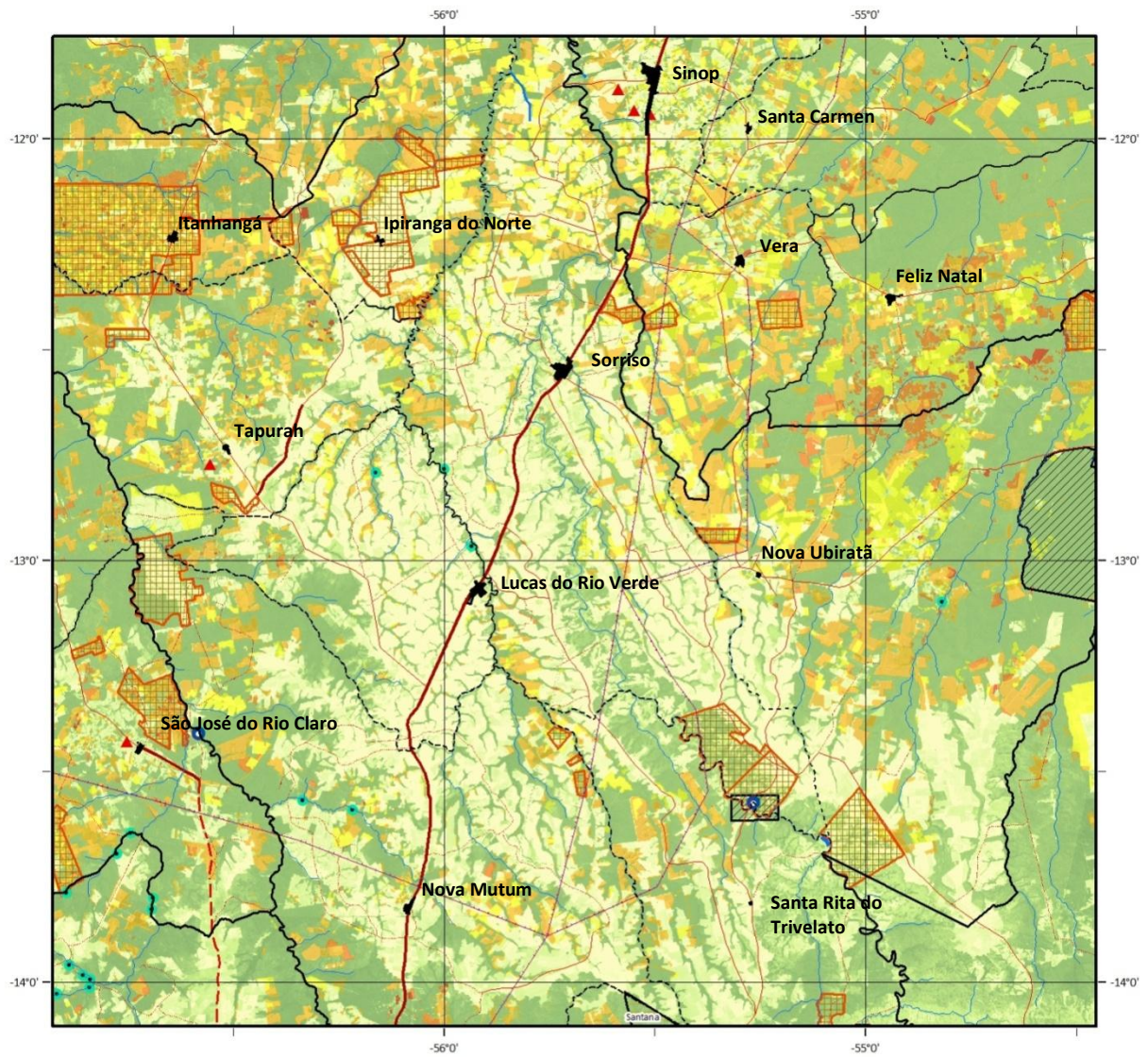


PARANAÍTA



Foto Aérea: Fonte Google

Território da Microrregião de Alto Teles Pires

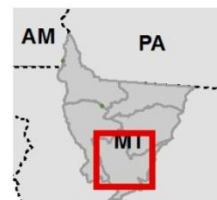


LEGENDA

Evolução do Desmatamento



- | | | | |
|--------------------------|-----------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Manchas Urbanas | Rodovias | Usinas Hidrelétricas | Assentamentos de Reforma Agrária |
| Limite das Microrregiões | Em Pavimentação | Pequenas Centrais Hidrelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Municipal | Não Pavimentada | Usinas Termoelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Estadual | Pavimentada | Linhas de Transmissão | Terra Indígenas |
| Rios | Sem Informação | | Base Militar |





CIDADES DA MICRORREGIÃO DE ALTO TELES PIRES

Comparação entre as Manchas Urbanas,
Fotografias Aéreas e área dos Municípios



IPIRANGA
DO NORTE



ITANHANGÁ



LUCAS DO
RIO VERDE



NOBRES



NOVA
MUTUM



NOVA
UBIRATÃ



SANTA RITA
DO TRIVELATO



SORRISO

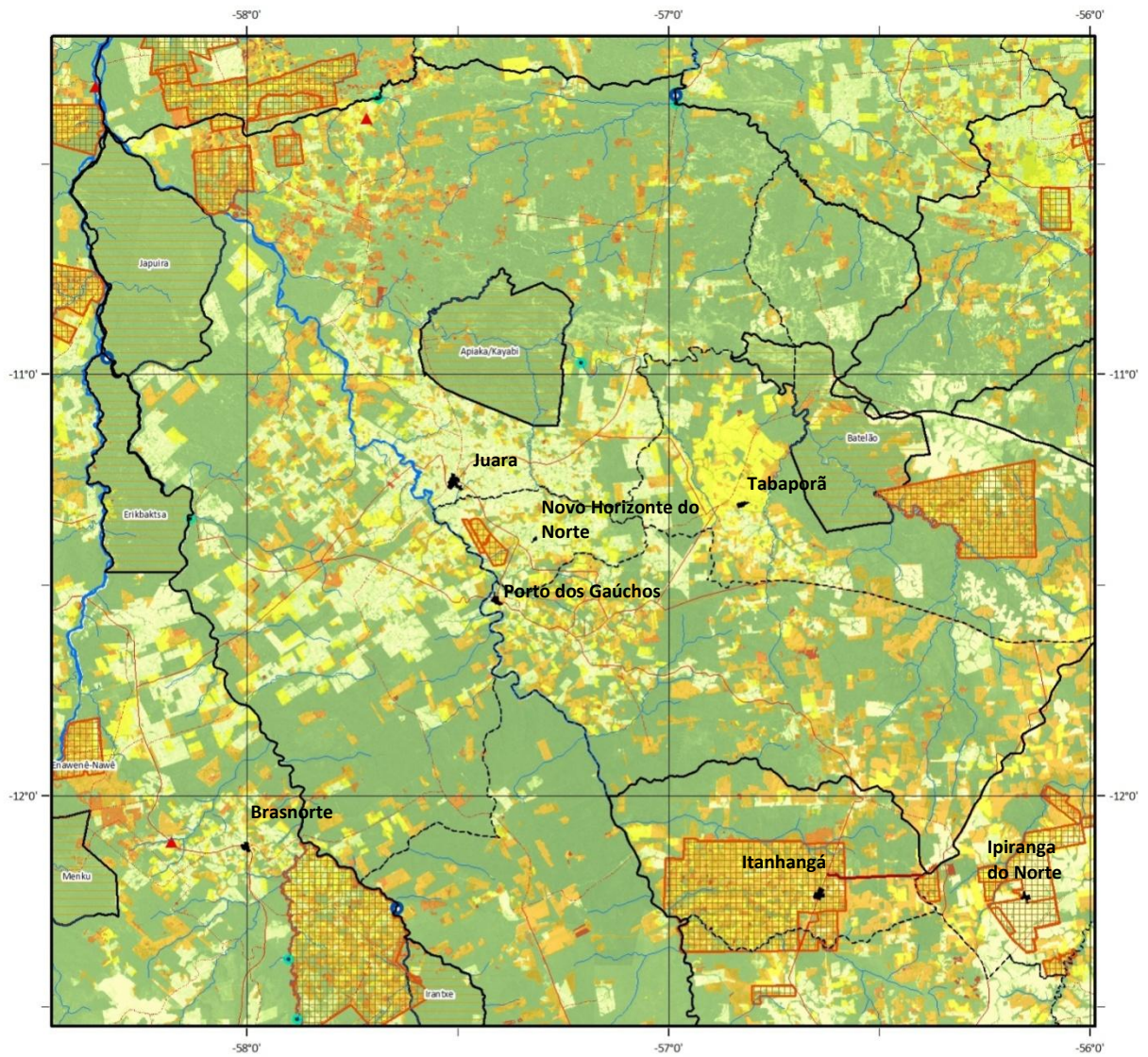


TAPURAH



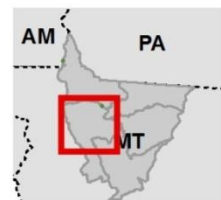
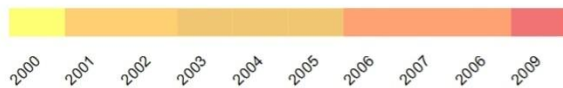
Foto Aérea: Fonte Google

Território da Microrregião de Arinos



LEGENDA

Evolução do Desmatamento



- | | | | |
|--------------------------|-----------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Manchas Urbanas | Rodovias | Usinas Hidrelétricas | Assentamentos de Reforma Agrária |
| Limite das Microrregiões | Em Pavimentação | Pequenas Centrais Hidrelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Municipal | Não Pavimentada | Usinas Termoelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Estadual | Pavimentada | Linhas de Transmissão | Terra Indígenas |
| Rios | Sem Informação | | Base Militar |

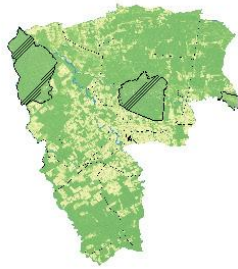


CIDADES DA MICRORREGIÃO DE ARINOS

Comparação entre as Manchas Urbanas,
Fotografias Aéreas e área dos Municípios



JUARA



NOVA
MARINGÁ



NOVO HORIZONTE
DO NORTE



PORTO DOS
GAÚCHOS



SÃO JOSÉ
DO RIO CLARO



TABAPORÃ

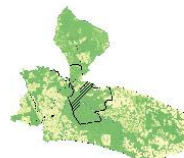
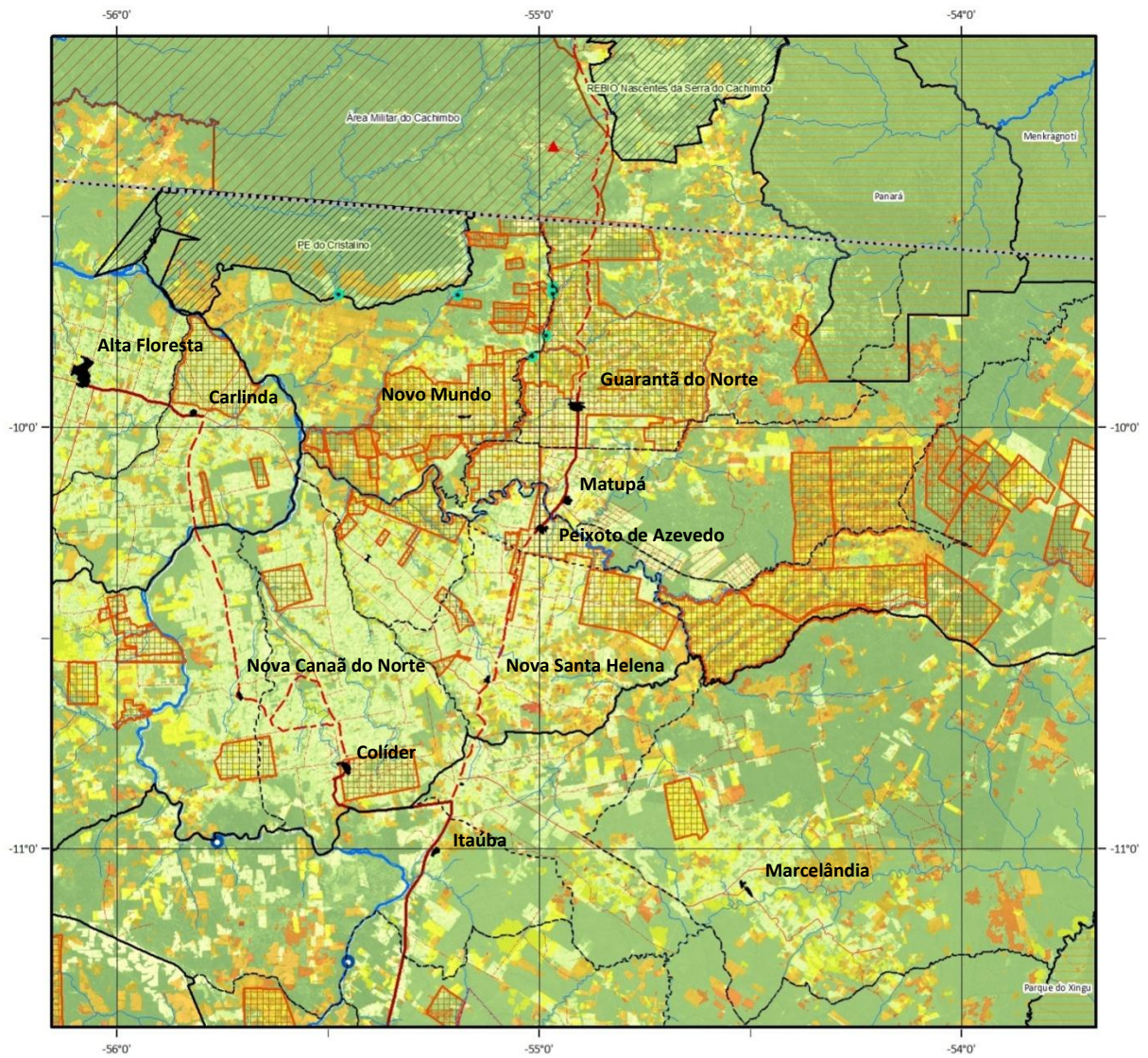


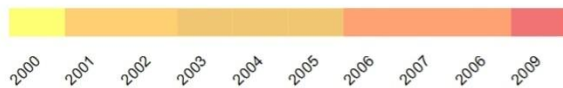
Foto Aérea: Fonte Google

Território da Microrregião de Colíder

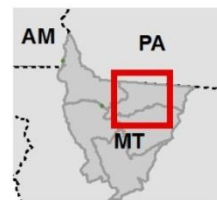


LEGENDA

Evolução do Desmatamento



- | | | | |
|--------------------------|-----------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Manchas Urbanas | Rodovias | Usinas Hidrelétricas | Assentamentos de Reforma Agrária |
| Limite das Microrregiões | Em Pavimentação | Pequenas Centrais Hidrelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Municipal | Não Pavimentada | Usinas Termoelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Estadual | Pavimentada | Linhas de Transmissão | Terra Indígenas |
| Rios | Sem Informação | | Base Militar |



CIDADES DA MICRORREGIÃO DE COLÍDER
 Comparação entre as Manchas Urbanas,
 Fotografias Aéreas e área dos Municípios

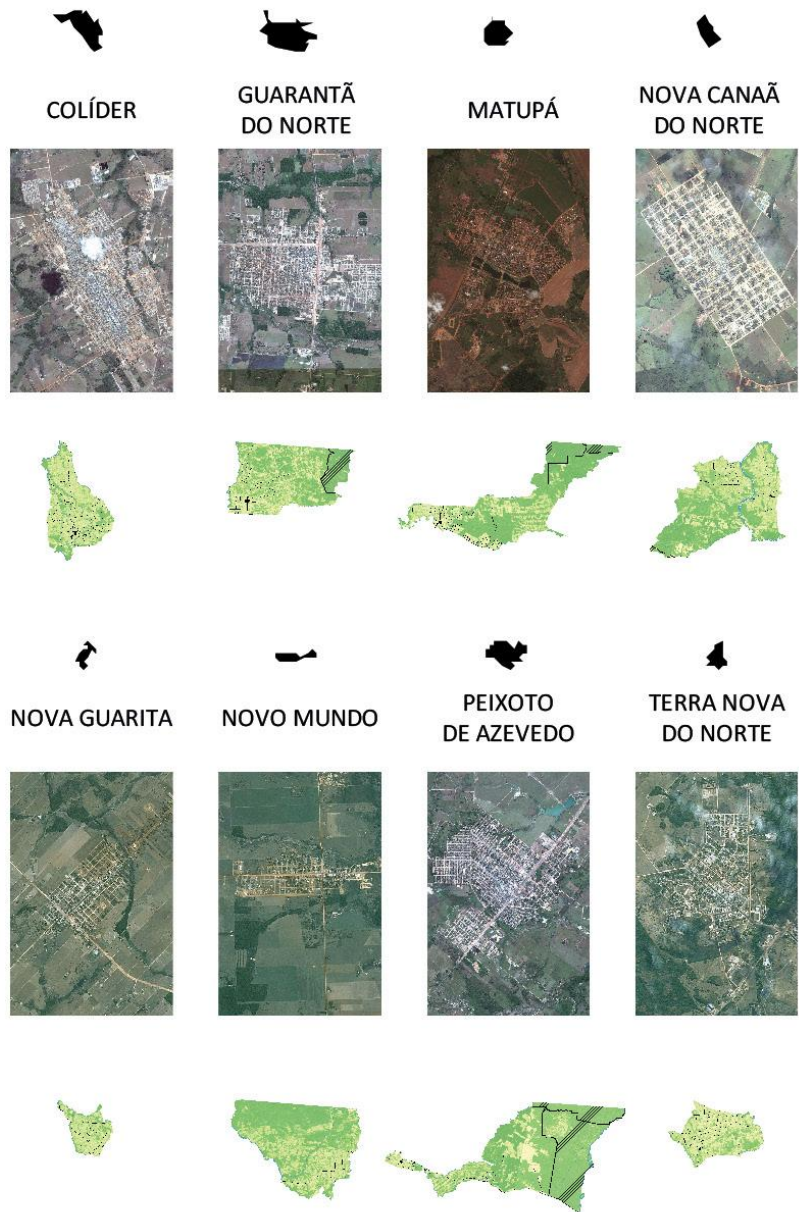
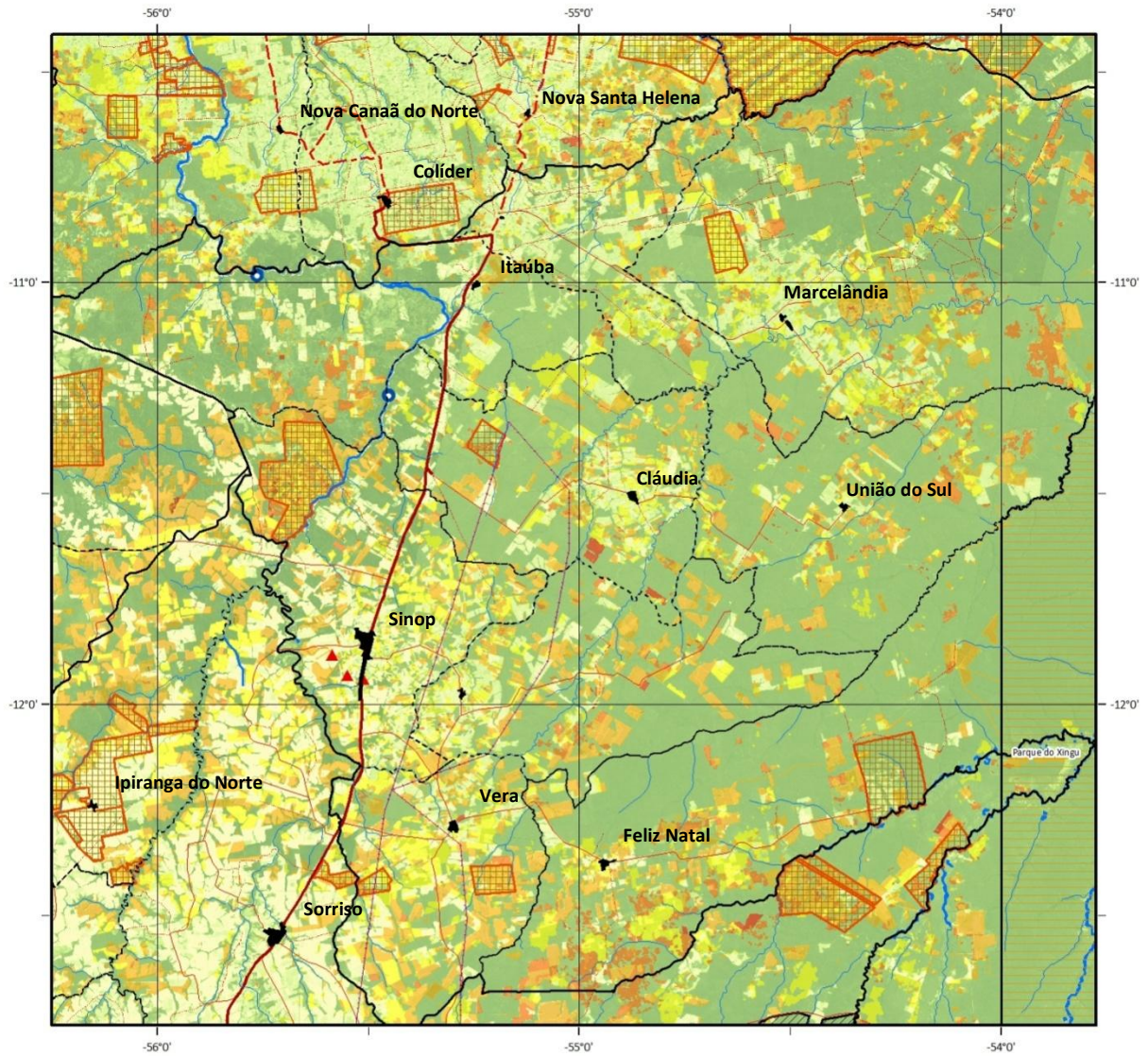


Foto Aérea: Fonte Google

Território da Microrregião de Sinop

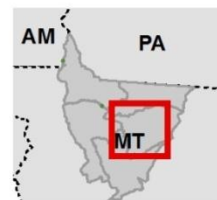


LEGENDA

Evolução do Desmatamento



- | | | | |
|--------------------------|-----------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Manchas Urbanas | Rodovias | Usinas Hidrelétricas | Assentamentos de Reforma Agrária |
| Limite das Microrregiões | Em Pavimentação | Pequenas Centrais Hidrelétricas | Unidades de Conservação |
| Limite Municipal | Não Pavimentada | Usinas Termoeletricas | Unidades de Conservação |
| Limite Estadual | Pavimentada | Linhas de Transmissão | Terra Indígenas |
| Rios | Sem Informação | | Base Militar |





CIDADES DA MICRORREGIÃO DE SINOP

Comparação entre as Manchas Urbanas,
Fotografias Aéreas e área dos Municípios



CLÁUDIA



FELIZ NATAL



ITAÚBA



MARCELÂNDIA



NOVA
SANTA HELENA



SANTA CARMEM



SINOP



UNIÃO DO SUL



VERA



Foto Aérea: Fonte Google